**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR**
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR**

# CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Dissertação de Mestrado

LÍVIA CATARINA MATOSO DOS SANTOS TELLES

**Porto Velho**
**2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS**
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR**
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR**

# CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

LÍVIA CATARINA MATOSO DOS SANTOS TELLES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação Escolar, sob orientação do Prof. Doutor João Guilherme Rodrigues Mendonça

**Porto Velho**
**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

T273c Telles, Lívia.

Contribuições da educação sexual na formação de professores / Lívia Telles. -- Porto Velho, RO, 2017.

141 f.

Orientador(a): Prof. Dr. João Guilherme Rodrigues Mendonça

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Formação - Professores. 2.Educação sexual. 3.IFRO. I. Mendonça, João Guilherme Rodrigues. II. Título.

CDU 377.8(811.1)

Bibliotecário(a) Ozelina do Carmo de Carvalho . CRB 11/486

**LÍVIA CATARINA MATOSO DOS SANTOS TELLES**

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Este Trabalho de Conclusão Final de Curso (Dissertação) foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de **Mestre em Educação Escolar pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - Mestrado Profissional -** da Universidade Federal de Rondônia.

Porto Velho, 27 de novembro de 2017.

**Profa. Dra. Juracy Machado Pacífico**
Coordenadora do PPGEE/MEPE
Portaria 436/GR - 17/05/2017

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. João Guilherme Rodrigues Mendonça**
Presidente – PPGEE/MEPE

**Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba**
Membro Interno - PPGEE/MEPE

**Prof. Dra. Andreza Marques de Castro Leão**
Membro Externo - PPGEE/Educação Sexuall

**Prof. Dra. Juracy Machado Pacífico**
Membro Suplente Interno - PPGEE/MEPE

**Prof. Dr. Orivaldo Florencio de Souza**
Membro Suplente Externo - PPGEE/PROPEG

***Dedicatória***

A Deus, pela inspiração e misericórdias sem fim na minha vida

Ao meu esposo Anderson Telles e minha mãe Juvita Maria

As amigas Natécia Araújo e Jailde Gois

Aos meus avós maternos Erenice e Elias (i*n memoriam*)

Ao Professor Rafael Severino (*in memoriam*)

Estendo esta dedicatória, igualmente, a todos os professores e professoras que reconhecem a dimensão histórica, social, política e afetiva da Educação Sexual.

AGRADECIMENTOS

Após realizar esta pesquisa percebo que a Educação Sexual foi uma experiência pessoal transformadora. Não me resta outro caminho a não ser pisar firme no terreno da gratidão, porque sem cada uma das pessoas que participaram e colaboraram nesta trajetória de pesquisa, não seria possível ter conhecimento do universo de singularidades que existe entre os professores, não seria possível também compreender mais profundamente a importância da sexualidade em nossas vidas e a nossa necessidade de vivê-la plenamente.

Expresso esse reconhecimento, gratidão, carinho, afeto e muito amor a todos que cederam parte de seu tempo e seus conhecimentos em prol desta pesquisa.

Agradeço a Deus por ter me proporcionado esta experiência enriquecedora, por ter me dado coragem nos momentos difíceis, pela força, sabedoria, paciência e perseverança, mas principalmente por seus cuidados, por me dar a certeza por meio da fé e por me ensinar o que é verdadeiramente amar, porque Deus é amor (1 João 4.8). Foi o meu relacionamento com Deus que me proporcionou a compreensão de que as melhores coisas da vida não podem ser vistas ou tocadas, elas são sentidas dentro da alma.

O que o meu orientador J*oão Guilherme Rodrigues Mendonça* me ensinou, durante a disciplina de Adolescência e Sexualidade e em suas diversas intervenções nesta pesquisa é, para mim, uma dessas melhores coisas da vida que podemos sentir dentro da alma. Uma lição importante que ele me deixou foi de que nunca podemos desistir de algo que não ficamos um só dia sem pensar a respeito, é preciso abraçar o ensino com paixão, se você julgar as pessoas não terá tempo de ouvi-las e amá-las.

Uma pesquisa em Educação Sexual é muito mais do que experimentar metodologias, é criar envolvimento e parcerias, acreditando que é possível ensinar com liberdade, perdendo assim o medo de errar, não deixando que nossos medos tomem o lugar de nossos sonhos.

Por isso agradeço ao professor João Guilherme pelo seu modo especial de ensinar a Educação Sexual, inspirando alunos e alunas a construírem uma escuta sensível e um diálogo de afeto. Também por sua capacidade ilimitada de compreensão e incentivo, que só poderia partir de alguém com um coração sublime e transformador. Sou grata por tudo! Só de ter passado por todas essas

transformações pessoais esse Mestrado já teria valido a pena! Sem deixar de contar com todo o conhecimento que adquirimos nesses processos de formação a nível de Pós-Graduação, que nos eleva a um novo patamar de existência e visão de mundo. Obrigada por ter sido você o meu orientador! Obrigada por cada leitura desta dissertação, por ter dedicado parte de seu tempo, por ter compartilhado seus conhecimentos e experiências durante a disciplina, que sem dúvidas foi marcante para mim! Obrigada por ser essa pessoa incrível, alegre, altruísta, determinado, prestativo, um professor exemplar, que sem dúvidas faz a diferença na vida de muitos alunos! Minha cordial gratidão! Que Deus lhe proporcione ricas benções!

Esta pesquisa se tornou possível também porque diversos professores do IFRO acreditarem nesta perspectiva de formação em Educação Sexual e voluntariamente se empenharam em transcender os limites do ensino. Venceram as dificuldades e limitações, estiveram interessados em ampliar as suas visões e assim colaborarem na construção de uma proposta de formação como atividade reflexiva e de produção de conhecimentos, que buscou levar ao “ensinar a pensar”, valorizando acima de tudo as pessoas e suas formas de viver e expressar as sexualidades. Em meio a um contexto tão delicado, de discussões acirradas, vocês, professores, foram aqueles que buscaram se arriscar a desconstruir ideias, conceitos, a reconstruí-los, a compreender mais e mais as dimensões humanas, não se contentaram com o silêncio, mas buscaram um diálogo democrático e de afeto. Não se intimidaram, não recuaram, foram em frente, são determinados a buscar o melhor de si. E eu tenho certeza que algo de valioso ficou estabelecido para suas práticas futuras com relação à Educação Sexual, como também para a vida de vocês. Muito obrigada a cada um e cada uma!

Na pessoa do professor Robson Fonseca Simões, agradeço a todos os professores do MEPE/UNIR pelos ensinamentos e por conduzirem aulas memoráveis. Agradeço em especial a professora Josélia Gomes Neves, que também foi minha professora na época da Graduação e desde aquele tempo já era uma inspiração para mim, tanto como pessoa quanto como professora, porque tem uma visão de educação democrática, inclusiva e crítica. Durante o mestrado pude reencontrá-la na disciplina de Concepções de Aprendizagem e no estágio que me proporcionou na disciplina de Didática no curso de Pedagogia da UNIR. Ao reencontrá-la anos depois percebi o porquê de eu tanto admirá-la, porque é mais do que professora, é alguém que luta por um mundo mais justo.

Aos professores *Clarides Henrich de Barba* e *Paulo Rennes Marçal Ribeiro* pelas contribuições atenciosas a esta pesquisa durante o exame de qualificação, as intervenções de vocês foram todas muito significativas e foi através delas que pude avançar nas reflexões e no aprofundamento das análises.

Agradeço a professora *Andreza Marques de Castro Leão*, pelas suas contribuições durante a defesa, por sua generosidade e carinho em viajar para estar presente em um momento muito importante da minha vida acadêmica.

Na pessoa da colega de turma *Cleuza Diogo Antunes*, agradeço a todos os colegas de turma do Mestrado, que compartilharam comigo o seu aprendizado e tornaram esses momentos muito mais enriquecedores.

Ao meu colega de turma *Paulo Severino Silva*, porque estivemos desde o começo do curso compartilhando angústias, alegrias, publicando artigos, nossa aproximação de temáticas de pesquisa foi interessante para essas ajudas mútuas, para crescermos juntos enquanto pesquisadores.

Na pessoa de *Glécia Ranny Alves*, agradeço a toda a equipe do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e do PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado de Assistência Social do município de Ji-Paraná/Rondônia, pela disponibilidade de participação em um dos encontros de formação de professores no IFRO, tratando da temática da violência sexual.

A Enfermeira *Rosiele Pinho Gonzaga da Silva*, IFRO Campus Ji-Paraná, pelo incentivo dado em todas as fases da pesquisa, por sua generosidade em ter me convidado para participar do projeto Adolescência e Sexualidade, pois foi através deste projeto que encontrei subsídios para participar do processo de seleção do Mestrado com esta temática da Educação Sexual.

A Assistente Social *Elaine Lucio Loeblin*, IFRO Campus Ji-Paraná, por me dar novas ideias, por ter, ao longo desses anos, construído uma amizade sincera comigo, capaz de me motivar e fazer sorrir, por sempre me mostrar o lado bom da vida, por ser uma profissional íntegra, dedicada, uma pessoa com capacidade de reflexão aprofundada, que luta por uma educação mais igualitária e livre de preconceitos.

A Psicóloga *Magda Marcielle Kwirant Tatagiba*, IFRO Campus Ji-Paraná, pela participação na etapa da intervenção da pesquisa, pela ajuda e compreensão!

A Pedagoga *Sônia Carla Gravena Cândido da Silva*, IFRO Campus Ji-Paraná, que enquanto minha chefe, sempre apoiou incondicionalmente todas as etapas da

pesquisa, compartilhou de sua sabedoria e conhecimentos. Por ter sido uma pessoa compreensiva, quando em alguns momentos não entreguei o melhor de mim no meu trabalho, porque a tarefa de estudar e trabalhar exige muito de nós!

As colegas do meu setor *Wanisley Gomes Queiroga, Josefa Aparecida Pereira de Andrade (Josy), Alyne Foschiani Helbel, Renata Graziela Barros Oliveira e Rosângela Gromiko Helena*, por todo o incentivo e apoio! Por me ouvirem e terem me dado coragem para vencer cada novo desafio da pesquisa. Mas, acima de tudo, pela amizade que se estabeleceu entre nós. Vocês foram muito importantes não só durante a pesquisa, mas são importantes na minha vida! Que Deus abençoe todas vocês!

A *Vera Oliveira*, especialista em Sexualidade, quem me ajudou a lidar com a intensidade de emoções inerentes a um trabalho com a Educação Sexual.

A R*osimeire Fernandes Ferreira*, amiga de fé sempre prestativa, quem me deu ajuda preciosa na quantificação dos dados, já que não sou tão boa nisso! Sua determinação, sabedoria e coragem são uma inspiração! Seu coração servo reflete o amor de Deus!

Ao *Fernando Rocha Bresovsky*, pessoa que tenho um carinho sem limites, com quem tive a possibilidade de discussões, ora entusiasmadas, ora tranquilas, por muitas vezes profundas, às vezes simples, mas mesmo quando nós tínhamos pontos de vista diferentes, o que sempre prevalecia era nossa capacidade de ouvir um ao outro. Você me ensinou a ver o que antes não enxergava, sempre me tratando com doçura e sendo honesto em suas palavras! Obrigada de coração!

A Pró-Reitoria de Pesquisa do Instituto Federal de Rondônia (PROPESP/IFRO), por me proporcionar a participação no IV Congresso Brasileiro de Educação Sexual em Araraquara/SP.

A Coordenação de Gestão de Pessoas do IFRO Campus Ji-Paraná (CGP), Geovana da Costa Oliveira e Lídia Verônica Peralta, e ao presidente da comissão do Plano Anual de Capacitação (PAC), professor Gleison Guardia, por me proporcionarem a participação no IV Congresso Internacional de Sexualidade e Educação Sexual (CISES) em Rio Claro/SP.

As demais pessoas que ajudaram na organização e execução da pesquisa durante os momentos formativos. A todos do IFRO fica a minha gratidão!

É preciso viver relativamente bem a sexualidade. Não podemos assumir com êxito, pelo menos relativo, a paternidade, a maternidade, o professorado, a política, sem que estejamos mais ou menos em paz com a sexualidade.

**Paulo Freire**

TELLES, Lívia Catarina Matoso Dos Santos**. CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.** Porto Velho/RO. 2017. 130 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - UNIR, Porto Velho, 2017.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender como a Educação Sexual faz parte da formação dos professores do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). No contexto educativo existe a possibilidade de que conflitos sexuais possam ser testemunhados pelos professores. Diante desse fato, institui-se uma proposta de formação docente em Educação Sexual por meio da pesquisa-ação para 30 professores do IFRO, visando criar um espaço de discussão e reconhecimento desses conflitos a partir de subsídios teóricos. A metodologia empregada utilizou um questionário para investigar como os professores concebem e vivenciam a Educação Sexual, como também possibilitou a participação em momentos formativos. Esses momentos foram organizados com a colaboração de psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, enfermeiros e advogados. Obteve-se quatro categorias de análise dos conflitos: silêncio em relação a sexualidade, a indisciplina, a angústia sexual e o uso do banheiro por alunos transgênero. Os resultados apontam um cenário de educação contraditória, na qual a maioria dos professores se mostraram predominantemente informais em relação à temática da Educação Sexual, não se sentindo preparado para garantir na relação com os alunos o repasse de informações seguras e científicas. A formação em Educação Sexual no IFRO tem potencial para ser eficaz, ajudando no crescimento profissional e pessoal do professor, colaborando na compreensão e abordagens de situações conflituosas com relação à vivência da sexualidade, todavia é preciso que o acesso a ela seja compreendido como um direito do professor.

**Palavras-chave**: Formação de professores. Educação Sexual. IFRO.

TELLES, Lívia Catarina Matoso Dos Santos**. CONTRIBUTIONS OF SEX EDUCATION IN TEACHER TRAINING.** Porto Velho/RO. 2017. 130 p. Thesis (Mestrado Profissional em Educação Escolar) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - UNIR, Porto Velho, 2017.

## ABSTRACT

The aim of this research is to understand how Sex Education is part of the training of teachers of the Federal Institute of Rondônia (IFRO). In the educational context, there is a possibility that sexual conflicts may be witnessed by teachers. Facing this fact, a proposal for teacher training in Sexual Education is instituted through action research of 30 teachers from IFRO, aiming to create a space for discussion and recognition of these conflicts based on theoretical subsidies. The methodology used was a questionnaire to investigate how teachers conceive and experience the sex education, as well as made possible the participation in formative moments. These moments were organized with the collaboration of psychologists, pedagogues, social workers, nurses and lawyers. Four categories of conflict analysis were obtained: silence regarding sexuality, indiscipline, sexual anguish and the use of the bathroom by transgender students. The results point to a scenario of contradictory education, in which the majority of teachers were predominantly informal in relation to the issue of Sex Education, not feeling prepared to guarantee in the relationship with the students the transfer of safe and scientific information. Sex education training in IFRO has the potential to be effective, helping the professional and personal growth of the teacher, collaborating in the understanding and approaches of conflicting situations regarding the experience of sexuality, however, access to this training must be understood as a right of the teacher.

**Keywords:** Teacher training. Sex Education. IFRO

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAED - Coordenação de Assistência ao Educando
CREAS - Centro de Referência em Assistência Social
DSTs - Doenças Sexualmente Transmissíveis
ES - Educação Sexual
GTES - Grupo de Trabalho sobre Educação Sexual
IFRO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
ISTs - Infecções Sexualmente Transmissíveis
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado de Assistência Social
SBRASH - Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Quem é o abusador?.....95

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Professores que aprenderam sobre ES.....55
Gráfico 2. Professores sem formação em ES x pertinência da formação .....56
Gráfico 3. Conteúdo relacionado a Educação Sexual .....84

**SUMÁRIO**

1 INTRODUÇÃO ..... 18

2 SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DOCENTE ..... 25

2.1 Concepções sobre sexualidade e gênero ..... 26

2.2 Educação Sexual: conceito e marcos históricos ..... 34

2.3 A formação em Educação Sexual ..... 39

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA-AÇÃO NO IFRO ..... 46

3.1 Caminho metodológico ..... 46

3.2 Sujeitos da pesquisa ..... 49

3.3 Instrumento de coleta e análise de dados ..... 51

4 EDUCAÇÃO SEXUAL NO IFRO: CONCEPÇÕES, CRENÇAS E VALORES .... 54

4.1 Como é a formação em Educação Sexual dos professores? ..... 54

4.2 Assuntos que mais interessam aos professores do IFRO ..... 58

4.2.1 Categoria Gênero ..... 60

4.2.2 Categoria Sexo e Sexualidade ..... 62

4.2.3 Categoria Homossexualidade ..... 66

4.2.4 Categoria Violência Sexual ..... 68

4.2.5 Categoria Diversidade Sexual ..... 70

4.2.6 Categoria Infecções e doenças relacionadas ao comportamento sexual .. 72

4.2.7 Categoria Educação Sexual ..... 74

4.3 Educação Sexual em sala de aula ..... 83

4.4 Momentos em que os professores falaram sobre sexo, sexualidade ou gênero 86

4.5 Quem deve ensinar Educação Sexual na escola? ..... 87

4.6 Diagnóstico a partir do questionário e dos momentos formativos ..... 89

5 INTERVENÇÕES EM EDUCAÇÃO SEXUAL PARA OS PROFESSORES DO IFRO 92
5.1 Silêncio em relação a sexualidade ..... 92
5.1.1 Intervenção sobre a violência sexual ..... 93
5.2 Problemas de indisciplina e angústia sexual ..... 97
5.3 Uso do banheiro da escola por transgênero ..... 98
5.4 Proposta de formação de professores em Educação Sexual ..... 101
CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 104
REFERÊNCIAS ..... 113
REFERÊNCIAS CONSULTADAS ..... 124
APÊNDICES ..... 129
ANEXOS ..... 138

## INTRODUÇÃO

No contexto da instituição em que trabalho, o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), observo que quando há um desvio do modelo de comportamento sexual estabelecido desencadeia-se uma desestabilização nas formas de como se devem conduzir tais situações.

Os conflitos que envolvem o sexo, a sexualidade e o gênero são parte do cotidiano escolar do IFRO. Ao testemunhar tais conflitos sentia dificuldades para compreendê-los, permitindo-me pensar sobre qual o papel da escola e do professor em relação à Educação Sexual.

Partindo de um desejo de problematizar a abordagem biologizante da Educação Sexual e do intuito de analisar as causas das dificuldades que os professores tinham em ensinar sobre a sexualidade, buscou-se realizar uma pesquisa-ação no IFRO que possibilitasse a compreensão das concepções que norteiam os posicionamentos e ideias dos professores com relação à sexualidade, levando-se em consideração a realidade do IFRO e os problemas e conflitos que existem nesse lócus.

Minha formação é em Pedagogia e faço parte de uma equipe multiprofissional composta de Assistente Social, Psicóloga, Orientadora Educacional e Enfermeira, que compõem a Coordenação de Assistência ao Educando (CAED), setor responsável pelo atendimento ao aluno do IFRO.

A minha função é de Assistente de Alunos, um dos meus papéis se desdobra em orientar os alunos sobre comportamentos sexuais que não podem ocorrer na escola, como o contato físico exagerado (beijos e carícias). Muitos dos alunos com quem tenho conversas em relação a esses comportamentos são adolescentes.

Desde o início de suas atividades, o IFRO oferta a modalidade de curso técnico integrado ao Ensino Médio, em que a maioria dos alunos é adolescente. Esses alunos adolescentes, em especial, trazem uma demanda muito latente quando o assunto é a sexualidade.

As manifestações de sexualidade mais frequentes acontecem nas trocas de carinho, nas curiosidades sobre o próprio corpo e o corpo do outro, nas brincadeiras com os colegas, nas piadas com erotismo, nos desenhos rabiscados nas paredes, nos namoros.

Conversar com os casais de alunos (homo e heterossexuais) que se formam na escola pode ser necessário em alguns momentos e isso não é uma função só minha, mas de toda a equipe multiprofissional com a qual trabalho. No entanto, pelo fato da minha função exigir um maior contato com os alunos, sempre tenho que lidar com essas situações.

Em conversas com os meus colegas de setor, constatamos reiteradas vezes que a sexualidade era considerada cada vez mais um motivo de problema e conflito dentro do IFRO, quando se chega a tal ponto em que o indivíduo perde a noção de respeito pelo outro.

Diante das situações que presenciava sobre o sexo, sexualidade e gênero, sempre estava em busca de um preparo mais profissional para saber conduzir esses momentos, eu não me sentia confortável em ter uma postura profissional e pessoal apática, entendia que era meu papel enxergar o gênero e a sexualidade como uma expressão do que somos.

Na CAED encontram-se registros de encaminhamentos de professores relativos a comportamentos ligados à sexualidade, sendo os mais comuns: aluno que interrompe a aula para perguntar sobre sexo, reclamações e queixas de alunas quanto a comentários de outros alunos sobre o seu corpo ou sua sexualidade, uso de roupas inapropriadas ao ambiente escolar por parte das alunas (blusas e shorts curtos, por exemplo), demasiado contato físico entre casais, ofensas sexuais, agressões verbais a alunos gays, lésbicas e alunas adolescentes grávidas.

Os professores encaminham tais situações por não se sentirem confortáveis ou preparados para resolvê-las. Pode-se perceber que a postura de alguns professores referente à abordagem da sexualidade em sala de aula é que até se dispõem a tratar sobre o assunto, no entanto, falta uma formação que os empodere e capacite para tratar desses conflitos de maneira satisfatória.

Essas situações despertavam o meu interesse porque percebia a necessidade de debatermos as mesmas, envolviam desde “brincadeiras” depreciativas sobre o gênero dos alunos, ofensas sexuais as alunas, condutas sexuais preconceituosas. Foi então que passei a compartilhar essas angústias com a enfermeira que faz parte da equipe multiprofissional da CAED, com quem tenho bastante afinidade profissional.

Percebendo a minha preocupação e afinidade com a temática da sexualidade, a enfermeira me convidou para fazermos um projeto de sexualidade com os alunos,

que ocorreu no ano de 2015, intitulado de Sexualidade e Adolescência. Começamos a desenvolver esse projeto nas turmas de 1º e 2º anos do Ensino Médio do IFRO, com alunos entre 14 a 17 anos. No início o projeto fazia parte do programa Saúde na Escola, desenvolvido pela enfermeira.

No começo das ações do projeto recebemos críticas, principalmente durante a abordagem sobre sexo seguro e o uso do preservativo, sendo que a crítica era fundamentada no sentido de que esse tipo de informação poderia incentivar a prática sexual precoce entre os alunos adolescentes, era desnecessário ensinar sobre isso porque todos os alunos já conheciam o que era um preservativo e como usá-lo.

Mesmo assim demos continuidade às demais etapas do projeto, uma delas foi a dinâmica chamada Cuidando do Ninho[1], que procurou mostrar a sexualidade como fundamental não só para a reprodução, mas para o bem-estar do ser humano, devendo, por isso, estar relacionada a outros aspectos como os sentimentos, o afeto, o prazer, namoro, casamento, filhos e projeto de vida.

Ocorre que ao finalizamos o projeto, percebemos que teríamos que estar mais bem preparadas para o ensino da Educação Sexual. Este projeto de ensino se constituiu como uma primeira oportunidade que vivenciei de condução de um trabalho formal em Educação Sexual no IFRO. Considero que foi uma experiência que me ensinou algumas estratégias para abordar sobre Educação Sexual, em que a atuação da enfermeira foi muito importante para que pudéssemos discutir esta temática.

Lembro-me também de outro episódio em que houve uma palestra com o auditório da escola lotado, uma enfermeira da Secretaria de Saúde tinha sido convidada para falar sobre aborto, gravidez, Infecções Sexualmente Transmissíveis, entre outros temas. Após o término da palestra foram feitas perguntas sobre gravidez não planejada e certa aluna comentou, naquela ocasião, que engravidar na adolescência era descuido.

---

[1] Na dinâmica "Cuidando do Ninho" cada aluno recebeu um ovo que simbolizou um recém-nascido. O aluno deveria cuidar do ovo durante uma semana, como se fosse um filho, protegendo-o de quebras e carregando-o para os lugares que frequenta, incluindo a escola. Houve alunos que receberam mais de um ovo, representando os bebes gêmeos, trigêmeos. Os alunos puderam personalizar seu bebê-ovo e ao final relataram a experiência para a turma. Muitos não conseguiram retornar com o bebê-ovo pois havia quebrado, outros relataram que alguns familiares comeram o ovo. Outros acharam difícil carregar o ovo para determinados lugares, como a escola, igreja e supermercado.

Outra aluna, uma adolescente que era mãe, que também estava na palestra, esperou a outra aluna terminar sua fala e respondeu, em meio a lágrimas, que ninguém tinha o direito de julgá-la e que amava sua filha, que sua filha não era um descuido nem um acidente.

Eu acabei acompanhando este momento e intervi dizendo que não era porque a gravidez não tinha sido planejada que não seria desejada. Disse que a palestra era para conhecermos métodos de contracepção, mas que não se pode afirmar descuido até mesmo porque nenhum método é completamente seguro.

Intervir e se posicionar em situações como essa não é fácil. A aluna que falou da gravidez como descuido me disse, em outro momento, que eu esperasse que no ano seguinte a aluna que já era mãe viria estudar grávida de novo e que era eu quem iria receber o pedido de justificativa de falta devido a licença maternidade, o que geraria mais demanda de trabalho para mim. Por fim, isso não ocorreu, mas a aluna mãe acabou desistindo do curso.

São situações dessa natureza que me deixam intranquila, pois se tornam momentos que marcam a convivência no ambiente escolar. Através dessa convivência que a escola proporciona é possível, quase que diariamente, estar diante de diversas situações que envolvem questões de gênero e sexualidade. E até que ponto se deve ou não interferir em situações assim? Quais possíveis impactos as questões de gênero e sexualidade, quando mal conduzidas, tem na vida dos alunos? E como deve ser vista e discutida no ambiente escolar como um todo?

Resolvi então levantar essa problemática como uma pesquisa para ingresso no Mestrado. O que considero mais difícil de trabalhar na Educação Sexual é a abordagem e foi justamente ela a que mais almejei construir. Como ter então uma abordagem mais coerente e ética ao ensinar ou mesmo conversar sobre sexualidade ou gênero na escola?

Não foi fácil ou tranquilo decidir que iria pesquisar sobre Educação Sexual e que a pesquisa ocorreria no IFRO. Não tinha, naquela época, nenhuma certeza que possuía qualidades e capacidades para ser uma pesquisadora na área, mas se eu já tivesse todas as qualidades prontas de um pesquisador, pouco sentido faria ingressar em um mestrado ou em um doutorado para aprendê-las.

Fiz a seleção para o mestrado e durante as leituras que realizei para escrever e defender o projeto de pesquisa tive acesso a um livro do professor Rafael Adriano de Oliveira Severo (UFMG).

Este professor havia feito alguns grupos de estudo e formado professores em Educação sexual. O título do livro dele é “Gênero e Sexualidade: Grupos de discussão como possibilidade formativa” e a metodologia que apresenta no livro era, a meu ver, possível de ser realizada no IFRO, por isso acabei me interessando pela proposta.

Procurei fazer contato com ele para, quem sabe, conseguir uma ajuda com materiais, que na época para mim eram escassos, sendo que isso ocorreu durante a etapa da seleção de candidatos que estavam concorrendo para o programa de mestrado em Educação Escolar (MEPE). Neste tempo o projeto de pesquisa era intitulado de “A construção do gênero e da sexualidade no currículo do Ensino Médio: uma experiência de trabalho multiprofissional”.

Ao fazer contato na universidade que o professor Rafael trabalhava fui surpreendida com a notícia de que ele havia sido assassinado recentemente. Não é comum procurar por um professor universitário e descobrir que ele foi assassinado, aquela notícia me fez pensar sobre o que teria ocorrido com ele. Pensei que ele deveria ter sido mais uma vítima de assalto, mas não era o caso. Ele foi brutalmente assassinado dentro do próprio apartamento em que morava.

Os investigadores e a polícia têm como suspeito desse crime um homem que se relacionava sexualmente com o professor Rafael, sendo que o motivo do crime, segundo o que foi divulgado pela imprensa, seria porque o professor Rafael queria ter um relacionamento amoroso, mas este homem não tinha o mesmo objetivo pois não queria se expor em um relacionamento homoafetivo.

Por mais que não tenha conhecido pessoalmente o professor Rafael, esse acontecimento acabou marcando o início da pesquisa, por que eu pensava: Logo esse professor? Que por meio do ensino da Educação Sexual ensinava a vencer o preconceito e a violência, agora era ele mesmo quem tinha se tornado a vítima da violência que combatia.

É uma realidade cruel. Ele não teve tempo de pesquisar mais nada, já se foi prematuramente e de forma violenta. A voz dele foi silenciada para aqueles que ele formava. Mas seu discurso permanece vivo em suas produções científicas.

Costumo ter um olhar muito sensível para situações assim, acredito que a escola (e o professor) tem um papel importantíssimo no sentido de desmistificar preconceitos, educar emoções, tornar as pessoas melhores de tal forma que não

respondam mais aos seus problemas e dilemas utilizando a violência, a discriminação, a opressão ou qualquer outra linguagem intimidadora.

A importância de se propor uma pesquisa sobre as contribuições da Educação Sexual na formação do professor se desencadeia porque o IFRO não pode apenas encaminhar ou marcar horário para tratar questões que envolvam a sexualidade, ou muito menos deixar esta responsabilidade a cargo de um ou outro profissional da CAED. Era preciso criar uma abertura para tratar a sexualidade de forma integrada e ancorada aos princípios científicos, didáticos e éticos.

Os objetivos da pesquisa foram concebidos considerando que o IFRO deve ter um papel importante na formação de seus professores, pois desta forma poderá cumprir seu papel na formação dos alunos.

Considerou-se que a sexualidade faz parte da vida, do corpo, das relações entre as pessoas, do crescimento pessoal e da vida em sociedade e que a Educação Sexual tem potencial para colaborar no crescimento profissional e pessoal do professor, servindo de referência para abordagens de situações conflituosas com relação à vivência da sexualidade no âmbito do IFRO.

Definiu-se como o objetivo geral da pesquisa compreender como a Educação Sexual faz parte da formação dos professores do IFRO e os objetivos específicos de conhecer como os professores compreendem e abordam a Educação Sexual no âmbito do IFRO e criar e desenvolver grupos de estudos em Educação Sexual.

A metodologia da pesquisa foi desenvolvida baseada em Thiollent (1996) que promove a pesquisa-ação como um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A metodologia da pesquisa-ação na formação dos professores do IFRO buscou conceber os professores como sujeitos protagonistas, conduzindo à autoformação crítica, levando a procura pela compreensão dos conflitos sexuais a partir do compartilhamento de impressões, dificuldades e necessidades, promovendo um ambiente em que os professores se sentissem livres para cooperar e participar da construção de conhecimentos em Educação Sexual.

Verifica-se que ao expor as dificuldades enfrentadas, abre-se possibilidades de evidenciar outras abordagens de conceitos em práticas e vivências, não com a

pretensão de transformar crenças e valores apresentados pelos professores, mas sim problematizá-los e repensá-los em um movimento dinâmico de questões acerca dos padrões e normas sociais.

Os professores do IFRO foram convidados a participar de encontros formativos em que puderam analisar as suas práticas pedagógicas no que concerne a assuntos relacionados à Educação Sexual, permitindo reflexões para futuras mudanças nas ações institucionais, como também em sala de aula.

## 2 SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DOCENTE

É oportuno reconsiderar quais as dimensões do sexo, da sexualidade e do gênero no contexto educativo atual, conhecendo como os professores ensinam e aprendem sobre sexualidade.

No meio escolar, a Educação Sexual foi por muito tempo caracterizada pelo aspecto informativo, biologizante e repressivo às manifestações da sexualidade. Em certos períodos teve como objetivo o controle da natalidade, e, mais recentemente, tem visado associar a ideia do prazer à sexualidade, as conquistas dos direitos humanos, a valorização da igualdade de gênero e liberdades individuais.

Criou-se uma busca por uma Educação Sexual que vá além da informação biológica e efetive ações que combata a discriminação, o preconceito e a violência sexual, causas de muitos conflitos sexuais que ocorrem na escola.

Nas últimas décadas houve um considerável avanço na produção científica no campo da Educação Sexual no Brasil, no entanto, mesmo assim, Bedin (2016) comenta que em 2015 houve um retrocesso com a exclusão nos planos municipais de educação das propostas de ações educativas envolvendo a igualdade de gênero e a Educação Sexual.

Diante do atual debate sobre a inclusão ou exclusão das discussões de gênero e sexualidade na educação brasileira, é de suma importância refletir não apenas sobre as concepções de gênero e sexualidade que referenciam as práticas docentes, mas também questionar as práticas discursivas relacionadas a essas temáticas a fim de se aproximar de uma concepção de Educação Sexual que busca o enfrentamento das lógicas interconectadas de hierarquização, marginalização e desumanização que constituem o cotidiano escolar heteronormativo (JUNQUEIRA, 2012).

A abordagem biologizante da Educação Sexual, o retrocesso que pode limitar o ensino da Educação Sexual e a crescente demanda de conflitos sexuais na escola, conflitos estes que os professores não se sentem preparados para enfrentar e superar, são fatores que implicam em uma reflexão para se buscar possíveis caminhos metodológicos que possibilitem um diálogo e um enfrentamento.

## 2.1 Concepções sobre sexualidade e gênero

Os professores, independente da área de formação, devem contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva e no que se refere à sexualidade devem ter uma oportunidade formativa que contribua para superarem suas dúvidas, ansiedades, angústias, que acaba prejudicando o seu trabalho como um todo.

Quando trabalha-se com sexualidade, é comum os seguintes questionamentos: a sexualidade pode ser ensinada? E, se pode, esse papel é da instituição educacional?

A escola, por sua natureza, é um campo fértil para identificação das questões que envolvem a opressão, os preconceitos, as desigualdades, os problemas humanos e é seu papel problematizar as relações.

Deve ter uma abordagem que promova a reflexão pessoal, respeitando o sujeito e suas visões de mundo, sua religiosidade e cultura, mas sem perder de vista o objetivo de educar cidadãos plenos em seus direitos e que saibam respeitar e valorizar o direito do outro.

Todos os professores precisam lidar com questões sexuais, tanto na vida pessoal, como na acadêmica e profissional. Mesmo sendo algo intrínseco a condição humana, em todas as fases de desenvolvimento, a questão ainda é considerada como um desafio.

Há uma grande lacuna no que se refere a uma formação voltada à sexualidade, os professores que se disponibilizam para abordar esse assunto em sala de aula o fazem a partir de algumas leituras sobre sexualidade, e inevitavelmente muitos partem de suas próprias opiniões sobre sexualidade e gênero, impossibilitando uma visão crítica frente à construção das identidades sexuais.

Para Nunes (2005, p.45), essa abordagem da sexualidade não é simples, pois existe “(...) certo estranhamento do sujeito humano com sua própria sexualidade. ” Esse estranhamento se encontra na noção de que estamos envoltos em valores morais que são determinados ou determinantes de comportamentos, usos e costumes sociais que estão relacionados a grupos de pessoas, envolvendo também valores religiosos e familiares.

Esse estranhamento também ocorre porque falar sobre sexo, sexualidade e gênero, mesmo entre adultos (professores) soa um tanto quanto intimidativo para

alguns que entendem que esse assunto é algo para ser debatido de forma pessoal, somente com pessoas próximas e de modo discreto.

Quando se fala em sexualidade pode-se fazer uma associação direta com sexo, como se ambas as palavras fossem sinônimas. Sexo e sexualidade são palavras com significados diferentes. O conceito de sexo e sexualidade requer uma análise pluridimensional.

Sexo inclui características físicas, biológicas, anatômicas e fisiológicas dos seres humanos. Vários são os fatores que influenciam na determinação do sexo de um indivíduo, notadamente os de ordem biológica.

Existem autores que defendem a determinação do sexo baseando-se em critérios apenas de ordem biológica, já há outros que defendem a conjugação de inúmeros fatores para a sua determinação.

> A determinação do sexo do ser humano abrange diversos fatores de ordem física, psíquica e social. Num indivíduo tido como normal, há uma perfeita integração de todos os aspectos, tanto de cada um desses fatores isoladamente, como no equilíbrio entre todos eles. Assim, a definição do sexo individual, comumente aceita pelas Ciências Biomédicas e Sociais, resulta, basicamente, da integração de três sexos parciais: o sexo biológico, o sexo psíquico e o sexo civil (CHOERI, 2004, p 85).

A sexualidade é uma dimensão inerente da pessoa e que está presente em todos os atos de sua vida. Figueiró (2006) compreende que sexualidade inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Inclui, também, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual.

Como se pode notar, a sexualidade é um elemento básico da personalidade que determina no indivíduo um modo particular e individual de ser, de manifestar-se, de comunicar-se, de sentir, de expressar e de viver o amor. A Sexualidade é auto identidade, é a própria existencialidade, é um conceito muito mais amplo do que o conceito de sexo.

A abordagem da sexualidade pode subsidiar o desenvolvimento de ações e projetos que favoreçam o ensino da Educação Sexual alinhado à formação docente. Assim, é preciso buscar um conceito mais complexo do real significado da sexualidade na formação da vida do ser humano, para após compreendermos como a Educação Sexual faz parte da formação do professor.

A sexualidade é parte da vida humana e em dado momento há de se vivenciá-la, seja de forma íntima, com o desejo sexual, os sentimentos românticos, a relação sexual; seja de forma pública, percebendo-se nos papéis sociais dos gêneros ou quando se discute a dissociação (ou não) entre sexo e amor e sexo e a geração da vida.

A vivência familiar, a escolaridade, o convívio com os amigos, o contato com os profissionais de saúde, os meios de comunicação social, entre outros, são intervenientes na sexualidade, contribuindo para a construção de um sistema de valores, de atitudes e de condutas.

A sexualidade é presente em todo o desenvolvimento físico e psicológico dos indivíduos, indo além do ato sexual em si, pois se encontra marcada pela história, cultura e ciência, igualmente como os afetos e sentimentos de cada sujeito. Como afirma Guimarães (1995, p.29), ao falar sobre a sexualidade humana:

> A Sexualidade Humana se explica pela natureza e cultura e pode ser compreendida tanto em sua evidência objetiva, manifestada no social, como na realidade subjetiva, experimentada internamente pelo homem. A cultura revela o sexual como produto dos fatos objetivos e subjetivos acumulados e elaborados pela humanidade no social. O conhecimento da sexualidade implica na compreensão da construção teórica das representações e significados das experiências sexuais em diferentes tempo e lugares.

A sexualidade se faz presente nos meios de comunicação, na família, nas escolas, nos parâmetros e propostas curriculares, nos diversos cursos, programas sociais, políticas públicas, entre outros.

Sob diferentes enfoques, a sexualidade é tematizada e transformada em foco de intervenção. A sexualidade faz-se presente em todos os âmbitos sociais, inclusive nas escolas, local onde os alunos, desde cedo, aprendem a expressar seus sentimentos. O contato com o corpo do outro aguça a curiosidade de conhecer as diferenças e as semelhanças dos mesmos.

De forma intencional ou não os professores discutem a sexualidade porque ela está presente na escola como reflexo de uma discussão mais ampla. Os professores tratam dessa temática principalmente pela demanda sexual existente diante deles, sendo que normalmente não planejam essas intervenções.

Sayão (1997) informa que a questão da sexualidade na escola não é algo novo e que desde a metade do século XVIII a França já desenvolvia ações do que, na época, era chamada de Educação Sexual. A França é considerada como o país

precursor nas discussões sobre a inclusão da Educação Sexual na escola, mas só inseriu oficialmente esse tema nos currículos escolares em 1973.

No decorrer da história da humanidade, a sexualidade foi considerada como um tabu, um assunto para ser tratado às escondidas, como diz Chauí (1984, p. 11): “O fenômeno ou o fato da repressão sexual é tão antigo quanto a vida humana em sociedade”. A sexualidade era marcadamente reprimida, não sendo um assunto que comumente se tratava na escola.

Nas sociedades modernas marcadas pelo rigor religioso, a sexualidade permitida e aceita era a relação sexual entre marido e mulher unidos pelo casamento, enquanto as outras formas de expressão da sexualidade eram tidas como perversão e pecado.

A sexualidade é uma das questões que tem trazido dificuldades, problemas e desafios aos professores no seu cotidiano de ensinar. Figueiró (1999, p.20), através de sua experiência e contato direto com os professores, analisa que os mesmos vêm:

> (...) enfrentando muitas situações ligadas à manifestação da sexualidade, que exigem conhecimentos e habilidades específicas e, sobretudo, habilidades para saber aproveitar as oportunidades que surgem, a fim de ensinar a partir delas.

Os comportamentos e conflitos de alunos e alunas quanto a sexualidade e o gênero no espaço escolar podem ser, na visão de Figueiró (1999), uma oportunidade para o ensino mais aprofundado e reflexivo sobre a sexualidade. O papel do educador não é de impor um determinado tipo de padrão de comportamento, mas sim o de oferecer novos conhecimentos, exercitar o questionamento e proporcionar a interação de opiniões que possibilite às decisões individuais.

A literatura sobre sexualidade tem apontado à predominância de várias concepções relacionadas a esse tema, é preciso distinguir algumas dessas concepções. A sexualidade tanto pode ser compreendida como uma construção individual das percepções e desejos sexuais, produzida ao longo da vida, como também pode ser vista pelo viés biológico, como meio da perpetuação das espécies.

Para o ser humano, a sexualidade envolve também os valores, conceitos morais, princípios espirituais e hábitos culturais. Nunes (1987, p.23) diz que “a sexualidade é sempre uma área de saber e de investigação essencialmente

polêmica, visto envolver-se com elementos de ordem religiosa e ética de diferentes conotações e universos sociais ou subjetivos".

A sexualidade, mesmo depois de ter se tornado objeto de estudos de diferentes categorias, como cientistas, religiosos, psiquiatras, psicanalistas, educadores, ainda continua sendo alvo de vigilância e de controle, designando quem está apto para falar da sexualidade, para defini-la naquilo que é ou não permitido (LOURO, 2008).

Existe uma lógica de informar para repreender, que foi sendo modificada até que, "(...) em certos períodos teve como objetivo o controle da natalidade e, mais recentemente, tem visado associar a ideia do prazer a sexualidade. " (SAYÃO, 1997)

Há concepções de sexualidade nos discursos de instituições como a Igreja Católica e nas ciências como Medicina, Direito, Psiquiatria, Pedagogia, Estatística e Demografia (FOUCAULT, 1988).

Já na concepção Médico-Higienista, a sexualidade é compreendida mais restritamente à genitalidade e a um problema de saúde pública. Esta tem como características: ênfase na prevenção do contágio de IST/AIDS; linguagem anatômica, clínica, de uso comum entre os médicos e de difícil acesso e compreensão à maioria da população; o sexo é classificado na ordem da disfunção e das anomalias; corpo entendido como um conjunto de órgãos e aparelhos que possui a função de reprodução e negação do prazer (LOYOLA, 1999).

Considerando a complexidade das concepções de sexualidade, é preocupante a situação da formação dos professores das diversas disciplinas e níveis de ensino, que não se sentem à vontade ou mesmo não conseguem romper com a vigilância e o controle citados por Louro (2008).

Acrescenta-se ainda o fato de a temática da sexualidade não ser tão simples de ser trabalhada em função da grande diversidade de opiniões e de valores morais, culturais, sociais e religiosos. Ribeiro (2004) comenta que avanços e retrocessos estão presentes ao longo de toda a história da sexualidade, caracterizando uma luta por uma sexualidade plural.

Nunes (2005) afirma que vivemos em um ambiente que considera sexualizado, o que torna necessária uma reflexão sobre sexualidade humana, pois ela faz parte de toda a vida cotidiana. Há sexualidade nos valores adotados, nos comportamentos, na linguagem, no modo de vestir, nas músicas, nos filmes, bem como nos relacionamentos, sendo que nas últimas décadas ocorreram

transformações enormes na compreensão e na vivência da sexualidade, tanto no Brasil como no mundo. Podemos partir do que diz Freire (1992, p.5):

> Ninguém vive bem sua sexualidade numa sociedade tão restritiva, tão hipócrita e falseadora de valores; uma sociedade que viveu a experiência trágica da interdição do corpo com repercussões políticas e ideológicas indiscutíveis; uma sociedade que nasceu negando o corpo. É preciso viver relativamente bem a sexualidade. Não podemos assumir com êxito, pelo menos relativo, a paternidade, a maternidade, o professorado, a política, sem que estejamos mais ou menos em paz com a sexualidade.

Para Freire (2000), a questão da sexualidade não poderia estar desvinculada da transformação social. Precisa ser concebida como processo, numa perspectiva dialética, em um contexto de verdades e diferentes visões de mundo.

A sexualidade é uma temática que pode ser tratada no campo pessoal e afetivo como também no campo social e público, em suas dimensões biológica, política e social, já que discussões em sexualidade devem extrapolar o âmbito pessoal (FURLANI, 2007).

Segundo Figueiró (2006), a sexualidade perpassa a dimensão biológica. A sexualidade faz parte da cultura e desta forma as questões trabalhadas na escola precisam envolver reflexão coletiva. Ela entende que este exercício permite o reconhecimento enquanto sujeito de sua própria sexualidade, construindo práticas para o desenvolvimento de sua vida.

E nas formas de lidar com a sexualidade ocorrem a existência de preconceitos, timidez, inseguranças em debater informações, medo de ser questionado, angústia, dificuldade de conviver com as diferenças, entre outras questões. Por que então tratar da sexualidade na escola e na formação do professor?

É primordial constatar que vive-se em um mundo relacional, por vezes empobrecido pelas instituições, em especial pela escola. O afeto, o amor, o sexo, a sexualidade são faces multifacetadas que internaliza-se ao longo da existência em um mundo que vem trivializando a paixão, o carinho e a intimidade. Um mundo que fez com que as pessoas se desiludissem em relação ao amor.

Viver plenamente a sexualidade é um caminho em que se possa compreender um pouco mais sobre o eu, sobre o outro, para construir um alicerce de paz para desempenhar os papéis na sociedade, como sujeitos de direito, livres para pensar, tendo acesso ao saber sexual existente.

Nas relações de poder, entendidas pela visão de Foucault (1999), a sexualidade é um elemento dotado de instrumentalidade e pode ser usado em inúmeras manobras, nas relações sociais, bem como pode tornar-se útil na articulação das mais variadas estratégias.

A fronteira do individual/coletivo em sexualidade tem sido alargada em diversos setores da sociedade, assuntos como gênero e sexualidade vêm ganhando relevância em espaços midiáticos e políticos e consequentemente tem chegado até os espaços acadêmicos de discussão e investigação, tanto no campo da educação como no da saúde, e mais recentemente, tem permeado discussões políticas.

No debate ocorrido em torno do Plano Nacional de Educação, e subsequentemente em torno dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, o termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher, afirmando que ideologia de gênero significa a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero (REIS, EGGERT, 2017).

A discussão dos Planos Municipais e Estaduais de Educação provocou protestos em plenários de câmaras municipais e assembleias legislativas de todo o Brasil porque lideranças religiosas se posicionaram favoráveis e grupos pró-diversidade se colocaram contrários ao veto de iniciativas que tratavam de igualdade, identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade nas escolas. (REIS, EGGERT, 2017)

Existe uma polemização e uma polarização de discussões sobre gênero e sexualidade no Brasil que tem se acentuado nos últimos anos, tanto pelo debate em torno da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação, quanto pela proposta do movimento Escola sem Partido.

O movimento Escola sem Partido surgiu em 2004 e se define como uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior (NAGIB apud RESENDE, 2015).

Sua principal estratégia foi, inicialmente, a judicialização da relação entre professores e alunos, tendo, em seguida, passado a pressionar as assembleias estaduais e municipais por projetos de leis que legitimassem suas ideias.

O movimento combate o que chamam de uma mentalidade progressista que desqualifica a religião e naturaliza o comportamento homossexual (NAGIB apud RESENDE, 2015).

De acordo com Macedo (2017) é um movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular. Para o movimento Escola Sem Partido (ESP), as discussões de gênero e sexualidade, assim como a militância político-partidária dos professores, são consideradas problemas na educação brasileira e por isso, tal movimento pretende criar leis contra a liberdade docente e criminalizar o que chamam de doutrinação político-partidária e sexual dentro das escolas públicas. Para o movimento, o ensino do gênero na escola trata-se de uma ideologia de gênero; para os favoráveis, significa discussão de gênero.

Esses dois pontos causam embates ideológicos radicalmente contrários, causando uma série de conflitos e discórdias, que em alguns casos tem levado, em vez da construção de um caminho democrático do pensar, um posicionamento radical e expressões de intolerância.

Quanto a Ideologia de Gênero, prevalece o entendimento de que a palavra ideologia corresponde a um conjunto de sentidos, de ideias, que constituem nossa relação com o mundo e fazem de nós quem somos.

Entre suas várias definições, ideologia pode ser considerada como “[...] um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que deve pensar e como devem pensar, o que devem fazer e como devem fazer” (CHAUÍ, 1980, p.3).

A Filosofia descreve a ideologia como uma separação da consciência em relação a si próprio, já a Sociologia como uma associação de representações e ideias que um determinado grupo social produz a respeito do seu meio envolvente e da sua função nesse meio. Existem ideologias políticas, religiosas, econômicas e jurídicas. Uma ideologia se distingue de uma ciência porque não tem como fundamento uma metodologia exata capaz de comprovar essas ideias.

A expressão ideologia de gênero tem sido compreendida na atualidade como uma teoria ideológica em que os dois sexos, masculino e feminino, são considerados construções culturais e sociais, de modo que, embora existindo um sexo biológico, cada pessoa teria o direito de escolher o seu sexo social (gênero).

Setores da sociedade chamados de conservadores, que buscam a manutenção dos valores morais e sociais da sociedade, tecem criticam a ideologia de gênero porque não concordam que os seres humanos nasceriam neutros e poderiam, ao longo da vida, escolher o seu gênero sexual.

> As expressões “gênero” ou “orientação sexual” referem-se a uma ideologia que procura encobrir o fato de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Segundo essa corrente ideológica, as diferenças entre homem e mulher, além das evidentes implicações anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa, mas são resultado de uma construção social. Seguem o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, fazem-na mulher”. Assim, sob o vocábulo “gênero”, é apresentada uma nova filosofia da sexualidade (RIFAN, 2015).

A ideologia de gênero, para esse grupo, é vista como contrária aos seus preceitos religiosos, tendo em vista que há impossibilidade de mudar o sexo com que se nasceu de acordo com a vontade de Deus. Para este movimento religioso conservador, ninguém nasce homem ou mulher por mero acaso, mas em virtude dos inescrutáveis desígnios de Deus.

## 2.2 Educação Sexual: conceito e marcos históricos

Busca-se apresentar o que é a Educação Sexual e seu papel na formação do professor, sendo permeada por questões que se apresentam no ambiente escolar envolvendo o papel da educação, da escola e dos professores no ensino da Educação Sexual, questionando a importância desse papel e sua necessidade. Ribeiro (1990, p.2) explica que a

> Educação Sexual refere-se aos processos culturais contínuos desde o nascimento que, de uma forma ou de outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação da sexualidade. Esta educação sexual é dada sem uma metodologia, um programa ou preocupação escolar e didática, mas ocorre na família, no bairro, com amigos, pela TV, pelas revistas e até na escola, transmitindo valores e determinados padrões sexuais da época.

Para Ribeiro (2004) a Educação Sexual vem sofrendo significativa atenção por parte dos professores, psicólogos e médicos, os quais compreendem que a dimensão da sexualidade no cotidiano dos indivíduos, desde o nascimento, não se reduz à capacidade reprodutiva, mas vai além, manifestando-se na vida psíquica

de cada um, nas relações interpessoais, na vida social e afetiva, nos papéis sexuais, nas questões de gênero, nas discriminações e estereótipos ligados ao gênero ou à orientação sexual, influenciando a personalidade, as escolhas e as visões de mundo.

Furlani (2007) analisa os conceitos de Educação Sexual e Orientação Sexual. O primeiro termo passou a ser compreendido como um conjunto de informações sobre a sexualidade, sendo denominada como uma maneira informal, ocorrendo no seio familiar, proporcionando aos jovens os padrões de morais impostos na sociedade.

Já a orientação sexual é conceituada como um processo de intervenção sistematizado, planejado e intencional, o qual promove um espaço de acolhimento e reflexão das dúvidas, valores, atitudes, informações que formam as vivências e manifestações da sexualidade.

No entanto, fundamentando-se em Altmann (2003), de modo geral, na bibliografia internacional, orientação sexual é um termo utilizado para indicar qual o sexo (masculino ou feminino) pelo qual uma pessoa sente-se atraída ou elege como objeto de desejo e afeto, enquanto que a Educação Sexual refere-se a práticas educativas que têm a sexualidade como tema.

Deste modo, utilizamos a terminologia Educação Sexual em vez de orientação sexual. A Educação Sexual refere-se aos trabalhos e discussões sobre sexualidade com crianças, jovens e adultos em todos os níveis de educação (FURLANI, 2007).

Dentre diferentes terminologias utilizadas, a Educação Sexual apresenta-se como a mais fortemente difundida, chegando a outros países, como Portugal e Espanha, que também adotam essa expressão para nomear um trabalho de educação e sexualidade nas escolas.

O termo Educação Sexual foi sofrendo alguns desgastes conceituais por estar vinculado diretamente à práticas com enfoque biológico, higienista, moralista e até mesmo dessexualizado, ao utilizar uma linguagem didática que visava explicar as Infecções Sexualmente Transmissíveis, gravidez, entre outros cuidados com o corpo que algumas vezes apresentavam-se como essencialistas e universalizantes.

A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil ocorreu a partir do final do século XIX e principalmente nas primeiras décadas do século XX, quando médicos e, posteriormente educadores, elaboraram teorias capazes de dar

sustentação científica as instituições médicas e educacionais (REIS; RIBEIRO, 2004). É a partir deste período que questões ligadas à sexualidade começaram a ter lugar importante no discurso médico-educacional.

De acordo com Figueiró (1995), nas décadas de 20 e 30 podem-se encontrar registros de manifestações que apontam diretamente para a necessidade de programas de Educação Sexual. Estas manifestações contribuíram para que os assuntos relacionados ao sexo saíssem do âmbito privado e alcançasse as esferas públicas.

Altmann (2003) explica que a inserção deste tema na escola está associada a uma preocupação com a dimensão epidêmica, com a alteração nos padrões de comportamento sexual e com a perspectiva de gravidez mais tardia.

Waideman (2003) constata que os adolescentes têm sido surpreendidos pela disseminação da AIDS, o que faria aumentar a necessidade de elaboração de um trabalho mais eficaz a ser desenvolvido especialmente nas escolas.

Segundo Guimarães (1995), na década de 60 surgiram várias tentativas para implantação de Educação Sexual nas escolas públicas e particulares, mas devido às mudanças políticas geradas pelo golpe militar de 64 esses programas tiveram que ser interrompidos devido à repressão do moralismo vigente, isso porque a Igreja Católica ainda possuía domínio do Sistema Educacional.

Guimarães (1995) afirma que entre os anos de 63 a 68 ocorreram várias tentativas de implantação da Educação Sexual nos currículos das escolas do estado de São Paulo, sendo criados programas experimentais, com intuito de prevenção e informação, programas estes que tiveram duração de três meses, havendo rejeição dos pais, Mesmo assim, algumas escolas do Rio de Janeiro adotaram a Educação Sexual em todas as séries, já outras implantaram o ensino em 1968, mas causando fortes consequências, tais como exoneração da direção, suspensão de alguns professores e expulsão de alguns alunos.

Ainda nos anos de 1960, as crianças e adolescentes passaram a ser alvo de discussões e preocupações, sob a influência do discurso médico[2], por intermédio das doenças transmitidas pelo sexo.

---

[2] No início do século, a grande disseminação da sífilis colocou em evidência a questão da Educação Sexual como uma forma de orientar os cidadãos e garantir a saúde das coletividades, visto que o contágio era o meio mais comum de propagação da doença e a maioria da população carecia de informações a respeito. Neste cenário, os discursos médicos ocuparam um lugar importante. É o momento em que a medicina passa a ser uma ciência da profilaxia (GASPAROTTO, 2005).

Nessa época, segundo Sayão (1997) se proliferam as iniciativas sobre a Educação Sexual nas escolas privadas e públicas, devido ao fato do surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)[3] e do aumento da gravidez não planejada entre os jovens.

Constata-se que o sexo era encarado como um assunto anti-higiênico, anti-pedagógico e imoral. Devido a isso muitos professores optaram por não abordar este assunto por temerem represálias e intimidações. Em consequência disso, no final da década de 60, há um certo recuo em matéria de orientação sexual na escola.

O Golpe Militar de 1964 ocasionou mudanças políticas radicais em defesa de uma moral por intermédio de um sistema repressor. Nos anos 60 foram publicados os livros do padre Charboneau.

Escritos numa linguagem filosófica, abordavam a sexualidade baseada na moral cristã, objetivando a consolidação de princípios morais defendidos pela Igreja e a educação para a paternidade (GUIMARÃES, 1995).

A partir da década de 80, a preocupação com a prevenção da AIDS e da gravidez precoce adentra as escolas de forma mais explícita e sistematizada. Já na década de 90, emerge a terminologia Orientação Sexual juntamente com a política pública instituída pelo Ministério da Educação (MEC), o Parâmetro Curricular Nacional – PCN –, no qual, em um de seus eixos transversais, está a temática da sexualidade nomeada como orientação sexual.

Esse documento legal passa a ganhar legitimidade e destaque perante o termo Educação Sexual, utilizado anteriormente. Nos anos 80 surge a Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH) que falava da importância de ser ter nas escolas a Educação Sexual.

O ano de 1995 é marcado com a iniciativa do governo federal em anunciar os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), entre os quais aparecia a orientação de que a sexualidade fosse tratada como tema transversal.

A Educação Sexual pôde ser abordada no interior das várias áreas de conhecimento, perpassando cada uma delas. Figueiró (2006) relata que esta é uma

---

[3] O número de infectados pelo vírus da AIDS voltou a aumentar no Brasil, conforme os números do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (Unaids). A população vivendo com o vírus no País passou de 700 mil, em 2010, para 830 mil em 2015, com 15 mil mortes por ano.

educação que pode ser ensinada hoje por professores de diferentes áreas do conhecimento e disciplinas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são referências para o ensino Fundamental e Médio do Brasil. O objetivo dos PCN é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania.

Não possuem caráter de obrigatoriedade e, portanto, pressupõe-se que serão adaptados às peculiaridades locais. Têm como objetivo estabelecer uma referência curricular e apoiar a revisão e elaboração da proposta curricular dos estados ou das escolas integrantes dos sistemas de ensino.

Os PCN incluem a Educação Sexual como um tema transversal, sendo um conteúdo não obrigatório, mas orientam considerar as emoções e noções sobre sexualidade trazidas pelos alunos, oriundas de suas famílias e de suas vivências, possibilitando reflexões e debates quanto aos assuntos que envolvam a sexualidade, gênero ou sexo.

A ideia era de que diversas disciplinas integrassem o assunto de maneira articulada com outros temas. Os PCN para o Ensino Fundamental e Médio incluem a orientação sexual para ser abordada de forma articulada juntamente com outros temas, tais como: saúde, ética, meio ambiente e pluralidade cultural (SAYÃO, 1997). Ocorre que a abordagem que se assumiu nas escolas foi baseada em uma visão biologizante do sexo, com ausência de discussões sobre a desigualdade de gênero. Para Egypto (2005) esta ausência pode alimentar preconceitos e conceitos morais equivocados, produzindo discriminação.

Apesar de no Brasil a Educação Sexual não ter caráter obrigatório, para Who (2010) a tendência na Europa tem sido a obrigatoriedade da Educação Sexual. Esta obrigatoriedade não contempla situações que permitam aos pais ou responsáveis retirarem os educandos das aulas se apresentarem objeções aos conteúdos do currículo. Em Portugal, por exemplo, a primeira lei sobre Educação Sexual foi instituída em 1984 (Lei n.º 3/1984 sobre Educação Sexual e planejamento familiar).

Os professores têm mais facilidade em ensinar sobre a versão biológica dos conteúdos de Educação Sexual, como a prevenção da gravidez e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), do que discutir sobre a sua versão psíquica, abordando vivências e conflitos decorrentes da sexualidade.

Informações e orientações a respeito da anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor, muito embora sejam necessárias, não são suficientes. Assim, falar sobre sexualidade é referir-se também a sentimentos, emoções e afetos fundamentais no desenvolvimento psíquico do ser humano.

Há necessidade de investir no planejamento de atividades escolares que possam minimizar as desigualdades de gênero, com o objetivo de melhorar as relações sociais humanas como um todo. Vale ressaltar que o preconceito de gênero afeta tanto mulheres quanto homens e o ambiente livre de preconceito e discriminação oferece melhores condições de desenvolvimento físico e psicológico, além de possibilitar maior aproveitamento escolar.

Ações educacionais que promovam a equidade de gênero, a inclusão social e a constituição de uma cidadania para todos com o combate ao sexismo e à homofobia, segundo Junqueira (2007, p. 65) encontra respaldo nos seguintes documentos nacionais: Constituição Federal (BRASIL, 2001); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 (BRASIL, 1996); Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997); Programa Nacional de Direitos Humanos II (BRASIL, 2002); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007); Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2004) e o Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004).

## 2.3 A formação em Educação Sexual

A Educação Sexual deve ser um assunto tratado na formação de professores, seja ela inicial ou continuada, de modo que possam perceber a necessidade de sua abrangência, assim como instrumentaliza-los para saber como tratar deste tema.

Contudo, esta não é a realidade do cenário educacional brasileiro. Muitas vezes os professores se deparam com dúvidas e dilemas dos alunos e não conseguem ajudá-los, seja por falta de habilidades ou pelas próprias limitações em lidar com o tema da Educação Sexual, percebem-se carentes de falta de informação ou não sentem coragem de enfrentar o preconceito e até mesmo a violência.

Ribeiro (2004) destaca que a grande maioria de professores não tem formação para a educação em sexualidade nos cursos de nível superior que formam professores. Já Leão (2014) aponta em seus estudos que nos cursos de Pedagogia

das várias unidades da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), não há disciplina específica sobre Educação Sexual e relações de gênero.

O exercício de trabalhar a Educação Sexual de modo coletivo pode ir de encontro à compreensão de alguns setores da sociedade, de alguns pais de alunos, do entendimento de instituições religiosas ou de pessoas que não concordam que a mesma possa ser ensinada e aprendida de forma pública, como qualquer outro assunto do currículo da escola.

Para algumas famílias, o grau de concordância em relação aos debates sobre sexualidade e igualdade entre os sexos no ambiente escolar pode ser pequeno. Ocorre que o conceito de sexualidade é muito amplo. Não é possível a escola trabalhar apenas com uma concepção, tem o dever ético de apresentar toda a diversidade de concepções existente na literatura científica.

Figueiró (2007) suscita a discussão sobre quando a sexualidade sofre influência direta da cultura, dos costumes, da religiosidade, da moral e da visão de mundo dos diferentes indivíduos.

Ela amplia o debate sobre o posicionamento do professor ao tratar desta questão e reafirma o papel da Educação Sexual escolar, que é diverso da Educação Sexual da família, sendo que uma educação não deve se contrapor a outra, mas se tornarem complementares.

A Educação sexual ofertada pela família é permeada pelos valores culturais e religiosos, os pais ensinam os conceitos do que acreditam ser o certo ou errado na vivencia da sexualidade e do gênero. Assim, muitos pais têm receio de que a Educação Sexual escolar possa ferir os princípios familiares estabelecidos.

Neste sentido podemos nos aproximar das discussões de Figueiró (2007), que comenta sobre os papeis desempenhados pelos pais, enquanto educadores sexuais, e pelos professores:

> Qual seria o papel do professor que se dispõe a falar sobre sexualidade no espaço da escola? Alguns pais se preocupam, justamente, por temer que os professores passem, para seus filhos, os valores que eles, professores, defendem. Assim, por exemplo, pais conservadores, que defendem a virgindade até o casamento (para as filhas, na maioria das vezes), temem que professores possam pregar valores divergentes, incentivando, no caso, o sexo antes do casamento. O contrário também pode acontecer, ou seja, pais que pretendem que seus filhos sejam livres para decidir, com responsabilidade, sobre sua vida sexual, temem que professores conservadores venham lhes incutir ideias de pecado (FIGUEIRÓ, 2007, p.3).

Ela aborda a influência da Educação Sexual escolar, desenvolvida pelo professor, na Educação Sexual da família, considera que os professores não devem influenciar os alunos com seus valores pessoais e que o papel da escola é criar oportunidade de reflexão sobre os diversos temas que envolvem a sexualidade:

> Teriam direito, os professores, de influenciar seus alunos com seus valores pessoais sobre o que consideram certo ou errado? Certamente não; cabe a eles criar oportunidades várias de reflexão, para que os alunos pensem e discutam com os colegas, a fim de que formem sua própria opinião sobre sexo pré-matrimonial, masturbação, homossexualidade e aborto, entre outros. Cabe também ao professor fazer com que os alunos tenham acesso a informações claras, objetivas e científicas sobre a sexualidade (FIGUEIRÓ, 2007, p.3).

Neste ponto talvez ocorra divergências, críticas, assim a sexualidade vai se revelando como uma tarefa desafiadora para o professor. Pode-se, inicialmente, estranhar o fato de buscar a compreensão de si mesmo enquanto sujeito sexual e reconhecer no outro esta mesma condição, sendo que cada um aprende uma forma de lidar com a sexualidade, sendo expondo-a, escondendo-a, ignorando-a, questionando-a, limitando-a, repreendo-a, criticando-a.

Figueiró (2007) considera que professores e professoras devem se familiarizar com o discurso da sexualidade no cotidiano escolar, não só por ser um assunto presente entre alunos e alunas, mas pela necessidade que a educação tem de desmistificar e desestabilizar questões arraigadas sobre sexo, gênero e suas relações, na busca por um mundo mais justo e ético.

Torna-se necessário abordar a Educação Sexual de forma que ela reflita a sexualidade partindo de um enfoque sociocultural, passando pelo psicológico, até chegar aos aspectos fisiológicos, sempre levando em consideração a importância do diálogo, ampliando o senso crítico e a visão de mundo, permitindo discussões e debates (RIBEIRO, 1990).

Para atingir este objetivo, sem reduzir a Educação Sexual ao aspecto informativo, biológico e moralista, é essencial que haja uma preocupação primeira com a formação dos professores que irão trabalhar na área. É preciso repensar os modos pelos quais os professores estão sendo formados (ou não) em Educação Sexual, porque este tipo de formação precisa contribuir para que o professor tenha clareza do seu papel enquanto educador sexual.

Como qualquer outro educador, o educador sexual é agente de transformação e multiplicador de valores e comportamentos dos indivíduos, grupos e da sociedade como um todo (RIBEIRO, 1990).

O professor que educa sexualmente precisa estimular o pensamento a derrubar preconceitos, deve promover o diálogo e o respeito pela sua própria sexualidade e pela de seu aluno: “A formação do educador sexual é básica no sentido de preparar as pessoas em nível de conhecimento, metodologia e postura para trabalharem na escola um tema que é ainda polêmico em nossa sociedade” (SILVA, 2002, p.26).

Deve evitar colocar seus próprios valores, crenças e opiniões como princípios ou verdades absolutas, procurando ouvir e aceitar as expressões próprias da sexualidade de seus alunos, que podem não ser as mesmas nas quais acredita, mas que devem ser respeitadas.

A formação em Educação Sexual é uma atividade hoje que envolve investigação do ato de ensinar e aprender, a pesquisa, métodos e concepções de ensino, modos de ser e entendimento das constantes mudanças e infinitas incertezas.

A formação do professor surge como uma ferramenta conceitual e operatória que permite trabalhar uma diferenciada problematização do mundo contemporâneo, reinterrogando os sistemas de pensamento moderno e suspeitando das suas verdades; questionando as formas de racionalidade e suas promessas de liberdade, igualdade e fraternidade; duvidando das naturalizações de raça, sexo, geração; estranhando o que era familiar e problematizando o que não era problemático; desconstruindo sentidos, referências e privilégios (CORAZZA, 2001).

A visão de Corazza (2001) se deve ao aprofundamento das características pós-modernas nos tempos em que vivemos. Um tempo de fim das utopias e das certezas, de desmoronamento da ideia de verdade centrada na prova empírica, na objetividade, na natureza ou na evidência matemática. Um tempo de explosão das demandas particulares e das lutas da diferença, de aceleração das trocas culturais e dos fluxos globais, de compressão espaço-temporal.

A aptidão ou preparo para falar sobre a sexualidade ocorre através de experiências formadoras que envolvam a Educação Sexual. A Educação Sexual é concebida como um processo que não está limitado ao ambiente escolar, a escola é um dos locais onde este conhecimento é dado: “(...) essa educação é contínua,

indiscriminada e decorrente dos processos culturais que envolvem a aquisição de normas, regras e valores sobre o sexo” (RIBEIRO, 2004, p. 36-37).

De acordo com Schön (1992) o objetivo da formação docente deve ser desenvolver as capacidades dos professores para a ação reflexiva, o espírito crítico sobre a sua prática e sobre o contexto social e educativo vigente. A formação docente deve estar embasada teoricamente para a prática reflexiva e o desenvolvimento profissional, que ocorre durante toda a vida do professor, na sua interação com o coletivo escolar e de forma planejada e intencional.

A análise da atividade profissional docente, feita por Schön (1992), salienta o valor epistemológico da prática e revaloriza o conhecimento que brota da prática inteligente e reflexiva que desafia os profissionais. A análise da prática docente é vista como fonte de conhecimento através da experimentação e reflexão, como momento de integração de competências.

A perspectiva de formação em Schön (1992) pode fundamentar um trabalho docente que esteja pautado na Educação Sexual, no formato articulador da escuta, haja vista a necessidade de problematizar, questionar, dialogar e compreender os elementos culturais, sociais e históricos que envolvem a sexualidade.

Na situação de formação há fundamentalmente as funções de abordagem de conteúdo com uma compreensão dos problemas locais e de escolha das estratégias formativas que melhor correspondam ao conhecimento que se precisa para compreender a problemática, buscando estabelecer uma relação propícia.

No seu conjunto, as estratégias formativas que Schön (1992) preconiza incluem demonstrações acompanhadas de comentários sobre os processos seguidos; esclarecimentos sobre as contribuições que os vários domínios do saber podem trazer para o problema em causa; verbalização do pensamento como expressão dos processos de reflexão na ação; diálogo com a situação, encorajamento, instruções, sugestões, formas de atuação.

A Educação Sexual apresenta lacunas que precisam ser verificadas e vencidas. Antes de oferecer aos docentes uma formação que sistematizem o ‘como fazer’, é preciso que se sintam parte das propostas, compreendam a sua própria condição de ser sexual no mundo para poderem atuar além das incertezas e das críticas, fazendo a construção do conhecimento científico e tendo consciência que também são capazes de promover ações para uma cidadania participativa e íntegra dentro do campo da Educação Sexual.

A formação de professores acontece numa rede de saber e poder. Muitas vezes essas redes formam sujeitos para atuarem em determinado campo da sociedade visando construir identidades que se adequem a um padrão. Essas identidades são construídas levando em consideração o gênero, o sexo, a etnia, a raça, a classe e outras categorias.

Para esta pesquisa também consideramos o que diz Figueiró (2006): existem quatro abordagens que devem ser respeitadas quando se inicia um trabalho de educar para a sexualidade, a saber: religiosa, médica, pedagógica e política/emancipatória. Por isso, nos momentos formativos, busca-se trazer os assuntos que os próprios professores consideram difíceis de serem tratados sobre a questão da sexualidade, tendo foco em sua postura, seus discursos, posicionamentos, todos perpassados pelas quatro abordagens de Figueiró.

Figueiró (2006) afirma que o papel da Educação Sexual deve ser a formação plena dos indivíduos de forma a capacitá-los para a assimilação da condição humana e, dentro disso, para as vivências sexuais realizadoras (NUNES; SILVA, 2000).

A escola resiste em aceitar a sexualidade como parte da educação global do indivíduo. Deve ser realizada tendo por intuito colaborar para o desenvolvimento integral do professor e, consequentemente, para sua qualidade de vida. Figueiró (2006) adiciona também que esta educação objetiva transformações sociais.

Para Leão e Ribeiro (2012) é preciso que esta formação garanta um aprofundamento, ou pelo menos, uma aproximação com este tema de maneira que o docente saiba como abarcar este assunto.

Entretanto, as pesquisas têm evidenciado que na formação inicial não se proporciona o alicerce teórico necessário, pois é visto como assunto de cunho privado, o qual não deve ser abrangido no âmbito escolar e universitário (LEÃO, 2012).

A falta de subsídios teóricos torna-se um problema para os professores, uma vez que esses assuntos aparecem com frequência nas salas de aula. Aliás, muitas das dificuldades relacionadas com a inserção da sexualidade nas escolas têm sua origem na formação inicial de professores (LEÃO, 2008). Salienta-se a necessidade de que o professor seja devidamente preparado para efetivar o trabalho de Educação Sexual.

Figueiró (2004) afirma que o reconhecimento da complexidade da tarefa de ensinar, as dificuldades encontradas no processo ensino aprendizagem, as funções e competências que são cada dia mais exigentes, são fatores que tem impulsionado professores na busca de novos conhecimentos.

O educador, além das competências que necessita ter, precisa saber improvisar, ter criatividade e inteligência. Essa caminhada para uma formação continuada deve acontecer com calma, para que o mesmo possa pensar e repensar sua prática.

# 3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA-AÇÃO NO IFRO

## 3.1 Caminho metodológico

Esta pesquisa-ação foi desenvolvida em três momentos. O primeiro momento se constituiu na divulgação e convite para participação na pesquisa, o segundo foi a análise do questionário e o terceiro foi a formação e desenvolvimento dos momentos formativos.

O primeiro momento ocorreu através da abordagem individual com o professor, no qual foi apresentada a pesquisa e entregue o questionário. Para todos os professores que aceitaram participar da pesquisa foi entregue pessoalmente o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) em um envelope do tipo A-4, juntamente com o questionário para ser preenchido em momento oportuno, sendo que o participante teve até 7 dias para entregar o mesmo em mãos a pesquisadora.

O segundo momento visou determinar o campo da investigação, as expectativas iniciais do grupo e indagar as causas do fenômeno por meio da análise de dados do questionário. Os fenômenos observáveis foram problemas que envolviam a sexualidade, sexo ou gênero.

O terceiro momento reuniu os professores que desejaram participar da pesquisa e assinaram o TCLE, se constituiu em uma etapa para recolher as propostas de todos e estabelecer em conjunto as diretrizes da pesquisa e da ação pretendida, em busca de promover um diagnóstico participativo.

Os encontros formativos foram organizados após a análise de dados do questionário, de acordo com os resultados do levantamento de dados obtido e o número de participantes. A metodologia foi organizada de forma a poder ser desenvolvida paralelamente com as demais atividades dos professores do IFRO, portanto a quantidade de encontros, tempo de duração e local dos grupos foi definida com os professores.

A metodologia dos encontros buscou ser flexível e de comum acordo com os participantes, pautada como um meio de organização dos debates e discussões, tendo em vista que os temas abordados poderiam suscitar polêmicas e opiniões divergentes, portanto seria importante construir um espaço democrático onde todos pudessem ser ouvidos e também tivessem garantidos momentos de expressarem

suas opiniões. Os grupos de estudos são uma forma de intervenção que busca dar encaminhamento as problemáticas levantadas.

A pesquisa-ação pode contribuir para uma educação inclusiva em que a temática da sexualidade colabore para ajudar os professores a superarem suas dúvidas, ansiedades, angústias, que prejudicam o ensino aprendizagem como um todo.

Buscou-se uma estreita interação entre a pesquisa e a prática, entre o processo de investigação e da ação interativa. A pesquisa-ação supõe a superação da relação de distanciamento entre o pesquisador, que tem um suporte teórico e metodológico, e as pessoas envolvidas, que contribuem com suas experiências, vivências e conhecimentos de sua própria realidade.

Thiollent (1996) diz que a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Segundo Elliott (1997), a pesquisa-ação permite superar as lacunas existentes entre a pesquisa educativa e a prática docente, ou seja, entre a teoria e a prática, e os resultados ampliam as capacidades de compreensão dos professores e suas práticas, por isso favorece amplamente as mudanças.

A pesquisa-ação desenvolvida no IFRO foi planejada para suprir uma carência formativa com relação à Educação Sexual, sabendo-se que para haver o ensino da Educação Sexual é preciso iniciativa.

A metodologia da pesquisa-ação tornou-se um meio para suscitar a concretização dessa formação, tendo em vista que muitos professores faziam encaminhamentos sobre questões sexuais dos alunos, contudo poucos tinham interesse de debater o assunto. Com uma metodologia participativa, por meio de encontros, poderia se desenvolver um momento formativo em que as questões sexuais pudessem ser debatidas de forma organizada e reflexiva.

Além de todas as dificuldades previsíveis, concebia-se a possibilidade de lidar com preconceitos e resistências. “Essas resistências podem ser observadas até mesmo dentro de nós. É um susto, temos que nos dar conta de que fomos educados dentro de uma sociedade patriarcal, cheia de tabus, de desinformação e medo de mudanças” (SUPLICY, 1998, p.4).

Observa-se que são poucas as escolas que incluem em suas práticas pedagógicas a discussão com os professores de um tema tão importante e necessário como à sexualidade (BRITO; CARDOSO, 2009).

É necessário despertar para a necessidade de obter aprofundamento em temas relacionados à Educação Sexual, compreender que deve haver uma imprescindibilidade de olhares. Para pesquisar e intervir simultaneamente é preciso compreender a atividade educativa como essencialmente relacional.

Conforme os critérios de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa, somente os professores do IFRO poderiam ser os colaboradores da pesquisa. Foi previsto que no momento da reunião pedagógica do semestre letivo de 2016 fosse apresentada a pesquisa aos docentes.

Em momento anterior, a presente pesquisa tinha sido apresentada para o diretor da instituição, o diretor de ensino e o coordenador de departamento, sendo que todos deram autorização para o desenvolvimento da mesma e cada um colaborou para que fosse possível desenvolver as etapas da pesquisa de acordo com as outras atividades e eventos da escola.

O calendário letivo estava repleto de atividades, era final de ano letivo, outubro de 2016. A reunião pedagógica que iria ocorrer acabou não acontecendo, a própria gestão da escola decidiu por não a fazer mais. Havia sido previsto no projeto de pesquisa que os objetivos, formas de participação e meios de coleta e análise de dados da pesquisa seriam apresentados aos professores nessa reunião, o que não aconteceu.

Diante disso outra estratégia foi utilizada, enviamos o convite da pesquisa via e-mail a todos os professores. O convite formal foi feito pela Diretoria da instituição, em que se optou por estabelecer um prazo de até sete dias para enviar o aceite. Caso não enviasse o aceite, seria entendido que houve recusa ao convite ora feito.

Os professores que aceitaram participar da pesquisa via e-mail receberam os TCLE individualmente. Como poucos professores responderam ao convite por e-mail, foi necessário abordá-los pessoalmente, nos intervalos das aulas, embora esta não tenha sido a ação previamente estabelecida no cronograma da pesquisa.

Foi necessário perseverar para que eu, enquanto pesquisadora, pudesse ser recebida e escutada pelos professores, esta foi uma condição *sine qua non* para a adesão dos mesmos. Outros professores não tiveram interesse em participar da

pesquisa, alegaram estar com muitas atividades para cumprir, não ter afinidade com a temática ou que não iriam estar na instituição nas próximas semanas.

A maioria dos professores aceitou o convite para participar. Alguns sujeitos da pesquisa aderiram com facilidade, pois se diziam simpatizantes do tema, disponibilizando-se a responder qualquer tipo de pergunta, pois encaravam com bastante naturalidade a temática; já outros embora tenham aceitado participar, demonstraram receio em se comprometer ou serem intimidados pelo tipo de questionamento que seria realizado.

Estes sujeitos exigiram uma abordagem mais detalhada, na qual foram esclarecidas as formas de participação na pesquisa, o conteúdo do questionário, a liberdade para responder ou não o questionário e participar ou não dos momentos de formação oferecidos.

Sempre há particularidades que tornam cada experiência educativa como única, envolve a alegria de partilhar bons momentos, como quando um colega professor saiu cantando a música “Amor e Sexo” de Rita Lee, pelo corredor da escola, depois de eu convidá-lo para participar da pesquisa.

Sua irreverência era contagiante, eu ainda perguntei se aquilo era um “sim” e ele sorriu dizendo que não tinha como ser “não” porque gostava muito do assunto. Para cada professor a reação era diferente: alegrias, brincadeiras, como também seriedade e distância. Houve também casos de professores que aceitaram participar da pesquisa após a intervenção de outro colega professor, que já tinha participado de alguma atividade e comentou a respeito.

## 3.2 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram todos os professores do IFRO que quiseram, por livre vontade, participar desta pesquisa. O corpo docente do IFRO é formado por professores licenciados e bacharéis de diversas áreas, em decorrência da oferta de ensino técnico e profissional, tanto a nível de Ensino Médio Técnico, quanto da graduação e especialização.

Os professores que aceitaram participar desta pesquisa são formados em Educação Física, História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Química, Física, Biologia, estes do núcleo comum. Do núcleo técnico são

formados em Pedagogia, Sistemas de Informação, Ciências da Computação e Engenharia Florestal.

Esses professores atuam tanto no Ensino Médio técnico como no Ensino Superior, tendo contato com estudantes adolescentes e adultos. Ao apresentarmos as falas desses professores no decorrer da dissertação, serão identificados pela letra P e por um número. Não será revelada a identidade dos professores em nenhum momento, tendo em vista a importância da ética no processo de investigação e a criteriosa observação de medidas que resguardem a identidade e o bem-estar dos sujeitos humanos envolvidos.

A pesquisa será descrita de forma narrativa, a fim de evidenciar as intervenções, dificuldades e avanços no decorrer do processo. O objeto de discussão foi decidido com os sujeitos a partir do interesse do grupo e está relacionado aos problemas reais trazidos pelos próprios professores. A finalidade das discussões é a transformação da realidade que afeta os professores envolvidos.

Dos 68 professores pertencentes ao quadro do IFRO, foi possível apresentar, de forma individualizada, a pesquisa para 43 deles. Desse total de 43, 30 optaram por participar da pesquisa. Destaca-se que dos 68 professores, 11 são professores substitutos e 9 estão em afastamento.

Aos demais professores não foi possível apresentar a pesquisa individualmente, portanto foi enviado um convite para participar da pesquisa através de e-mail.

Enumeraram-se os professores a partir do 1 até 30, sendo que será desta forma que serão identificados na pesquisa, de modo a preservar a identidade. Preserva-se a identidade dos participantes como também o campus em que se realizou a pesquisa, como forma de garantir que nenhum sujeito possa ser identificado, nem mesmo o seu local de trabalho.

Como trata-se de uma pesquisa que envolve seres humanos, foram observados cuidadosamente os requisitos das diretrizes da Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos.

Foram observadas as suas exigências, em especial a de respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, como também os hábitos e costumes dos participantes. Conforme os dados colhidos no questionário, do total de

professores participantes, 15 deles são homens e 13 são mulheres. Apresenta-se um equilíbrio entre o número de professores e professoras.

Observamos que há professores que não são licenciados, ou seja, possuem curso bacharelado, como é o caso dos professores formados em Ciências da Computação, Sistemas de Informação, Informática, Engenharia Florestal e Química. Dos 30 professores, 3 deles são especialistas, 20 são mestres, 2 são doutores e 5 estão cursando o doutorado.

As áreas de formação desses professores incluem as Ciências Humanas e Exatas. De acordo com este dado, os professores das áreas de Informática e Engenharia Florestal não tiveram uma formação pedagógica para a docência.

A maior parte dos professores que participaram da pesquisa estão em contato com alunos adolescentes. É na fase da adolescência que predomina a manifestação dos primeiros desejos sexuais e há também uma grande dificuldade na compreensão da própria identidade sexual, é a fase mais intensa de descoberta pessoal.

### 3.3 Instrumento de coleta e análise de dados

O questionário visou avaliar se e como a sexualidade estava sendo abordada no IFRO, interessa compreender a percepção que os professores, sujeitos desta pesquisa, têm da atual situação da Educação Sexual na escola.

O questionário foi elaborado através de nove questões, na primeira parte solicita-se algumas informações pessoais como o nome – que era opcional – idade, formação e o tempo que trabalha no IFRO. As informações pessoais referentes ao nome, idade e tempo de trabalho são dados que apenas a pesquisadora teve acesso, não sendo divulgados.

A segunda parte contém perguntas sobre a formação, em especial se o professor teve ou não formação em Educação Sexual. A terceira parte do questionário trata das práticas educativas, as perguntas envolvem se o professor já ministrou algum conteúdo relacionado a sexo, gênero e sexualidade em suas aulas, se vivenciou alguma situação em sala de aula em que precisou falar sobre sexo, sexualidade ou gênero e o que fez diante da situação, e quem considera que deve ensinar Educação Sexual na escola.

Com vistas a dar resposta aos objetivos do estudo e também orientar os momentos formativos com os docentes, o questionário elaborado partiu de um conjunto de questões que envolvem os seguintes aspectos: Qual é a opinião do professor participante da pesquisa sobre a Educação Sexual? Sente-se confortável em tratar da generalidade de temas que envolvem a Educação Sexual? Com base em que já tratou desses temas? Obteve formação que contempla a Educação Sexual? Sentiu algum tipo de dificuldade para tratar da temática? Por quê? Quais? Em que isso se modificou ao longo da pesquisa?

Interessa conhecer as formas como a escola, na pessoa de seus professores, tem lidado com a sexualidade humana e como a camada adolescente da população escolar tem assimilado tais informações na visão dos professores.

A sexualidade é um aspecto extremamente importante na formação global, não pode ser negada ou ignorada. Então nesse ponto se desdobra a relevância de conhecermos um pouco mais sobre os mecanismos criados pelos professores do IFRO para lidar com a sexualidade.

O encontro formativo ou grupo de discussão também é um meio de coleta de dados, traz à consciência do grupo sua problemática real, revelando as reais possibilidades de ação dentro dessa problemática, num processo de aproximação entre consciência e realidade.

Significa que o conhecimento do grupo ou comunidade torna-se mais verdadeiro, correspondendo a um desvelamento da realidade, a uma ruptura com a ideologia. Os passos próprios desta fase são: o primeiro passo compreende a organização ou seleção de grupos e o segundo se realiza o processo de codificação dos grupos de estudo. Este passo significa um avanço no desenvolvimento da metodologia.

O referencial teórico de análise de dados é composto por Bardin (2007). Utilizaremos Bardin para analisar as categorias que surgiram a partir da análise de conteúdo realizada através das falas dos professores, sendo as seguintes categorias: Gênero, Sexo e Sexualidade, Homossexualidade, Violência Sexual, Diversidade Sexual, Infecções e doenças relacionadas ao comportamento sexual e a Educação Sexual.

Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, às representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais mais amplos. Por meio dessa

análise, durante as análises das falas é necessário estabelecer uma noção do professor enquanto sujeito produtor e reprodutor de discursos, de interpretações e leituras de mundo, o qual pode determinar sentidos para um texto ou uma linguagem.

Utilizaremos de recortes das falas que representem um tema de interesse comum, sabendo que a linguagem não é um meio neutro de refletir ou descrever o mundo, já que o discurso tem importância central na construção da vida social.

Durante as etapas da pesquisa foram emergindo conteúdos de análise, que são as temáticas que mais os professores tiveram o interesse de tratar, sendo que esses conteúdos serão analisados baseados na formação de categorias.

.

# 4 EDUCAÇÃO SEXUAL NO IFRO: CONCEPÇÕES, CRENÇAS E VALORES

Esta sessão apresenta os dados obtidos por intermédio do instrumento do questionário que foi proposto para compreender como os docentes abordam a Educação Sexual no seu cotidiano.

Apresentaremos as trajetórias dos dados do questionário, relacionando com os objetivos propostos. As respostas dos sujeitos serão analisadas de modo a dar respostas aos objetivos propostos para esta pesquisa.

O questionário foi o instrumento escolhido porque permite ao sujeito responder as questões ao seu tempo, garantindo tempo para pensar nas respostas. Também foi escolhido pelo fato do sujeito responder ao questionário sozinho, podendo assim se sentir mais à vontade para expor a sua opinião, já que somente o pesquisador irá verificar a resposta na íntegra e manterá sigilo sobre ela.

Desde o início das atividades do campus do IFRO, no ano de 2009, não havia projetos ou grupos de estudos com foco nas questões de Educação Sexual. O que ocorria eram diversas situações envolvendo os alunos, principalmente os adolescentes, no que tange a questões sobre a sexualidade e o gênero, como trajar roupas inadequadas ao ambiente escolar, “namoros” nas dependências da escola, desrespeito com a orientação sexual escolhida, “brincadeiras” envolvendo o sexo.

## 4.1 Como é a formação em Educação Sexual dos professores?

Antes de iniciar os momentos formativos da pesquisa, era preciso saber qual o tipo de formação dos professores participantes da pesquisa, se já haviam tido formação em Educação Sexual durante a graduação, especialização, mestrado ou doutorado.

Os professores foram questionados por meio de instrumento impresso, se durante a Graduação, Especialização Lato Sensu, Mestrado ou Doutorado tiveram alguma formação em Educação Sexual. Poderiam responder sim ou não e especificar, se sim, como tinha ocorrido a formação, se em uma disciplina específica, projeto do curso, atividades extraclasse, entre outros. Segue a tabela indicando suas respostas.

É importante ressaltar que falar sobre sexualidade não é só uma questão de conhecimento, é uma questão de valores pessoais, morais, ideológicos e religiosos

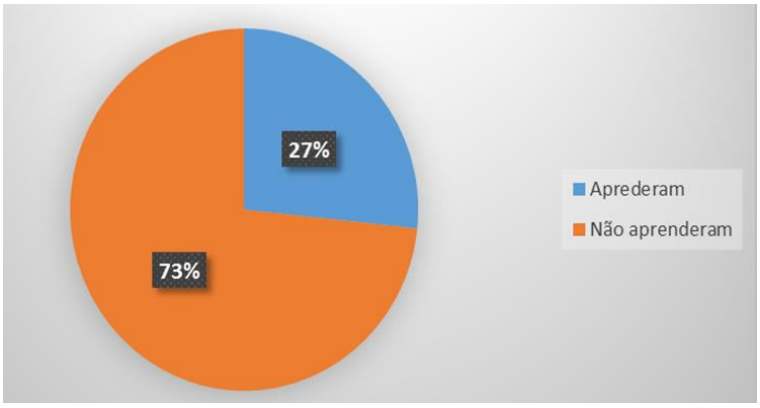
no dia a dia da escola. E como ponto de partida, Figueiró (2007), aponta que é fundamental conhecer o que pensam os professores sobre a Educação Sexual, levando em consideração, suas ideias, opiniões, conhecimentos, necessidades e experiência a respeito, tendo em vista que:

> Dentro das próprias universidades, o assunto ainda é tratado de maneira superficial, demonstrando que tanto médicos como psicólogos e professores não conseguiram, em grande parte, superar os próprios medos, que carregam como qualquer pessoa comum (COSTA, 1997, p.7).

Cohen (2001), com a sua investigação, analisou que a vontade de instruir sobre saúde sexual é proporcionalmente maior a quantidade de acesso aos conhecimentos sexuais pelos docentes. Resumindo, percebeu-se que a eficácia do currículo de saúde sexual está dependente do conhecimento dos professores acerca dos temas de saúde sexual.

De modo a clarificar as respostas, construiu-se um gráfico que evidenciou em percentual que a maioria (73%) dos professores não tiveram formação em Educação Sexual durante a Graduação, Especialização ou Pós-graduação (Mestrado e Doutorado).

Gráfico 1. Professores que aprenderam sobre ES



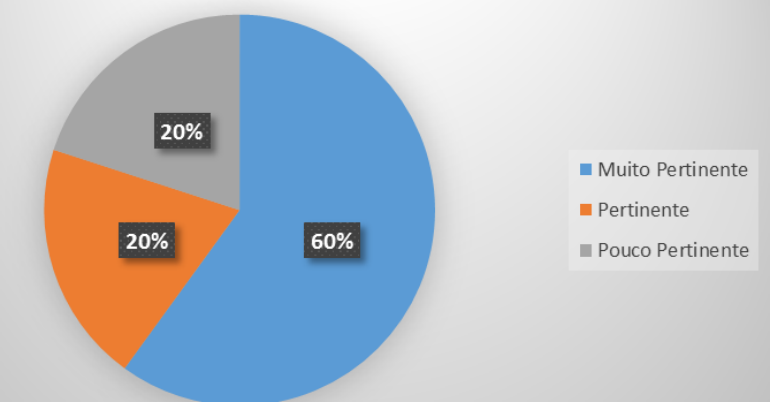

Fonte: Dados do questionário da pesquisa 2016

Dos professores que não tiveram nenhuma formação em Educação Sexual na graduação, ou mesmo na Pós-graduação (cursos de mestrado ou doutorado), perguntou-se quantos deles acreditam ser pertinente ter uma formação complementar (ou continuada), já que não haviam tido uma formação em Educação Sexual até o momento.

A pergunta do questionário foi feita da seguinte forma: uma formação continuada em Educação Sexual é pertinente para sua vida e para sua prática em sala de aula?

Em seguida apresentam-se as respostas de acordo com os dados apresentados no gráfico a seguir:

Gráfico 2. Professores sem formação em ES x pertinência da formação




Fonte: Dados do questionário da pesquisa 2016

Os dados apontam que dos 22 professores que disseram não ter tido formação em Educação Sexual em nível de Graduação, Especialização ou Pós-graduação, 60% deste total (ou seja, 18 professores) consideram que seja muito pertinente esta formação, 20% (6 professores) consideram pertinente e os outros 20% (6 professores) pouco pertinente ou não pertinente.

Apreende-se que 60% dos professores que nunca tiveram oportunidade de participar do ensino da Educação Sexual consideram que é pertinente este ensino, tanto para sua vida quanto para a sua prática educativa em sala.

Tal dado sinaliza que os docentes reconhecem a importância da Educação Sexual em meio escolar, que pode colaborar na ressignificação da prática e do comportamento do docente.

Resignificar a prática docente passa pela capacidade de questionar-se, de olhar para a realidade e não se contentar com ela, buscar uma mudança. Gatti (2002, p.52) comenta que: “(...) Há que se manter a capacidade de questionamento viva e atuante, há que se ter solidez teórica e dúvida metódica, há que se temer dogmas e verdades fáceis e antecipadas”.

É esse exercício crítico que Gatti (2002) fala que poderá fornecer o caminho para além do já sabido, para além do senso comum, para além da narrativa de histórias, para além da descrição de fatos evidentes. Ou, como bem expressa Franco (2000, p.213):

> (...) para a verdadeira apreensão do real é preciso que o pensamento trabalhe o observável e vá além dele, concretizando-o por meio da consciência que é ativa, não por um dom sobrenatural, mas porque abstrai e apreende o movimento existente na totalidade.

Encontramo-nos, por isso, num momento adequado à reflexão interna das escolas, à verificação da forma como os projetos de Educação Sexual estão a ser implementados e recebidos e à consolidação de práticas e ajustamentos realizados por quem desenvolve e aplica as intervenções.

Para a eficácia da Educação Sexual contribui a preparação dos professores. No entanto, ter preparação inclui mais do que ter conhecimentos no domínio da sexualidade e ser versátil em métodos de aprendizagem ativa.

Implica sentir-se confortável, ser capaz de estabelecer uma boa relação com os alunos e de comunicar de forma positiva e sensível. Além disso, entre as características distintivas de intervenções eficazes na redução de comportamentos sexuais de risco encontramos o grau de credibilidade que os professores atribuem à intervenção que estão a realizar (KIRBY, 2002).

Mesmo que o professor não tenha participado de uma formação voltada especificamente para a Educação Sexual, é possível criar espaços para discussões e reflexões sobre a sexualidade, relações de gênero, diversidade, para além da inserção apenas no espaço escolar, podendo alcançar a formação do ser humano em sua plenitude, aquele que trabalha, convive com a família, constrói relações.

Isto vislumbra um progresso no relacionamento professor-aluno, no processo de ensino-aprendizagem e também no trabalho do professor, uma vez que ele poderá refletir sobre as questões ligadas a sexualidade e à Educação Sexual, fazendo-o repensar sobre o seu papel e a sua capacidade de ser hábil com os alunos para trabalhar valores, atitudes e sentimentos.

## 4.2 Assuntos que mais interessam aos professores do IFRO

No contexto do IFRO há situações diversas que envolvem a sexualidade e o gênero. Os professores observam que, entre os alunos, ocorrem comportamentos como brincadeiras sexuais, uso de termos vulgares, contato físico exacerbado, entre outros. Deve-se levar em consideração que as perguntas realizadas sobre sexo remetem a pedidos não ouvidos pelos adultos para um diálogo sobre o assunto (SAYÃO,1997). Mesmo que as perguntas sejam chocantes, o que os alunos querem é a orientação adequada a respeito. Quais são os pedidos que não são ouvidos? O professor, ao falar sobre o comportamento sexual do aluno, também expressa sua sexualidade:

> O professor é também um sujeito marcado por seu próprio desejo inconsciente. Aliás, é exatamente esse desejo que o impulsiona para a função de mestre. Por isso, o jogo todo é muito complicado. Só o desejo do professor justifica que ele esteja ali. Mas, estando ali, ele precisa renunciar a esse desejo (KUPFER, 2001, p. 94).

O contexto do sexo é permeado por comentários que são feitos de forma a querer constatar uma realidade sem volta, como um problema em que já não há solução, porque todos os valores da sociedade estariam sendo perdidos.

Em contrapartida a essa visão, há os que consideram que, na sociedade, existe muito moralismo sobre o sexo, portanto, não há motivo para preocupação, que a vivencia da sexualidade precisa ser mais leve.

Alguns professores tem o hábito de dizer que seus alunos já sabem tudo sobre sexo e que às vezes sabem até mais que eles próprios, pois ao observarem os questionamentos se assustam perante as temáticas levantadas.

Como consequência desses pedidos implícitos, o sexo como algo inerente ao homem é considerado apenas para os indivíduos casados e heterossexuais, aos demais ficaria a curiosidade e a repressão de seus instintos sexuais. Desta forma:

> As proibições e permissões, são interiorizados pela consciência individual, graças a inúmeros procedimentos sociais (como a educação por exemplo) e também expulsos para longe da consciência, quando transgredidos porque, neste caso, trazem sentimentos de dor, sofrimento e culpa que desejamos esquecer ou ocultar (CHAUÍ, 1984, p.9).

Criou-se, desta forma, enigmas sobre a sexualidade. A existência de uma sociedade repressora de moral conservadora, que prefere a clandestinidade de inúmeras práticas sexuais, provoca distúrbios físicos e psíquicos (CHAUÍ, 1984).

Como consequência instituiu-se uma série de regras sobre o sexo que devem ser respeitadas, tais como: não fazer perguntas sobre sexo, não demonstrar desejos, reprimir comportamentos sexuais, entre outros.

A qualidade das relações humanas estabelecidas entre professor e alunos é a grande educadora ou deseducadora sexual na escola. Se essa qualidade foi construída por um professor que, além de respeitar, aceitar e gostar de seus alunos e do seu trabalho pedagógico, gosta de si mesmo e se conhece, tenta superar seus limites, medos e tabus, é aberto a mudanças, à revisão dos resquícios de uma Educação Sexual repressora e busca permanentemente compreender a complexidade da sexualidade humana, teremos, com certeza, um ambiente de Educação Sexual compreensiva.

Para Sayão (1997), os professores nem sempre estão aptos a mediar sobre a Educação Sexual. O assunto é debatido quando os alunos surgem com alguma dúvida fora do contexto da aula. Quando isso acontece, ou o professor responde de acordo com sua experiência de vida ou não responde.

Em relação a educadores, Figueiró (2006, p. 27-28) relata que:

> [...] a atuação como educador sexual não é tão simples como possa parecer, e que não basta ter recebido uma “preparação” prévia – para alguns, não basta nem mesmo estar um grupo de “assessoria”, em que se pode contar com supervisão e apoio [...] quando o educador tenta dar início a uma prática, vários fatores dificultadores entram em jogo – ao que parece, a maioria deles de caráter emocional, mesmo quando a dificuldade parece ser apenas técnica, relacionada à escolha de estratégias de ensino [...]

Figueiró explica que não pode haver Educação Sexual em um vazio relacional entre professores e alunos. Seja qual for o tipo de intervenção que se adote, terá sempre que haver um investimento na construção de uma relação empática, segura e aceitante.

Os professores têm interesse em tratar de sexo, gênero ou sexualidade, contudo deixam o interesse de lado pelo fato de não saberem lidar com o caráter emocional ligado aos tais. Por isso, perguntou-se aos professores, por meio de uma pergunta aberta que fazia parte do questionário, sobre “Quais os assuntos sobre gênero, sexualidade e sexo que despertam seu interesse? ” Abaixo se encontra a

apresentação de maior frequência das respostas referentes às categorias de gênero, sexo e sexualidade.

### 4.2.1 Categoria Gênero

Com relação à categoria 1, o objetivo foi de conhecer como os professores compreendem e abordam a Educação Sexual no âmbito do IFRO. Sobre as questões do gênero os professores afirmaram que:

> O que mais me preocupa, hoje, é a questão dos gêneros e da orientação sexual. Talvez tenha dificuldade para lidar com situações inusitadas. (P2)
>
> Como se portar frente às ações e manifestações de gênero dentro do ambiente escolar. (P3)
>
> A identidade de gênero, por ser um assunto polêmico e cujas legislações específicas começaram a vigorar. (P8)
>
> Conceitos, diferença entre gênero e sexo, orientação sexual, discriminação, preconceito, diversidade de gêneros, auto aceitação, etc. (P10)

Entende-se que o gênero é, em grande parte, uma criação sociocultural que se realiza através das representações e estereótipos de feminilidade e de masculinidade impostos direta ou indiretamente ao indivíduo ao longo da vida. Deste modo, homens e mulheres constroem suas identidades acreditando serem inerentes ao seu gênero, sem se dar conta das regras que lhes são incutidas sutilmente e que estão enraizadas e que se perpetua na sociedade por um longo tempo. Gênero e sexualidade são conceitos culturalmente construídos, e são temas que se complementam (LEÃO; RIBEIRO, 2012).

O conceito de gênero veio contrapor-se ao conceito de sexo. Se este último se refere de forma geral as diferenças biológicas entre homem e mulher, o primeiro diz respeito à construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino, ou seja, às características e atitudes atribuídas a cada um deles em cada sociedade. O que quer dizer que agir e sentir-se como homem e como mulher depende de cada contexto sociocultural.

No terreno dos gêneros, o grande desafio não é aceitar que as posições se tenham multiplicado, que é impossível lidar com elas a partir do binarismo (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior, segundo Louro (2008) talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo

constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver.

O professor P10 levantou a questão da discriminação e preconceito. Quanto a isso, Louro (1997) comenta que, se por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais, por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física.

Louro (2008) diz que geralmente são as professoras que apresentam maior interesse no trabalho com a Educação Sexual, porque elas acreditam que tenham características ligadas ao gênero feminino que facilitariam este trabalho, como ser boa, compreensiva, séria, mãe, com um equilíbrio mental e psicológico. Sendo que esta visão desconsidera a possibilidade de ambos os sexos abordarem igualmente a temática, numa compreensão subjetiva em relação ao gênero.

A sexualidade feminina foi muito retratada na chamada literatura de aconselhamento, que era uma indústria cultural emergente e viria a se revelar a plataforma mais duradoura para a difusão de ideias psicológicas e para a elaboração de normas afetivas na sociedade capitalista brasileira, se tornando a base do modelo de sexualidade capitalista atual.

A saga das mulheres que não puderam deixar seus próprios registros de seus ruídos, vozes, gritos, sua presença, seu corpo, revela a dificuldade de se descrever e caracterizar a sua unicidade, das lutas diárias ao direito à proteção, cuidados e autonomia.

Mendonça (2011, p. 20) descreve que “É fascinante, comovente e intrigante retomar historicamente a trajetória da mulher.” Ele tece uma crítica expondo que diferentes autores, ao referir-se sobre a mulher, não relatam à multiplicidade de mulheres que compõe a sociedade.

A literatura de aconselhamento foi caracterizada pela linguagem que transmitia confiança e credibilidade, contendo afirmações normativas, abordando sobre diversos tipos de problemas femininos, a fim de ser um produto consumido regularmente e se dirigia a vários segmentos de público, com diferentes valores e

pontos de vista, oferecendo uma perspectiva neutra sobre problemas relacionados com a sexualidade.

Com a expansão do mercado de consumo, as indústrias de livros e as revistas femininas apossaram-se desta linguagem da literatura de aconselhamento, que era capaz de acolher a teoria e a história pessoal, o geral e o particular, a ausência de juízos de valor e a normatividade.

Mendonça (2011) analisou artigos publicados entre os anos de 1940 e 1950 de revistas destinadas ao público em geral, sendo estes artigos destinados às mulheres que eram mães. Ele nos mostra é que o conhecimento especializado da literatura de aconselhamento, presentes nos artigos que analisou, acabou tomando o espaço que antes era ocupado pelas mulheres mais velhas (mães, avós, parteiras), que repassavam suas experiências e convicções que serviam para a educação dos filhos destas mulheres:

> Os resultados encontrados nas diferentes produções situam o estudo relativo à mulher nas revistas, retratando-a em sua condição de submissão feminina, culto ao corpo, sexualidade, construindo de modo mais ou menos explicito um ideal de mulher, o comportamento feminino condizente à classe social e ao espaço urbano, ser mãe, ser esposa, sua forma de pensar, sua educação, seu lugar de consumidora, seu lugar no espaço público, seu lugar na religião, atuação no mercado de trabalho, estereótipos a serem seguidos e consumidos (MENDONÇA, 2011, p.76).

A sexualidade feminina para o consumo é incentivada e disseminada na literatura de aconselhamento, as mulheres até então eram reprimidas no corpo e na alma, porque assim renderiam mais no trabalho fabril, seriam esposas boas e submissas, saberiam o seu lugar na sociedade.

### 4.2.2 Categoria Sexo e Sexualidade

Para se fazer uma reflexão sobre sexo e sexualidade, é fundamental apresentar o que se entende por estes termos, explicitando o atual discurso científico e pedagógico, em que busca-se sua compreensão e significação por parte dos professores.

Em uma visão geral, sexualidade é definida como um conjunto de descobertas, crenças, práticas, escolhas, fantasias e experiências relacionadas ao ato sexual construído ao longo da vida dos indivíduos.

A sexualidade encontra-se recoberta por valores morais, que são determinados por comportamentos e costumes sociais que dizem respeito ao coletivo (NUNES, 2005).

A discussão do sexo e da sexualidade traz para a escola muitas das contradições da sociedade, o que desencadeia um movimento de repensar sexo e sexualidade tanto na esfera individual como coletiva, por meio dos grupos, possibilitando a construção de novas ideias. Mas para que haja a construção de conhecimento é preciso considerar que:

> Tratar da sexualidade na escola requer o alicerce de uma concepção científica e humanista desta sexualidade, superando o senso comum, que é o nível primário do conhecimento social, por uma abordagem histórica e cultural sobre a construção da sexualidade humana (NUNES; SILVA, 2000, p.74).

A sexualidade construída ao longo da vida encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito.

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos.

Segundo Ribeiro (1990), em seus estudos sobre sexualidade no Brasil, encontramos relatos desde a chegada dos Portugueses, principalmente com a presença da Igreja Católica. Ele afirma que em documentos do Brasil Colônia foram relatados como os moradores da terra viviam as práticas sexuais e como eram os costumes naquele tempo.

A temática da sexualidade ainda é rodeada de tabus, preconceitos, vergonha e culpa, mas também repleta de dúvidas, mitos, curiosidades e, consequentemente, manifestações.

Ao longo do mapeamento das respostas dos professores, sexo, atrelado ao conceito de sexualidade, indica um eixo de possibilidade formativa, assim como os temas da homossexualidade, violência sexual, diversidade sexual e as ISTs.

> Sexualidade e sexo: mitos e tabus (P4)
>
> Sexo: características fisiológicas que diferenciam os seres humanos. (P15)

Salienta-se a compreensão de que gênero e sexualidade são elementos que se imbricam e são construídos ao longo de toda vida, de muitos modos, por todos os sujeitos, compostos e definidos por relações sociais e moldados pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 1997).

No contexto sociocultural, o tema sexualidade ainda encontra-se imerso em tabus e princípios morais fortemente enraizados, gerando problemas e dificuldades para a ampliação de espaços de diálogo:

> É indispensável admitir que a escola é um espaço sexualizado, assim como outros espaços. Cabe à família dizer o que é o certo e o errado, à escola cabe ampliar e discutir o tema, sabendo que gera divergências, pois sexo e sexualidade tem haver também com valores. (P4)

É importante que o trabalho da escola ajude a refletir e a debater sobre os valores que estão associados ao sexo e a sexualidade, porque esses valores não são passados somente pela família, mas por diversos meios como a mídia e as instituições sociais, sendo que deve ser assegurada ao professor e ao aluno a liberdade de construir e reconstruir suas concepções e valores, tendo acesso ao conhecimento sexual.

É preciso considerar que ao tratar sobre sexo e sexualidade possa-se construir uma abordagem pedagógica que contemple o respeito ao pensamento do aluno, incluindo o respeito as suas crenças ou sua religião, já que estas influenciam na vivencia do sexo e da sexualidade.

Questões ou obstáculos de ordem sexual são construídos e perpetuados devido à influência da Educação Sexual recebida pela família de origem. Tal educação, transmitida e recebida de geração em geração, está impregnada por fatores que costumam trazer consequências marcantes para o comportamento e sexualidade de seus integrantes, visto que em alguns ambientes familiares as manifestações de sexualidade dos seus membros são contidas por meio de atitudes repressoras ou até mesmo através da omissão.

O componente sociocultural exerce uma influência preponderante nos aspectos relativos à sexualidade. Foucault (1999) concebeu a sexualidade como uma construção social criada, basicamente, para submeter o corpo individual ao controle coletivo da sociedade. Segundo ele, “o conceito de sexualidade não é uma

categoria natural, mas uma construção social que, como tal, só pode existir no contexto social" (FOUCAULT, 1999, p. 21).

Os modos de viver a sexualidade, basicamente, estão relacionados com a saúde sexual e reprodutiva e com as concepções de sexo e sexualidade construídas ao longo da vida.

Os professores podem encontrar dificuldades em trabalhar os temas sexo e sexualidade a partir dos saberes dos alunos, pois os percebem como objetos de suas ações pedagógicas. A preocupação não está em ouvi-los, mas em transmitir-lhes informações. Outros professores preocupam-se em controlar ou cercear a sexualidade dos educandos:

> Os alunos, às vezes, fazem perguntas sobre assuntos delicados, como a questão de ser gay, tem professores que tem receio de falar sobre sexo e sexualidade porque não concordam com isso. (P8)

A influência do fator educacional sobre a sexualidade deve ocorrer como uma proposta de preparação para a vida pessoal, social e particularmente familiar, que se alimenta em valores de vida, de responsabilidade de respeito humano. Mas como o professor e a escola podem lidar com a questão da homossexualidade?

Para Bourdieu (1989), a escola não apenas transmite e constrói conhecimento, mas também reproduz padrões sociais, perpetuando valores e construindo sujeitos. Foi perguntado aos professores sobre quais as práticas pedagógicas que poderiam ser adotadas para propiciar ao aluno o exercício de sua cidadania em relação a vivencia da sexualidade. Falou-se em cidadania porque os professores relataram que a homossexualidade na escola, muitas vezes, é vista com preconceito, gerando constrangimento, violência psicológica e até física, o que leva a evasão escolar.

Então o que se tem feito para inibir as práticas de bullying aos homossexuais dentro da escola? A partir dessas questões foi discutida a categoria homossexualidade.

### 4.2.3 Categoria Homossexualidade

Os professores são sujeitos questionadores da própria possibilidade de reproduzirem hierarquias e desigualdades em torno do tema homossexualidade nos cursos de formação de professores e consequentemente na prática pedagógica.

As concepções binárias, a exemplo dos conceitos de heterossexual ou homossexual, homem ou mulher, também se divide no que é considerado próprio do gênero masculino e o que é próprio do gênero feminino, de modo que essas características pareçam naturais e imutáveis. Dois dos professores demonstraram interesse em saber como lidar com os alunos ou alunas homossexuais em sala de aula.

> Eu noto que a homossexualidade é um drama para alguns alunos adolescentes. Você vê que a turma toda o trata como gay, mas o aluno não fala nada. Outros já escancaram isso, na semana passada entrei na sala e tinha um aluno todo maquiado. (P6)

> Também vi este aluno maquiado. Estava de salto. No caso dele, é bem resolvido. Agora me preocupa aqueles que são gays e vulneráveis, que não se afirmam. (P12)

Homossexualidade é a atração sexual, emocional e afetiva de pessoas de um sexo por pessoas do mesmo sexo. Conforme Mott (2003) pode-se identificar diversidade nos comportamentos homossexuais. Ser *gay* não é exatamente ser afeminado, e nem lésbica tem que ser necessariamente uma mulher não feminina, a aparência externa nem sempre traduz as intenções do indivíduo.

O termo *gay* é politizado e menos estigmatizante, envolve militância. Chamava-se originariamente *gay* ao homossexual masculino passivo; a mulher homossexual ativa chamava-se sapatão por alusão à sua feição comportamental sexual tipicamente masculina. Ela seria o homem para outra mulher, já a sua parceira era classificada lésbica.

Atualmente, o termo *gay* aplica-se indistintamente quer ao homem que se relaciona sexualmente com outro homem, quer à mulher que se relaciona sexualmente com outra mulher.

Os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo foram qualificados de maneira diferente pelos vários campos de saber. Roudinesco (2002) diz que tanto a medicina quanto o judiciário tiveram uma significativa influência na constituição do

conceito de homossexualidade. Assim, a religião qualificou o sodomita como pervertido, a medicina o considerou um doente e o judiciário um criminoso. Nesse cenário, portanto, a relação entre pessoas do mesmo sexo era entendida como

> [...] uma inversão sexual, isto é, uma anomalia psíquica, mental ou de natureza constitutiva e, em quaisquer circunstâncias, como a expressão de um distúrbio da identidade ou da personalidade, podendo ir até a psicose e frequentemente levando ao suicídio (ROUDINESCO, 2002, p.184).

Atualmente percebe-se que as mudanças históricas, como a exclusão da homossexualidade da categoria diagnóstica de doença, a conscientização de órgãos da saúde no combate ao preconceito e a fundação de grupos militantes, fizeram com que se modificasse, pelo menos parcialmente, o modo como algumas pessoas veem o fenômeno da homossexualidade, passando a compreendê-lo melhor. Ainda assim, pode-se constatar a presença do preconceito em muitos âmbitos de nossa sociedade.

Outras mudanças também foram importantes no sentido de apontar alterações significativas quanto a essa questão. Atualmente, admitem-se outras formas de união reconhecidas socialmente que não só o casamento oficializado pelo Estado. A sociedade começou a valorizar mais a liberdade de escolha das relações entre as pessoas e a orientação sexual passou a ser vista como uma opção e não como um elemento ilícito passível de culpa (DIAS, 2004).

O preconceito é baseado em fatores culturais, seus fundamentos são predominantemente subjetivos e se justificam por meio de argumentos não racionais. O que determina a principal característica do preconceito é o fato de constituir uma opinião a partir de julgamentos prévios, sem base em observações concretas e reflexões anteriores. O preconceito é uma visão irrefletida e não crítica da realidade social.

Entretanto, ainda há aqueles que, por ignorância, preconceito, comodidade, se recusam a notar os alunos que fogem à regra heterossexual, invisibilizando-os, e se distanciando do papel da escola, que deveria ter como proposta maior ser uma instituição de transformação social.

É necessário aludir que as diferenças fazem parte da sociedade e devem ser não apenas aceitas, mas questionadas e compreendidas baseando-se na equidade e contestando-se as injustiças ocasionadas pelos padrões que variadas instâncias sociais, inclusive a escola, insistem em manter, tais como a heteronormatividade.

### 4.2.4 Categoria Violência Sexual

A violência é algo complexo e polissêmico, isto é, apresenta diferentes sentidos, e o seu significado se define a partir do seu contexto formador social, econômico e cultural, de acordo com o sistema de valores adotados por cada sociedade e levando em considerações os seus níveis de tolerância para com a violência (SANTOS, 1999).

Para Chauí (1984), a violência não é uma violação ou transgressão de normas, regras e leis, mas sim a conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e opressão, que se efetiva na passividade e no silêncio.

Frequentemente, a violência é praticada em ambientes de trabalho, diante da relação empregado-empregador. Algumas profissões são consideradas de alto risco e mais sujeitas à vitimação potencial no imaginário coletivo, que tem algumas relações como inevitáveis: o médico e a enfermeira, o diretor e a atriz, o chefe e a secretária, assim como o professor e a aluna (FREITAS, 2001). Um professor considerou a questão da violência sexual no sentido de "Abuso sexual[4], estupro e questões de pedofilia e tudo mais na temática sexual me interessa". (P14)

Essas relações acontecem entre desiguais, não pela questão de gênero masculino versus feminino, apesar de geralmente o abusador ser do sexo masculino, mas porque um dos elementos da relação dispõe de formas de penalizar o outro lado (FREITAS, 2001).

A violência sexual consiste, segundo Fuks (2005), em uma forma de vitimização, ou seja, uma violência caracterizada por uma dimensão pessoal, interpessoal. A criança vitimizada é reduzida à condição de objeto de maus tratos. A autora caracteriza resumidamente abuso sexual como:

> [...] a exploração de uma relação de poder sobre as crianças para a gratificação sexual de um adulto ou de uma outra criança significativamente maior. Os fatores que definem são a relação de poder e a incapacidade das crianças de dar um consentimento consciente (FUKS, 2005, p.17).

---

[4] A Organização Mundial de Saúde - OMS (1999), ao referir-se à violência sexual em que a vítima é uma criança ou um adolescente, adota o termo abuso sexual infantil. Contudo, optamos por utilizar o termo violência sexual.

A violência sexual é uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para a gratificação sexual de um adulto ou de um adolescente mais velho, configurando-se em uma relação de poder e dominação. Dessa forma “A Educação Sexual tem sido chamada a considerar e a refletir sobre um problema social: os casos em que a criança e jovens são vítimas de Abuso Sexual e Pedofilia”. (FURLANI, 2011, p. 92).

As ações educativas relacionadas ao combate à violência sexual, sobretudo aquelas que discutem o corpo humano, voltadas ao desenvolvimento da autonomia pessoal e corporal, podem ajudar as crianças e adolescentes a identificar o momento em que a pessoa adulta ultrapassa os limites de sua intimidade, causando-lhes constrangimentos. Nesta perspectiva, Furlani (2011, p. 92) afirma:

> O trabalho com a Educação Sexual deve produzir um efeito encorajador no universo infantil/adolescente, para que as crianças, no caso de experienciar algum tipo de violência sexual, sintam-se seguras para procurar apoio e denunciar o abusador.

Uma professora disse que “Nossa sociedade é omissa quanto ao abuso, a própria família muitas vezes não faz nada, então fica aquela sensação de que nada vai ser feito contra o abusador. Até que se prove algo é difícil”. (P18). Sabendo disso, é importante ressaltar o efeito encorajador da Educação Sexual no sentido de que os professores saibam ensinar aos alunos a perceberem uma situação de violência sexual e até mesmo evitá-la. Figueiró (2006) explica que a criança pode aprender a distinguir entre afagos de amor e afagos oportunistas, de forma a reconhecer a diferença dos tais e procurar ajuda.

A sociedade vive e lida com questões como o combate contra as várias formas de violência sexual, a exploração sexual de crianças e adolescentes e a violência contra mulheres, que são situações que acontecem diariamente.

Duarte (2014) contribui no sentido de apontar a necessidade de trabalhar e lutar para que todos os sujeitos dessa história de opressão e violência cotidianas sejam respeitados e não tenham seus direitos violados.

A violência sexual tem pouca visibilidade, normalmente é cometida por alguém próximo, em quem a criança confia. Os principais abusadores são pessoas do sexo masculino, sobretudo pais, padrinhos, avós, irmãos, tios, e o ambiente em que a violência sexual mais ocorre é o doméstico. Esse vínculo familiar contribui

para que os dados sejam tão obscuros, pois o mesmo que agride é aquele a quem a criança ama. Dessa forma, a violência sexual em família não é facilmente denunciada. Acredita-se que no Brasil menos de 10% dos casos chegam às delegacias (RIBEIRO, FERRIANI, REIS, 2004).

De acordo com Ferrari e Vecina (2004), a violência intrafamiliar aparece em qualquer nível social, raça, etnia ou credo. Consonante a isso, Guerra (1998) afirma que tal violência tem outros determinantes que não são apenas estruturais, sendo um tipo de violência que permeia todas as classes sociais como uma violência de natureza interpessoal.

Na escola, os professores raramente discutem entre si, com os alunos ou com as famílias, sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, violência contra mulheres, sobre as sexualidades e as questões de gênero.

É possível que a maior dificuldade que a escola enfrenta ao trabalhar a questão da violência sexual sejam os tabus, as crenças e a construção de várias sexualidades, pois quando falamos de escola, estamos falando também de sujeitos que são diferentes, que pensam de uma maneira diferente e que têm histórias de vida diferentes, além de terem recebido uma Educação Sexual ao longo da vida, mesmo que esta tenha sido o silêncio, a repressão e a negação da existência de uma sexualidade.

### 4.2.5 Categoria Diversidade Sexual

No passado a tradição orientava como as pessoas deveriam se comportar e o que deveriam pensar sobre o sexo. Na atualidade há uma intensa variedade de opções que se apresentam e, aparentemente, as pessoas estão mais livres para decidirem sobre suas escolhas na vida sexual.

Contudo, para Feuersten (1994), a sociedade cobra prazeres imediatos, fortalecendo a ideologia do imediatismo e utilitarismo que traga sensação rápida de prazer e felicidade.

Pode-se observar isso na banalização do sexo. Foi imprescindível ao grupo de professores participarem de debates e discussões sobre essa temática, em que pudessem discutir sobre o respeito às escolhas sexuais, as diferentes formas de pensar e a necessária autoconfiança para expor um ponto de vista nesta sociedade que valoriza o ato sexual e desqualifica as relações afetivas.

A educação contemporânea tem se constituído também através de contestações e questionamentos em relação ao limite da norma. Conforme ressalta Louro (2008), vivemos um momento no qual as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis e as fórmulas, inoperantes, de maneira que se torna quase impossível estancar as novas questões surgidas na modernidade. Não há como ignorar as novas práticas, os novos sujeitos e suas contestações ao estabelecido.

Por isso, a vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada. Um dos professores teve o interesse de saber "como a sociedade encara a ascensão da diversidade sexual, principalmente entre os jovens, a sexualidade na adolescência contemporânea (P20).

Um outro professor disse que a diversidade sexual é um tema que não pode deixar de ser debatido por causa do preconceito, porque "[...] enquanto isso os alunos gays e trans evadem porque a escola não faz nada para que permaneçam, eles não se sentem acolhidos". (P7)

Conforme Louro (2008) essa dificuldade do espaço educacional em tratar de assuntos como a diversidade sexual talvez possa ser entendida pela predominância, nesta área, do conhecimento de proposições cristalizadas e essencialistas para pensar a identidade.

Louro (2008) diz que é no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais, incluindo as identidades sexuais e de gênero. Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais: Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência:

> Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais (LOURO, 2008, p.14).

Relatos de posturas indicam que os professores têm dificuldades em lidar com a diversidade sexual, com a homoafetividade e as relações de gênero e tendem

a abordar a Educação Sexual de forma desigual para ambos os sexos, perpetuando com essa prática a discriminação e os estereótipos. Louro (2000, p.55) assinala que:

> [...] há em tudo isto um clima de medo [...] São evidentes as dificuldades de educadoras e educadores, em associar a sexualidade ao prazer e à vida. Parece mais fácil exercer uma função de sentinela, sempre atenta à ameaça dos perigos, dos abusos e dos problemas. São os possíveis riscos e danos que fornecem a pauta para as aulas de Educação Sexual.

Nesse contexto, deve haver todo um compromisso coletivo para que o espaço da escola constitua um lugar de respeito e valorização da diversidade, num processo educativo em que as diferenças sejam vistas como riqueza, e não mais transformadas em desigualdades ultrajantes que ferem e desrespeitam a dignidade humana. Uma professora disse que falar em diversidade sexual "era correr o risco de levar a promiscuidade e cultura LGBT para dentro da escola". (P2). Sendo que a partir de uma melhor compreensão sobre como trabalhar o tema da diversidade sexual, percebeu que "o debate sério sobre esses temas nada tem a ver com promiscuidade, mas sim com o respeito ao aluno, é garantir que o aluno seja tratado com respeito, independentemente de sua orientação sexual" (P2).

Outro professor comentou que "hoje há muita polaridade nas discussões sobre ideologia de gênero, para mim Deus fez o gênero masculino e feminino, mas outros pensam diferente. Eu quero também que respeitem meu ponto de vista". (P5)

Assim, no debate sobre diversidade sexual, é primordial o respeito as opiniões, na busca de uma ética sexual em vez de um discurso alarmista estigmatizador de que tratar sobre diversidade sexual é quebrar os padrões morais.

Na dimensão ética, não se pode conceber a Educação Sexual sem a referência contínua dos valores da sociedade, incluindo os valores religiosos. É no âmbito sadio e inevitável do pluralismo de concepções sobre diversidade sexual que de fato pode-se tratá-la com todas as pessoas, sendo importante compreender a moral sexual de cada indivíduo.

### 4.2.6 Categoria Infecções e doenças relacionadas ao comportamento sexual

Apesar de todo o desenvolvimento sociocultural e tecnológico ocorrido no século XX, informações relacionadas ao desenvolvimento biopsicossocial e sexual

não têm alcançado de forma ampla e adequada a maior parte dos adolescentes, ocasionando entre esses altos índices de desinformação sobre diferentes aspectos.

Nas últimas décadas, algumas mudanças ocorreram no estilo de vida da população incluindo seus valores, crenças e tabus, principalmente, àqueles relacionados à sexualidade. Hoje os profissionais de saúde e a sociedade em geral estão deixando de controlar a vida sexual dos jovens, transferindo para eles próprios a responsabilidade por sua conduta sexual.

De maneira geral, o adolescente não recebe na família, muito menos na escola, informações que envolvam as ISTs e, quando tem acesso, essas são muitas vezes limitadas e inadequadas, provenientes, principalmente, de amigos e de pessoas pouco preparadas para tal função, isso acaba gerando uma demanda que contribui para a chamada vulnerabilidade institucional e social, que possibilita incluir a existência de políticas e ações eficazes para o enfrentamento dos problemas relacionados às ISTs.

Sabe-se que a desinformação, associada aos estímulos veiculados na mídia e as informações recebidas no seu meio social contribui para a precocidade das atividades sexuais.

Os professores citaram que a falta de discussão da sexualidade, seja por falta de profissionais capacitados ou seja por preconceito, aliado aos valores distorcidos passados de pai para filho ou mesmo entre amigos, deixam os jovens muito vulneráveis a infecção, a gravidez e também ao preconceito:

> Informações sobre o início da puberdade, alterações hormonais e comportamentais, gravidez na adolescência, prevenções a DSTs . (P12)
>
> Sexualidade e necessidades especiais; Sexualidade e gravidez na adolescência; Sexualidade e DSTs. (P13)
>
> Os assuntos sobre meu interesse são os métodos contraceptivos e de doenças (prevenção) e as DSTs. (P24)
>
> DST, fertilidade, saúde da mulher e do homem. (P28)

Temos a escola como uma instância importante para a educação em saúde, portanto, devendo contemplar temas como ISTs, Sexualidade, Drogas (COSTA, 2010). Verificando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) pode-se observar que este assunto está incluído no programa, dentro dos Temas Transversais (PCN, 1998).

Os professores podem trabalhar com todos os aspectos importantes das ISTs, como tipos de infecção, as maneiras de prevenção, de tratamento e formas de contágio. De acordo com o estudo de Ribeiro (2003), essa temática é vista nos materiais pedagógicos como guias de Educação Sexual, manuais, livros didáticos, e nos temas transversais de Orientação Sexual (PCN).

Isso se relaciona, principalmente, aos métodos anticoncepcionais, conhecimento anatômico e fisiológico dos sistemas reprodutores, à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. O assunto é abordado como problema de saúde sexual e reprodutiva, através de discursos médicos e biológicos para prescrever um cuidado e, assim, controlar o corpo e a sexualidade. Alguns livros didáticos citados abordam o tema das DSTs em seu conteúdo, como em Lopes (2003) e Favaretto e Mercadante (2003).

### 4.2.7 Categoria Educação Sexual

A Educação Sexual requer do educador competências científicas, pedagógicas, embasamento teórico, conhecimento histórico, maturidade afetiva e valores éticos e estéticos. Essas competências não estão sendo construídas na formação acadêmica, conforme o se evidenciou nos dados colhidos sobre o percentual dos professores que não tiveram formação em Educação Sexual durante a Graduação, Especialização ou Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) que é de 73% (gráfico 1, p. 49).

Essa lacuna de formação pode ser minimizada através de projetos e trabalhos de formação em Educação Sexual desenvolvidos na escola, como a construção cultural da sexualidade, além da compreensão biológica, pois desta forma é garantindo um espaço de formação. Considera-se o que diz Vasconcellos sobre a Educação Sexual:

> Educação sexual é poder abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre as suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal (VASCONCELLOS, 1973, p.111).

Os professores precisam obter conhecimentos não apenas sobre anatomia e fisiologia, precisam compreender a dimensão de natureza histórica e política da sexualidade humana. Consideramos importante cruzar as informações da formação dos sujeitos da pesquisa com suas expectativas quanto ao que lhes parece relevante para uma proposta de formação.

Os professores demonstram as suas ideias de como almejariam uma formação em Educação Sexual e qual seria o tipo de formação que colaboraria para compreenderem suas dúvidas e dilemas sobre as categorias de gênero, sexo e sexualidade, homossexualidade, violência sexual, diversidade sexual e infecções e doenças relacionadas ao comportamento sexual. Os aspectos apontados pelos professores são: a) Formação conduzida por profissionais da escola, formação conduzida por profissionais externos e metodologia de formação participativa.

Os professores concordaram que um projeto de Educação Sexual deve contemplar estes três aspectos, que desta forma a formação poderia colaborar para o enfrentamento dos reais problemas e conflitos sexuais, já que engloba o trabalho de diversos profissionais, tanto da escola quanto externos.

O primeiro aspecto considerado é a *formação conduzida por profissionais da escola*. Sendo a sexualidade um tema transversal que não conta com um profissional responsável, e ao mesmo tempo a queixa frequente dos professores de que o tema é um forte interveniente na sala de aula, a questão se torna, muitas vezes, passada de profissional para profissional e o que era responsabilidade de todos acaba sendo de ninguém.

Os PCN orientam a abordagem escolar do assunto orientação sexual de forma transversal, ou seja, que seja abordado em todas as disciplinas. Essa visão de transversalidade do tema acaba se dando devido a abrangência e complexidade do tema. Por se tratar de um tema amplo e de grande relevância para a construção da identidade do aluno por ele mesmo, não basta apenas uma disciplina para o conteúdo, colocando toda a responsabilidade para tal assunto.

> Por essas questões tratarem de questões sociais, os temas transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Sua complexidade faz com que nenhuma área, isoladamente, seja suficiente para abordá-los. (BRASIL, 1997 p.36).

É de encargo de todos na escola promover a Educação Sexual, seria um equívoco designar essa responsabilidade a um ou outro, é um assunto inerente a todos que compõe o espaço escolar.

As reflexões precisam ser promovidas da forma mais aberta possível, com o máximo de contribuições dos docentes, profissionais e de áreas diferentes. Quanto mais plural e diversificada se fizerem as discussões na escola, mais ricas, coerentes e fortes as mesmas serão. Não se pode promover uma discussão sobre a diversidade, por exemplo, de forma individual ou fragmentada. Como explica Ribeiro (2013, p.12), é preciso:

> Uma educação sexual em que se possa tanto debater e questionar tabus e preconceitos quanto incorporar conhecimentos de anatomia e fisiologia sexual ao mesmo tempo em que se lida com a ansiedade, o medo e a culpa e discute sobre diversidade sexual, igualdade de gênero e corpo.

A formação conduzida pelos profissionais da escola precisa estar alinhada ao que é necessário ao grupo, buscando a essência e o porquê das discussões para a realidade daquela comunidade escolar. É preciso esclarecimento sobre se a temática está sendo trabalhada por mera formalidade ou para de fato construir-se um ambiente escolar propício para acolher o outro em suas particularidades em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A postura da escola tem que ser aberta e receptiva quando orientada com relação a formação que envolve todos os profissionais da escola. Ter atitudes acolhedoras, fornecer respaldo através de ações formativas, assumir assim o compromisso de formar a todos naquele espaço sobre questões relacionadas com o tema são fundamentais para a construção de uma escola comprometida.

Criar condições de acessibilidade com relação a formação em Educação Sexual como um todo, promovendo ações de informação para todos que constroem o ambiente escolar se torna importante para que não apenas o assunto seja recebido da melhor forma possível, respeitando os diferentes julgamentos sobre o mesmo, mas também para que ele seja vivido em sua prática. Isso fará da escola um lugar de formação plena do professor, onde o convívio com a diversidade e as diferentes opiniões são mediados pelo respeito de todos por todos. Observa-se a opinião de alguns professores sobre esse assunto:

> Acho que esse tema deve ser abordado nos encontros pedagógicos (P2).
>
> Acredito que o ideal seja um trabalho conjunto entre professores, que devem estar preparados para lidar com o assunto em caso de necessidade, CAED, enfermagem, psicologia e também profissionais convidados. É importante que o sexo não seja tratado como algo ruim ou inconveniente, mas algo bom que exige responsabilidade, pois pode ter consequências (P29).

Fiorentini (2002) salienta que existe uma tensão conflituosa entre saberes provenientes dos especialistas e aqueles praticado pelos professores no exercício da profissão. Levando em conta tanto os conhecimentos teóricos, produzidos pelos especialistas ou pelos pesquisadores universitários, como os produzidos ao longo de sua prática educativa, é esperado que professores queiram articular os saberes dos profissionais da saúde com os saberes pedagógicos.

Nas escolas é importante uma formação continuada acerca de sexualidade não apenas para os professores, os disseminadores dos currículos escolares, mas com o coletivo, ou seja, com toda a equipe pedagógica, desde o corpo de funcionários, coordenação pedagógica, gestão e supervisão escolar. Sugere-se inclusive essa formação continuada e orientação de todos por parte de grupos e universidades que desenvolvem pesquisas no âmbito da sexualidade, para que haja uma troca onde ambos contribuem para o enriquecimento do tema em ambas as realidades (RIBEIRO, 2014).

A Educação Sexual necessita ser um componente presente nos currículos de formação dos professores. A formação aqui referida, não se restringe a um profissional de ciências, educação religiosa, orientador educacional ou um especialista em Educação Sexual, mas a todos os educadores que atuam no cotidiano escolar.

O segundo aspecto diz respeito a *formação conduzida por profissionais externos*. Todo profissional que está diretamente envolvido com o processo de ensinar precisa de constante atualização de seus conhecimentos. Em se tratando de temas comportamentais, além de atualização dos conhecimentos, também se faz necessário que adotem metodologias de ensino mais participativas e dialógicas com utilização de recursos didáticos variados, podendo contribuir para uma prática pedagógica mais segura do professor no trabalho da temática. A capacitação profissional é fundamental para ampliar o aporte teórico, metodológico e assertividade dos educadores na implantação de atividades nesta área (BISCOLLI, FAVARÃO; FEITEN; SOUZA; PERPÉTUO, 2005).

Um dos professores disse que a formação deveria ser:

> Orientada por psicólogos por meio de palestras, vídeos, apostilas e dinâmicas, com acompanhamento de profissional. Dedicada ao profissional que tenha necessidade e ou dificuldade com as questões referentes a questão sexual (P1).

Buscando analisar as possíveis contribuições dos psicólogos para a Educação Sexual em contexto escolar, remetemo-nos a Psicologia, que tem tradicionalmente uma relação próxima com o tema da sexualidade, principalmente com o surgimento da Psicanálise.

A sexualidade tem relações diretas com personalidade, pensamentos, sentimentos e especialmente com a saúde, reforçando ainda mais a ligação desta com a Psicologia. Sendo assim, o psicólogo tem o diferencial em sua formação no que diz respeito à capacitação para intervir em assuntos de sexualidade. Uma das instrumentalizações mais importantes desse profissional é a sua escuta qualificada, em que não se deve sobrepor os juízos morais, sendo essa considerada a abertura a assuntos polêmicos e à diversidade de opiniões, inclusive preconizada pelo código de ética dessa profissão.

O psicólogo poderá incorporar às formações de professores em Educação Sexual uma abordagem mais abrangente, que vá além da informação, que ultrapasse o sentido biológico, orgânico e profilático da intervenção pedagógica, principalmente quando essa função é entendida para além de uma transmissão de informações sobre o assunto. Deve-se focar na dimensão afetiva inexoravelmente amalgamada ao tema e na sua forma de abordagem.

O trabalho desenvolvido por Dinis e Asimelli-Luz (2007) coaduna com a possibilidade de formação em Educação Sexual desenvolvida por profissionais externos, como o psicólogo. Para os autores, um trabalho de Educação Sexual significa problematizar a sexualidade, não no sentido de encará-la como problema a ser resolvido, mas de

> [...] questionar as evidências, apresentar um leque de conhecimentos para que a sexualidade seja compreendida com um aspecto predominantemente histórico-cultural, e para que os discursos normativos que regem as construções de nossas imagens do masculino e do feminino, bem como as diversas imagens de ter prazer com o próprio corpo e/ou com o corpo do/a outro/a sejam desconstruídos, permitindo novas vivências acerca da sexualidade (DINIS; ASIMELLI-LUZ, 2007, p. 82).

Desse modo, durante a intervenção do psicólogo, procura-se realizar um trabalho de mediação entre as experiências dos professores no que diz respeito à sexualidade, o conhecimento científico e também a diversidade de olhares sobre o tema, característicos da diversidade histórico-cultural que conota a humanidade.

Apesar de poder haver a participação de profissionais externos a escola, para Leão (2012) é preciso investir na formação de todos os profissionais da educação, entre estes os gestores escolares.

Os gestores e os professores precisam de formação peculiar neste assunto, que instigue a sensibilidade e a necessidade da abrangência e implementação deste trabalho na escola.

Ressalta-se que a necessidade de formar os gestores em Educação Sexual advém do fato de que estes profissionais atuam como mediadores nas escolas, tendo diferentes e importantes atribuições, entre estas, estão envolvidos na construção de projetos, na administração, na constituição do currículo escolar, na implementação das discussões dos temas-transversais, entre estes, da Educação Sexual (LEÃO, 2012).

O terceiro aspecto diz respeito a *metodologia de formação participativa*. A metodologia de formação em Educação Sexual pode ser desenvolvida e aprendida nas relações que se dão no interior da escola.

Por isso, é importante que professores e professoras discutam seus pontos de vista e que exista uma pluralidade de valores, para que, diante dos impasses e da possibilidade de utilizar a sexualidade como tema transversal, possam proporcionar uma discussão que conceba as várias opiniões e posições representadas na sociedade, sem estimular preconceitos e competições desumanas. Os professores elencaram as seguintes propostas de metodologia:

> Curso presencial, com debates, defesa de várias opiniões e pareceres mais apropriados a cada caso (P3).
>
> Devem ser oferecidos cursos ou palestras aos professores para prepará-los melhor, e assim os professores se sentiriam mais seguros para lidar com situações que por ventura surgirem nas salas de aula (P5).
>
> Com palestras, oficinas ministradas por profissionais da área que tenham vivência com estudantes (P6).

De acordo com os dados de um estudo desenvolvido por Anastácio, Carvalho e Clément (2010, p.7), os docentes desejam mesmo é uma formação específica em Educação Sexual que se baseie especialmente em: dar preparação específica aos professores para leccionarem o que é necessário, preparar os professores para responderem naturalmente a questões imprevisíveis, preparar para trabalhar valores, ajudar os professores a identificarem e resolverem problemas de violência sexual, ser em articulação com o desenvolvimento de processos de educação sexual na escola, apresentar os objetivos específicos adequados a cada ano, ensinar a lidar com os pais sobre este tema e apresentar todos os conteúdos teóricos a abordar em cada ano.

Vários professores trazem consigo ideias pré-concebidas e receios que, se não foram bem trabalhados, travam seu processo ensino-aprendizagem. O fato de achar que, ao falar sobre sexo, vai incentivar os alunos a fazê-lo; o receio de que não se pode ensinar além do que o aluno pergunta; o medo da reação negativa que pode advim de alguns pais e a preocupação em ter que cumprir com o conteúdo programático de sua disciplina.

Sentimento e atitude não se tornam algo simples de ser trabalhado em uma formação, há resistência a mudança e só depois de muita prática junto aos alunos é que alguns professores conseguem superá-los.

O contexto relacional que esses professores estão inseridos é consideravelmente empobrecimento, tratar de Educação Sexual em um contexto que as relações pessoais são baseadas em esquemas, interesses e individualidades é afirmar-se enquanto um sujeito que luta contra o empobrecimento dos vínculos afetivos. É também lutar contra diversas formas de preconceito, repressão e intimidação:

> As necessidades de formação expressas pelos professores situam-se ao nível da apropriação de conhecimentos científicos, da clarificação dos conteúdos e dos objetivos adequados a cada ano de escolaridade, ao nível dos valores, bem como ao nível do saber lidar com situações do seu cotidiano relacionadas com a curiosidade das crianças, as situações problemáticas das mesmas (…) e a intervenção dos pais na escola (ANASTÁCIO, CARVALHO E CLÉMENT, 2010, p. 9).

Os professores são sujeitos que almejam uma intervenção na qual se adote uma relação empática, segura e aceitante. Assim sendo, as formações de professores precisam conter atividades planejadas para abarcar os problemas do

grupo. Sem o devido enquadramento e limitadas à abordagem redutora, a formação de apenas alguns aspectos específicos não se pode chamar de uma ação de Educação Sexual.

Uma característica que se pode destacar desse grupo de professores é a dimensão afetiva presente no ensino que pode funcionar como elemento facilitador ou bloqueador do processo de ensino-aprendizagem:

> Uma boa parte do trabalho docente é de cunho afetivo, emocional. Baseia-se em emoções, em afetos, na capacidade não somente de pensar nos alunos, mas igualmente de perceber e sentir suas emoções, seus temores, suas alegrias, seus próprios bloqueios afetivos (TARDIF, 2002, p. 130).

Quando não há afetividade, o processo de ensino-aprendizagem é visto como restrito à apresentação de um determinado conteúdo. A prática docente torna-se engessada, repetitiva, desmotivante, monótona.

A metodologia utilizada baseia-se na exposição assimilação de conteúdo, sem espaço para uma participação mais ativa do aluno e para o desenvolvimento de capacidades mentais, habilidades, competências, valores, reflexões e outras aprendizagens importantes para a formação do cidadão.

As relações professor e aluno tendem a ser difíceis, hierarquizadas, marcadas pela ausência de diálogo, elemento fundamental num processo formativo essencialmente interativo. A avaliação limita-se a um processo de atribuição de notas. Diante dessas situações, os professores citaram que a formação poderia ocorrer:

> Com grupos de estudos, conhecer a opinião de cada professor sobre a temática e suas experiências, identificando o porquê e para que, ver também sobre a abordagem religiosa (P9).
>
> [...] seguindo o modelo reflexivo de formação, no qual são valorizadas a experiência, a história de vida, a prática pedagógica e o saber do professor (P15).

Quanto a abordagem religiosa citada pelo professor P9, é preciso a construção de estratégias que promovam o respeito à diversidade sexual e de gênero, um ponto fundamental corresponde à construção coletiva no espaço escolar de um equilíbrio entre o respeito às crenças religiosas de cada indivíduo, essencial

em qualquer regime democrático, e o respeito ao caráter laico do Estado Democrático Brasileiro.

Cada pessoa tem o direito legítimo de viver de acordo com as suas crenças religiosas e expressá-las na sua vida cotidiana. Contudo, as instituições, especialmente as instituições públicas, incluindo as escolas públicas, que é o caso do IFRO, não devem fomentar práticas discriminatórias, quaisquer que sejam, baseadas em princípios religiosos.

O direito a ter princípios religiosos deve ser respeitado, independente da religião que o professor professe, essa condição de respeito aos valores, a religiosidade e a própria pessoa são condições indispensáveis para qualquer trabalho que envolva a Educação Sexual.

Os professores do IFRO estão diariamente ensinando e avaliando a partir de um referencial disciplinar de uma educação técnica e tecnológica, em poucos momentos é possível fomentar um trabalho interdisciplinar, observa-se que a educação tecnológica exige dos professores racionalidade e uma preocupação com a técnica em detrimento dos aspectos humanos e sociais.

Cabe a Educação Profissional formar um profissional em sintonia com as novas formas de organização e gestão do trabalho e com os interesses do mercado. Contudo, transfere-se para o próprio profissional a responsabilidade pelo domínio das competências profissionais exigidas pelo mercado e, portanto, pela sua empregabilidade.

Muitas instituições se fundamentam na concepção de que a Educação Sexual deve ser debatida exclusivamente no seio familiar, não nas salas de aula, evidenciando que a qualidade da instrução educacional está corrompida, já que o ensino reproduz práticas coercivas e repreensivas. Para Britzman (2000, p. 55):

> A cultura da escola faz com que respostas estáveis sejam esperadas e que o ensino de fato seja mais importante do que a compreensão de questões íntimas. Além disso, nessa cultura, modos autoritários de interação social impedem a possibilidade de novas questões e não estimulam o desenvolvimento de uma curiosidade que possa levar professores e estudantes a direções que poderiam se mostrar surpreendentes.

O sistema educacional utiliza-se de métodos para se disciplinarizar e adequar-se ao padrão da escola. Essa disciplinarização passa, sobretudo, pelo

corpo. O corpo é o local em que demonstra-se o autocontrole, transformando-se em um lugar de informação, portanto, é o primeiro a ser disciplinarizado.

Assim, a metodologia utilizada pelo professor deve ser pensada de forma a desnaturalizar essas disciplinarizações do corpo e construir novas formas de pensar no âmbito educacional, espaço este privilegiado para desenvolver o pensamento crítico inovador.

### 4.3 Educação Sexual em sala de aula

A Educação Sexual no contexto específico da sala de aula é tema relevante para compreender como o professor trabalha conteúdos relacionados a sexo, gênero e sexualidade.

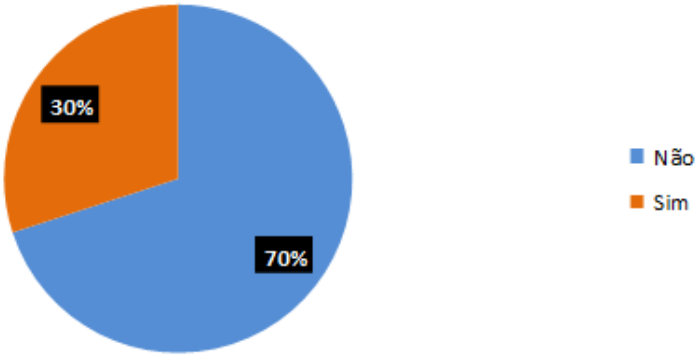
Vamos analisar esse percentual por meio do gráfico a seguir, que apresenta um total de que 70% dos professores (ou seja, 21 professores) que participaram da pesquisa não ensinaram conteúdos ligados a temática que envolve a Educação Sexual.

Já 30% (7 professores) ensinaram algum conteúdo ligado a Educação Sexual em suas aulas, como sexo, sexualidade e gênero. O professor P11 disse que não costuma abordar sobre sexo em sala de aula porque não vê espaço em sua carga horária para isso: “Tenho que passar vários conteúdos, se não cumprir a ementa sou cobrado pela coordenação e até pelos alunos, então não tenho como planejar uma atividade diferenciada sobre Educação Sexual ” (P11).

Nesse contexto pode-se verificar no gráfico abaixo que a maioria dos professores não introduz temas ligados a sexualidade em suas aulas. Uma das hipóteses de eles optarem por não trabalhar com estes temas pode ser porque “ [...] são temas que são controversos, causam polêmicas [...]” P27.

Outras razões são por não terem participado de uma formação em Educação Sexual e também por considerarem não ser o seu papel enquanto professor, assim haveria uma necessidade de este assunto ser tratado por um outro profissional, seja da escola ou externo, como psicólogo, médico e enfermeiro.

Gráfico 3. Conteúdo relacionado a ES




Fonte: Dados do questionário da pesquisa 2016

De fato, constata-se que a inoperância sobre o tema, ou seja, o professor não tem facilidade na abordagem e não se sente confortável, além de que este não foi treinado, preparado para as atividades, podendo ocorrer um círculo vicioso, onde educadores e educandos se frustram.

Os professores apresentam receios de trabalhar a Educação Sexual em sala de aula pelo fato de necessitarem de um determinado tipo de apoio, que pode ser feito com a cooperação de outros professores e dos demais profissionais da escola, como também garantindo o envolvimento dos pais dos alunos nos projetos de Educação Sexual. Assim, a escola e os pais devem apoiar-se mutuamente num processo contínuo de Educação Sexual (WHO, 2010).

Revela-se a necessidade do envolvimento de uma equipe multiprofissional que apoie o professor em sala de aula através da cooperação de profissionais com diferentes especialidades. Who (2010) sugere uma participação ainda mais alargada, com colaboração de cientistas, políticos, educadores e representantes dos grupos-alvo, para conceber e implementar formações de professores que estejam condizentes com uma sociedade democrática e diversa.

Os docentes sofrem influências de várias ordens, o que acaba por, de alguma forma, os condicionando. Assim sendo, o sentimento de conforto e desconforto se torna um fator central para a formação, porque verificamos que é isso que norteia a conduta do professor e influencia-o no que concerne ao planejamento e desenvolvimento da temática.

Os docentes não desenvolvem uma conduta neutra, sem tomar partido, por isso ocorre esse desconforto. E relatam que apesar de considerarem tentar ir ao

encontro do que os alunos querem, agindo com imparcialidade, acabam por não o fazer em plenitude, pois são notórias as influências das suas características pessoais que acabam por, de alguma forma, os condicionando.

O que nos parece mais importante é fazer uso de uma estratégia de intervenção baseada no paradigma democrático de Santos (2010) que disponibiliza conteúdos informativos variados, promove o respeito pelas diferenças e partilha valores comuns à sociedade, incentivando a postura crítica e prevendo a existência de diferentes realidades sexuais salutares. Assim, ao mesmo tempo que se promove a postura crítica dos alunos, também o educa para uma vivência mais salutar em sociedade.

O paradigma democrático tem como base a educação que vê os professores e estudantes como ativos na elaboração do seu conhecimento e das competências de ação. A título de exemplo, a informação relevante sobre os fatores que provocam doenças não deverá ser retirada da educação para a saúde, pelo contrário, essa informação deverá ser trazida para as discussões, tal como as visões e preferências dos próprios alunos. Tais discussões equilibradas poderão ajudar a qualificar os alunos para fazerem escolhas em relação à sua própria saúde (SANTOS, 2010).

Na maioria das oportunidades que o professor ou professora tem para abordar o tema, o faz enfocando a anatomia e fisiologia do sistema reprodutor feminino e masculino, prevenção das ISTs/HIV/AIDS e métodos contraceptivos.

Sem dúvida, estes assuntos merecem ser enfocados na disciplina de Biologia, mas é preciso que a Educação Sexual seja incluída neste contexto de maneira que os sentimentos, o prazer e o respeito às diversidades sexuais sejam também utilizados na abordagem deste conteúdo.

Segundo Filha (2001), em sua pesquisa, os alunos e as alunas sempre aparecem como aqueles que querem saber coisas a respeito do sexo e da sexualidade, porém, há professores que não escutam as perguntas e, com isso, mantêm o assunto no âmbito do proibido, do escondido, daquilo que não pode ser falado e que gera culpa.

Fingir o não ouvir, o não ver, é uma forma de ensinar reações inadequadas frente às diferenças na sociedade; é uma forma de não enfrentar o preconceito, por medo de trazer assuntos à tona. Temas como homossexualidade não são trabalhados por medo de levantar o assunto e de ter que lidar com os conceitos e preconceitos sociais e da comunidade escolar.

Por conta da Educação Sexual do silêncio, muitas situações concretas que aparecem na escola deixam de ser trabalhadas e de servirem de aprendizagens para alunos e alunas. O silêncio também é fator de ensino, porém deixa um grande espaço para a fantasia e para a construção de fantasmas que somente tumultuam uma aprendizagem tão efetivamente humana.

## 4.4 Momentos em que os professores falaram sobre sexo, sexualidade ou gênero

Os professores foram perguntados, por meio do questionário, da seguinte forma: “Você vivenciou alguma situação em sala de aula em que precisou falar sobre sexo, sexualidade ou gênero? ”

Essa pergunta se distingue da anterior pelo fato de questionar se o professor precisou, mediante uma situação não planejada, falar sobre sexo. Na pergunta anterior o professor respondeu se ministrou algum conteúdo sobre Educação Sexual, ou seja, de trabalhou o tema de forma intencional e planejada. O gráfico demonstra as respostas, verificamos que 77% (23) dos professores entrevistados tiveram que se posicionar sobre algum assunto ligado a temática do sexo devido aos fatores ou circunstancias ocorrida em sala.

Comparando esse dado com a quantidade de professores que elaborou uma ação intencional em suas aulas sobre Educação Sexual, conclui-se que dos 77% que precisaram falar sobre sexo, menos da metade havia feito isso de forma planejada ou intencional.

Em todas as outras vezes foram as circunstancias que motivaram os professores a tratar de sexo. Mesmo entre os professores que optaram por não fazer uma abordagem formal sobre Educação Sexual, responderam que precisaram fazê-la de maneira informal devido as circunstancias.

Analisando esses dados verificou-se que a maior parte dos professores demonstra que, apesar de não haver planejado realizar uma abordagem em Educação Sexual, quando precisou fazê-la conseguiu conduzir o momento com naturalidade e de acordo com o que sabia do assunto.

O professor P11 relatou o fato de os alunos falarem de sexo em sua aula, o assunto surgiu por causa de um preservativo que um dos alunos carregava na

carteira. O professor disse que aproveitou o momento para parabenizar o aluno por pensar em sexo seguro.

O professor P7 comentou uma situação em que havia um aluno gay na sala que a turma escolheu que seria a noiva da quadrilha da festa junina da escola. O professor disse: “Naquela ocasião eu não me senti bem de terem escolhido, achei que era muito forçado, mas também não comentei nada. ” (P14)

Há de se deixar claro que falar com naturalidade sobre sexo não significa, necessariamente, que o discurso feito não esteja enraizado repressivamente. Falar de gênero, sexo ou sexualidade, de forma não planejada, pode acarretar ansiedades, inseguranças, próprias da pessoa educada numa sociedade repressora.

Por isso, nem sempre toda informação que se obtém na escola possui valor educativo (SAYÃO, 1997). Pode estar carregada de preconceitos, de opiniões formadas na repressão sexual e geradas na relação de poder.

### 4.5 Quem deve ensinar Educação Sexual na escola?

Os resultados do questionário revelam que muitos professores acreditam que os assuntos referentes à Educação Sexual devem ser transmitidos através de uma parceria com profissionais da área de saúde, como médico, enfermeiro, psicólogo, por compreenderem que ainda são escassos os subsídios pedagógicos, como também a ausência de fundamentos científicos na análise das manifestações da sexualidade e do gênero.

Uma das estratégias possíveis para implementar o estabelecimento de parcerias é a visita de especialistas externos à escola como, por exemplo, os profissionais da saúde. Em alguns países, como a Estónia e a Suécia, os alunos recebem parte das aulas de Educação Sexual em Centros de Saúde próximos, o que, segundo Who (2010) aumenta o acesso a esses centros e encoraja um acompanhamento futuro.

Outra estratégia é a existência de momentos conjuntos de formação entre profissionais da educação e da saúde porque, além de serem enriquecedores, eles permitiriam não só aferir conceitos e linguagens, mas também planejar a articulação de estratégias de intervenção.

Who (2010) realça também a necessidade de formar as parcerias antes de contribuir efetivamente para uma Educação Sexual de alta qualidade. Já Moizés e

Bueno (2010) destacam que a área de saúde e educação são intimamente ligadas e que o enfermeiro pode ser um educador por formação.

As parcerias com profissionais da saúde são momentos importantes de ampliação de aprendizado na escola, mas a proposta feita pelos PCN considera que os professores devem ter como subsídio pedagógico uma formação específica, que desta forma eles podem estar aptos ao ensino da Educação Sexual. Os principais educadores sexuais da escola devem ser o professor e os demais profissionais da Educação, porque estes conhecem o cotidiano escolar e suas peculiaridades.

> É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual. [...] (BRASIL, 1998, p.303)

O professor é um agente mobilizador e referência para o aluno, que pode sentir no professor segurança para falar sobre suas experiências e expor suas dúvidas, talvez não tenha coragem e liberdade ao diálogo com outras pessoas mais próximas.

Os trabalhos com Educação Sexual possibilitam uma discussão sobre as questões do prazer, da afetividade, a superação de tabus, medos e preconceitos, propiciando visões diferenciadas sobre vários aspectos e a tomada de decisões responsáveis e conscientes com a sexualidade do sujeito, cabendo a escola a função de mostrar os diversos caminhos:

> Se pensarmos que a finalidade maior da educação sexual é contribuir para que o educando possa viver bem a sua sexualidade, de forma saudável e feliz, e, ao mesmo tempo, contribuir para que ele esteja apto a participar da transformação social, em todas as questões ligadas direta ou indiretamente à sexualidade, podemos concluir que o professor que ensina sobre sexualidade, de forma humanizadora, está sendo um mediador de esperanças e de projetos de vida (FIGUEIRÓ, 2006, p. 17).

O tema Educação Sexual é instigante por entender ser esta uma conquista de educadores e pesquisadores na direção de assumir a reflexão sobre a sexualidade como um dos mais exigentes temas de intervenções ético-institucionais.

A ausência de cursos de formação de professores em Educação Sexual, assim como a não tradição familiar para o ensino da Educação Sexual, se somam à ausência de discussões dessa temática, assumindo assim modelos de disciplinamento, censura e conservadorismo. Esses fatores precisam ser vistos como revestidos de forte importância para se propor a abordagem da Educação Sexual.

Werebe (1998, p. 149), afirma que “nem sempre os pais oferecem aos filhos informações sobre a sexualidade, seja porque não possuem os conhecimentos para fazê-lo, seja porque se sentem constrangidos para tratar do assunto”. Para ele “a escola desempenha um papel importante na educação sexual dos alunos independente das intervenções formais que possa lhes oferecer neste campo”.

Na escola, todos os professores, independente da sua área de formação, podem desempenhar o papel de Educadores Sexuais. Figueiró (2006) parte do princípio de que todos somos educadores sexuais: os pais, os professores, os demais profissionais e a comunidade em geral, uma vez que no contato com crianças, adolescentes e jovens, acabamos passando mensagens mesmo sem perceber sobre sexualidade, contribuindo assim para que os educandos construam suas ideias, seus valores e seus sentimentos.

## 4.6 Diagnóstico a partir do questionário e dos momentos formativos

Os professores foram perguntados por meio do questionário sobre quais os problemas que enfrentavam no cotidiano do IFRO que tinham mais dificuldades em resolver com relação ao sexo, gênero e sexualidade.

Foi apresentado aos professores, durante o encontro formativo, os dados colhidos por meio do questionário. Durante a apresentação dos dados ocorreu um debate em que foram elencados e evidenciados alguns temas que se transformaram em categorias de análise, conforme a metodologia da análise de conteúdo escolhida.

Os encontros formativos (ou grupos de estudos) tinham sido planejados para acontecerem após a entrega do questionário, levando em consideração os resultados obtidos no levantamento do questionário e o número de participantes. A metodologia foi organizada de forma a ser compatível com as atividades dos professores.

Ao se planejar as atividades dos encontros formativos, foi necessário reconhecer que o medo e a desconfiança são fatores que dificultam o relacionamento interpessoal entre os professores, assim como a falta de empatia, o individualismo, a apatia, a desmotivação, as mágoas, o cansaço, estresse e a depressão.

Diante disso, as pessoas assimilam, às suas experiências, os esquemas afetivos, do mesmo modo que assimilam as experiências às estruturas cognitivas. Wadsworth (1997) ressalta que ninguém é movido a fazer algo se não houver um pouco de motivação que origina esforço para desenvolver determinada atividade intelectual.

Maldonado (1994) aborda o medo e a desconfiança como fatores que dificultam o relacionamento interpessoal, assinalando que o amor pode estar escondido sob camadas de mágoa, medo, tristeza, ressentimento, decepção, vergonha e raiva, em que atitudes ríspidas, grosseiras e agressivas expressam, com frequência, a necessidade de formar uma carapuça protetora contra o medo de ser rejeitado, contra sentimentos de inadequação.

Os encontros foram idealizados como uma intervenção formativa em Educação Sexual que buscasse dar encaminhamento as problemáticas levantadas, teria o objetivo de compartilhar visões e conhecer as vivencias pedagógicas dos professores com relação a Educação Sexual, promovendo uma formação com embasamento teórico sobre Educação Sexual.

Foram elencados pelos professores vários fatores que podem interferir na abordagem da Educação Sexual, entre os quais destaca-se o silêncio em relação a sexualidade, problemas de indisciplina e angústia sexual (ambos fatores comportamentais) e uso do banheiro por alunos que se identificam como transgêneros.

Um dos professores participantes disse que “O silêncio em relação à sexualidade humana dificulta o conhecimento e restringe-o às aulas de Biologia no âmbito escolar, quando há” (P2). O professor P21 concordou com tal afirmação.

Perguntei então se havia algo a mais que os professores percebiam nos alunos que interferia em seu bem-estar na escola. Dois professores relataram a indisciplina como uma consequência de um desajuste emocional ou sexual: “Há indisciplina dos alunos por motivo de comportamento sexual inapropriado ao ambiente escolar” (P14).

Atualmente, a indisciplina é um problema que atinge a todas as escolas e geralmente é considerada por educadores como uma das maiores preocupações educacionais. A escola, por sua vez, tem sido entendida como um dos espaços em que os corpos dos indivíduos são controlados: é um trabalho minucioso e ao mesmo tempo sutil sobre os corpos e as vidas dos alunos e das alunas (GUIRADO, 1996).

Um professor citou a angústia sexual como causa da indisciplina, já que o aluno precisaria extravasar seus desapontamentos sexuais de alguma forma: “Percebo uma angústia sexual do aluno” (P 27). Para este professor o aluno adolescente tem muita insegurança, não se sente aceito pelo grupo, tem baixa autoestima e isso repercute na sexualidade.

Um professor levantou novamente a questão do aluno T, que afirma ser transgênero. Ele disse que “O uso do banheiro por alunos transgênero é um problema” (P1). Dois outros professores, P12 e P28, concordaram com o P1, dizendo que os alunos transgênero causam um problema porque querem transgredir as regras sociais do uso do banheiro.

Essas discussões fizeram emergir as quatro categorias de análise de conflitos: o silêncio em relação a sexualidade, problemas de indisciplina, angústia sexual e uso do banheiro por alunos que se identificam como transgêneros. Essas categorias serão tratadas no capítulo seguinte sob a forma de intervenções em Educação Sexual.

# 5 INTERVENÇÕES EM EDUCAÇÃO SEXUAL PARA OS PROFESSORES DO IFRO

Para que pudessem desenvolver estratégias para o enfrentamento coletivo dos problemas relatados, foi desenvolvida algumas intervenções em consonância com a metodologia da pesquisa-ação de forma a buscar a compreensão da situação a partir da seleção dos problemas.

Para Thiollent (2009), a busca de soluções internas, a aprendizagem dos participantes, todas as características qualitativas da pesquisa-ação não fogem ao espírito científico. O qualitativo e o diálogo não são anticientíficos.

Após a análise e discussão de dados do questionário, os professores buscaram estratégias para o silêncio em relação a sexualidade, problemas de indisciplina, angústia sexual e uso do banheiro por alunos que se identificam como transgêneros.

## 5.1 Silêncio em relação a sexualidade

Quanto a sexualidade silenciada, três professores (P5, P15 e P17) disseram que a escola não falava sobre sexualidade porque não tinha apoio da sociedade e nem das famílias, por isso se torna importante criar uma rede de parcerias dentro e fora da escola, como o Programa Saúde na Escola, e formalizar mais ações do Centro de Referência em Assistência Social (CREAS).

No ano de 2015, o CREAS já havia feito algumas ações no IFRO em alusão a Campanha do Faça Bonito. O dia 18 de maio foi instituído como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Em razão da data, da importância da temática e do acompanhamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) a alguns alunos do IFRO que foram vítimas de violência sexual, naquele ano foi realizada uma palestra do projeto “Faça Bonito: Proteja Nossas Crianças e Adolescentes”.

O objetivo da ação foi de mobilizar alunos e professores, alertando e conscientizando todos em relação aos casos de violência e exploração sexual praticados contra crianças e adolescentes.

Neste encontro os professores também trouxeram questões sobre outros temas que envolvem a sexualidade, tais como a Homossexualidade, Identidade de Gênero e Violência Sexual, que foram considerados como muito difíceis de trabalhar. Em conversa com os professores surgiu a iniciativa de levar a equipe do CREAS para uma palestra sobre a violência sexual.

### 5.1.1 Intervenção sobre a violência sexual

O professor P12 disse que esse tema da violência sexual é de difícil trato, pois envolve dores profundas das vítimas e que não se pode ficar alheio. Disse também que requer do professor certa sensibilidade para abordar o tema, pois o mesmo não sabe se entre seus alunos e alunas existe algum (a) que já foi ou é abusado sexualmente.

Como assinala o Guia Escolar: métodos para a identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (BRASIL, 2004 p.26): “A escola, por ser instituição que ocupa lugar privilegiado na rede de atenção à criança e ao adolescente, deve assumir papel de protagonista na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes”.

Os professores presentes concordaram que a escola, e em especial os professores, não podem se omitir no trato com o tema sob pena de não auxiliar alunos e alunas em situação de risco.

A pesquisadora comentou que os dados apontam para o grande número de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no município de Ji-Paraná, sendo que esses números podem ser atribuídos a fatores como: a conscientização da sociedade através de campanhas esclarecedoras, dentre elas a Campanha de 18 de Maio do Faça Bonito, que é um marco nas campanhas de prevenção à violência sexual no município de Ji-Paraná, além dos trabalhos desenvolvidos pela equipe do CREAS nas instituições de ensino, com palestras de conscientização aos educandos, professores, equipe gestora.

Ficou decidido que a pesquisadora iria convidar a equipe do CREAS para uma palestra durante a Semana Pedagógica. Dada a complexidade do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, as propostas de intervenção devem ser bem sistematizadas e contemplar os diversos aspectos da problemática, na perspectiva de resgatar a cidadania de quem já teve seus direitos violados, prevenir

para que outras crianças e adolescentes não sejam vítimas desta cruel violência, além da responsabilização dos agressores.

Por isso entende-se ser imprescindível a elaboração do Plano Municipal para subsidiar a efetivação de políticas públicas, especialmente as ações de prevenção, proteção, intervenção e responsabilização.

Em 2015 conheci o trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) de Ji-Paraná (RO). O CREAS de Ji-Paraná atendeu, em 2015, 117 crianças e adolescentes[5] que sofreram algum tipo de violência sexual. Após tomar conhecimento desses números, vi que eram absurdamente assustadores, só que as estatísticas ainda não condizem com a realidade, já que o número de casos não denunciados é ainda maior, na maioria das vezes, pelo medo que as vítimas têm de seus abusadores.

Os casos de violência são normalmente descobertos através do Conselho Tutelar; escolas ou parentes e pessoas próximas à vítima e, só depois de oficializados, que começam a ser investigados. A dificuldade em fazer a denúncia é ainda maior quando a violência é intrafamiliar, ou seja, o abusador é alguém da própria família ou do convívio da vítima.

É muito mais difícil efetuar uma denúncia, por que o abusador está ali diariamente, tem um vínculo direto com aquela criança ou adolescente. Ter coragem de efetuar uma denúncia contra alguém com quem você tem um vínculo é sempre mais difícil.

É preciso que a violência seja denunciada. Isso é necessário para que esta criança ou adolescente receba o tratamento adequado. Muitas vezes a própria vítima se acha culpada por tudo que aconteceu e este é um dos primeiros traumas que precisam ser cuidados. "Muitos chegam achando que a culpa foi deles, que precisam de alguma punição. Eles guardam segredos pois são vítimas de pessoas de confiança e tem medo estragar a relação familiar", explicou a advogada do CREAS.

Para que este ciclo se rompa, a criança e o adolescente precisam ser protegidos e devidamente orientados. A advogada do CREAS comentou que "Damos a eles as medidas de proteção, para que seja acolhido, cuidado, e seja

[5] Fonte: CREAS de Ji-Paraná

retirado do meio onde está sofrendo o a violência. Se isto não acontecer, aquele que foi abusado, pode se tornar o abusador no futuro."

A advogada compartilhou alguns dados sobre os números da violência sexual no município de Ji-Paraná. Foi apresentado aos professores um quadro que informa sobre quem é o abusador e os números de casos de violência sexual no município.

Quadro 1. Quem é o abusador?

| **Abusador** | | **Quantidade** |
|---|---|---|
| Pai | | 12 |
| Padrasto | | 19 |
| Tio | | 02 |
| Avô | | 05 |
| Primo | | 02 |
| Namorado | | 07 |
| Irmão | | 02 |
| Amigo | | 03 |
| Profissionais | | 01 |
| Desconhecido | | 30 |
| Outros | | 09 |
| Total | | 92 |

Fonte: CREAS/PAEFI Ji-Paraná

Durante a palestra, uma professora disse que o Conselho Tutelar carecia de uma melhor estruturação, que certa vez entrou em contato com o mesmo e o atendimento não foi como ela imaginava:

> Da vez que precisei, tudo foi burocrático, sempre falam que é para levar ao conhecimento do Conselho Tutelar, mas eu achei que deveria ser mais rápido e fácil o atendimento. Essas situações que envolvem abuso, todos sabem o que tem que fazer: denunciar... ocorre que é difícil confiar no trabalho do Conselho Tutelar, tem que melhorar, ser mais efetivo, para que a população acredite que de fato vai haver uma acolhida (P9).

A advogada do CREAS explicou que a função do Conselho Tutelar não é prestar serviços de forma a atender direitos, e sim zelar para que quem deva cumprir os cumpra efetivamente, essa instituição não pode ser o primeiro órgão a ser procurado. O Conselho Tutelar é um órgão fiscalizador e não oferece serviço, mas o requisita. Assim quando a necessidade da criança é no âmbito da educação, esse direito deve ser efetivado pela família, pelo Estado e pela sociedade, ou seja, o Conselho Tutelar só será acionado quando quem deveria cumprir seu dever não o faz.

Ao Conselho Tutelar destina-se as denúncias de maus tratos, abandono, e outras, tais comunicações que partem da sociedade, da comunidade. Assim, o Conselho sai em busca da confirmação, fazendo de forma preliminar uma investigação e, posteriormente, se proporá a oferecer possíveis soluções, dentre as quais relatório na modalidade circunstanciada ao Juiz ou ao Promotor de Justiça.

Os Conselhos Tutelares atendem as crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, dentre estas a violência sexual, recebendo os encaminhamentos, na maioria das vezes, por notificação dos demais órgãos de defesa, por instituições públicas ou privadas, nas áreas da educação, saúde ou assistência social.

Também a denúncia pode chegar ao órgão através de telefonemas anônimos, pelo Disque 100, ou por munícipes que os procuram relatando indícios ou suspeitas de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. Ao serem notificados, os mesmos notificam os genitores/responsáveis pela criança ou adolescente, conhecendo o histórico.

Após a conclusão das etapas da metodologia da pesquisa, um dos professores (P10) questionou se seria possível o docente possuir uma postura de neutralidade em temáticas como a violência sexual ou temas diretamente relacionados com os direitos das mulheres, como a emancipação da mulher ou movimento feminista: “Não tem aqui a Educação Sexual que assumir necessariamente uma posição, seja ela qual for? Ou permanecer neutro? Como seria ser neutro?”. (P 10)

A capacitação dos docentes para atuarem na Educação Sexual no ambiente escolar é alvo de poucas pesquisas, o que não diminui a sua importância. A ação pedagógica caracteriza-se pela confluência do conhecimento, contribuindo na construção da subjetividade do ser humano e da sua atividade especificamente humana, social e cultural, tratando o processo de aprendizagem e aos processos educativos, procurando compreender as falhas na aprendizagem. “Participação é um processo a ser gerado. O processo inicia-se com intento participativo e prossegue pela construção de processos participativos em uma atividade dentro dos limites postos pelos participantes e as condições” (THIOLLENT, 2009, p. 12).

Para Morin (2004, p. 67) a “participação exige engajamento pessoal, abertura à atividade humana, sem relação de dependência, onde o diálogo prevalece nas relações de cooperação ou de colaboração”.

A pesquisa-ação realizada no IFRO foi pautada pela participação ativa dos docentes, em que fosse possível concretizar uma relação democrática entre os sujeitos, com o propósito de reunir ação e reflexão, teoria e prática, sempre em parceira com os outros, na busca de soluções para amenizar os conflitos e problemas que se desdobram em relação a sexualidade e o gênero.

Uma das categorias que se mostra essencial realçar recai na importância que os docentes deram quanto à escolha pela abordagem da Educação Sexual em meio escolar, pois a escola é um local que oferece um contributo relevante na socialização do indivíduo. Sumariamente depreende-se que, apesar de todos os participantes terem concordado com a importância da abordagem da temática no contexto escolar, nem todos concordam com a abordagem da Educação Sexual de um modo obrigatório e transversal.

## 5.2 Problemas de indisciplina e angústia sexual

Agrupamos estas duas categorias de análise pelo fato de estarem intimamente ligadas, a indisciplina do aluno é vista como resultado da angústia sexual pela qual está passando. Quanto a indisciplina e a sexualidade, os professores P13 e P29 disseram que a indisciplina explicita uma real necessidade de conhecimento de temas da Educação Sexual.

Quanto à angústia sexual, um professor disse que o aluno se sente angustiado porque não encontra a sua volta um ambiente emocionalmente acolhedor. Para este professor é preciso “Saber que na escola pode haver um acolhimento diante de situações sexuais conflituosas na sala de aula, que o professor não está sozinho”. (P17)

Muitos jovens obtêm informações sobre sexo através de amigos e também da mídia, contudo, são informações incompletas. Surge a necessidade da contribuição escolar numa perspectiva orientadora sobre os educandos para que estes compreendam a sexualidade de uma forma responsável e esclarecedora, pois informações apenas não bastam, é preciso educar.

Mas para educar os jovens é preciso antes formar o professor. Torna-se necessário construir uma metodologia de formação em Educação Sexual que possa ser ofertada dentro da escola, com um viés participativo que visa contribuir com as discussões de questões relacionadas à sexualidade e relações de gênero nas

diversas disciplinas, e ao longo de todas as propostas pedagógicas da escola, pois a mesma temática está presente no currículo escolar.

Na maioria das vezes, o professor prefere que esse tema seja tratado apenas como um conteúdo biológico, trazendo informações superficiais e que não despertam o interesse por parte dos alunos. Por outro lado, é preciso que os professores se disponibilizem para tratar sobre esse assunto de maneira que possa trazer informações relevantes aos jovens, no sentido de instruir sobre suas dúvidas com relação à sexualidade.

Observa-se o desconforto causado pela inserção do tema sexualidade nos currículos escolares. Tal tema carrega marcas e valores humanos de cada momento histórico e os ditames sociais de contextos carregados de particularidades, ainda uma discussão tensa.

> Qualquer discussão realista sobre o vínculo entre escola e sexualidade deve reduzir-se, assim, ao âmbito da orientação sexual, isto é, ao aconselhamento possível acerca do destino a dar às pulsões genitais emergentes. A resposta, sem dúvida, depende de posições de natureza ideológica, mas tem a ver também com a natureza da concepção de desenvolvimento humana que se utiliza (PINTO, 1997, p. 43).

O professor precisa estar atento às reações de seus alunos, pois as situações podem acontecer nas relações interpessoais em sala de aula. Normalmente atitudes inadequadas como gritos, atitudes ríspidas, grosserias, palavrões, empurrões, podem revelar problemas com a autoestima.

Assim, se o professor não tiver sensibilidade para perceber esse problema e disponibilidade para ajudar esse aluno com tais problemas, ele pode sentir-se não merecedor de estima e de consideração.

### 5.3 Uso do banheiro da escola por transgênero

O professor P5 relatou a dificuldade de um aluno em usar o banheiro da escola, sendo que este aluno será identificado como Aluno T. Segundo o professor, o Aluno T se queixava de que os meninos o deixavam intimidado quando usava o banheiro masculino, que na aula de Educação Física estava sempre com as meninas, que não queria jogar nos times masculinos.

O professor P15 perguntou para a pesquisadora qual era a diferença entre transgênero e transexual. A pesquisadora disse que o prefixo trans pode ser definido por “além de”, “através de”. Ou seja, seriam as pessoas que estão em trânsito entre os gêneros (masculino e feminino). No caso das pessoas transexuais a identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico. Assim, o homem, com os órgãos sexuais masculinos, sente-se uma mulher. A mulher, com os órgãos sexuais femininos, sente-se um homem.

Dentro da categoria trans, em concordância com Benedetti (2005), podemos considerar todos aqueles que rompem com as fronteiras do sistema binário e o alinhamento corpo-gênero-sexualidade e que se autodefinem como travestis, transexuais e transgêneros.

Quanto a sexualidade e o espaço público, discutiu-se acerca do aluno T e o constrangimento por qual passou no IFRO ao utilizar o banheiro. Para os professores P2, P23 e P3 é preciso orientar os alunos transexuais que usem o banheiro destinado a pessoas com deficiência e perguntar ao aluno como se sente diante da situação.

A pesquisadora disse que o aluno T comentou não se sentir confortável usando o banheiro masculino. A partir disso deve-se repensar os espaços escolares generifcados, não no sentido de não haver mais banheiros masculinos e femininos, estes devem permanecer já que a maioria das pessoas se identificam no gênero masculino ou feminino, mas é preciso encontrar meios de incluir o aluno T, reconhecendo que o mesmo tem o direito de utilizar todos os espaços escolares.

O professor P8 disse que essa ideia de usar o banheiro para pessoas com necessidades especiais era a melhor estratégia já que não concordava que um ou uma transgênero usasse o banheiro feminino ou masculino, isso causaria intimidação, o direito de um não pode ferir o direito da maioria. Também apontou que toda a sociedade foi estruturada nos dois gêneros, masculino e feminino, explicou que muitas pessoas acreditam que Deus fez homem e mulher.

O grupo encontrou esta solução prática e temporária para a questão do banheiro porque o IFRO não possui um banheiro neutro ou exclusivo para pessoas transexuais, transgênero ou não binárias[6]. Não que consideremos que esta seja a

[6] Uma pessoa cuja identidade de gênero não é nem homem nem mulher, está entre os sexos ou além, ou é uma combinação de gêneros.

melhor solução, deve-se ter muito mais discussões sobre isso, inclusive o significado desta solução para o aluno T. É uma problemática nova que está chegando a escola, o aluno T retrata apenas uma realidade de muitas que ocorrem em diversas outras escolas.

Bernini (2012) explora essa ressignificação apontando que gêneros e sexualidades marginalizados têm forçado a entrada no sistema educacional, rompendo com os binarismos. Segundo ele, essas ações abalam o sistema repressivo que impõe uma matriz heteronormativa.

Esta solução encontrada no grupo precisa ser vista como uma tentativa de começarmos a compreender o aluno T, toda esta discussão pode ter acertos e erros, é um meio para um aprendizado conjunto e todo aprendizado deve se fazer com profundas inquietações.

Também ressaltamos que quanto à existência ou não de um banheiro neutro (ou unissex), há professores que concordam que existam e outros que discordam desta ideia. Portanto é um assunto que precisa ser discutido coletivamente, como foi feito no grupo de estudos do IFRO. Neste grupo a ideia era justamente abrir espaço para todo tipo de questionamento e opinião.

Levando em consideração a ideia de que o corpo é um atributo natural e que define a identidade de homens e mulheres enquanto pessoas de um sexo ou de outro, as mudanças corporais realizadas pelas travestis e transexuais implicam em dificuldade de convivência nos espaços sociais normatizados, como é o caso da escola.

Louro (2008) observa ser necessário reconhecer que imposições e proibições da escola têm efeitos de verdade e constituem parte significativa das histórias pessoais. A escola não se configura como uma experiência positiva para as travestis e mulheres transexuais. Desprovidas do acolhimento, muitas não conseguem continuar frequentando a escola, e quando conseguem, se deparam com preconceito e discriminação.

Nas escolas, não raro, transexuais enfrentam obstáculos para se matricularem, participarem das atividades pedagógicas, terem suas identidades

minimamente respeitadas, fazerem uso das estruturas das escolas e conseguirem preservar sua integridade física (PERES, 2004).

Peres (2004) enfatiza a necessidade de urgentes reflexões a respeito das novas identidades sexuais e de gênero, a criação de espaços de respeito e convívio pacífico, fazendo com que as escolas constituam espaços de escuta, também dotados de diretrizes curriculares e projetos político-pedagógicos que promovam e garantam o efetivo enfrentamento da homofobia, travestifobia e transfobia e de seus processos de estigmatização.

## 5.4 Proposta de formação de professores em Educação Sexual

No que se refere a fatores comportamentais, identificou-se uma atitude maioritariamente favorável em relação à abordagem da Educação Sexual no IFRO, sendo que os professores não retiram dos pais a responsabilidade de educar sexualmente. É preciso lembrar que o trabalho de Educação Sexual desenvolvido pela escola:

> [...] diferencia-se, pois, da abordagem assistemática realizada pela família, principalmente no que diz respeito à transmissão dos valores morais indissociáveis à sexualidade. Se, por um lado, os pais exercem legitimamente seu papel ao transmitirem seus valores particulares aos filhos, por outro lado, o papel da escola é o de ampliar esse conhecimento em direção à diversidade de valores existentes na sociedade, para que o aluno possa, ao discuti-las, opinar sobre o que lhe foi ou é apresentado. (SAYÃO, 1997, p. 29)

Importa ainda referir que os próprios docentes consideram que não necessitam ser especialistas em Educação Sexual, precisam sim estar bem informados sobre a sexualidade humana e já terem tido espaço para refletir acerca da mesma.

A formação de professores não deve ser apenas com palestras ou semanas específicas para tratar de assuntos pertinentes de sexualidade, visto que consiste no trabalho formal, sistemático e contínuo, deverão igualmente contemplar uma perspectiva integradora da sexualidade humana:

> Além de ser ensinado os aspectos teóricos do assunto, ao professor deve ser ensinado a forma de trabalhar e também trabalhar o assunto em sua vida pessoal, pois este é um assunto geralmente proibido e que causa muitas barreiras (P19).

A Educação Sexual para a vida proporciona condições para o questionamento de valores discriminatórios e de atitudes preconceituosas (LEÃO, RIBEIRO, BEDIN, 2008).

Para Maldonado (1994, p.42), o professor pode reconhecer quando um processo de construção do conhecimento está sendo efetivo, que é quando o mesmo se permite sentir o processo. Assim como sente quando está havendo aprendizagem, se o clima em sala de aula é desagradável ou rico e construtivo.

O interesse é um exemplo de como são selecionadas as atividades intelectuais. Esta seleção é provocada pela afetividade e não pelas atividades cognitivas.

Portanto, faz-se necessário pensar em afeto como sentimentos, desejos, interesses, valores e todo tipo de emoção, emoções estas que fazem parte do ensino da Educação Sexual. Se não despertarmos a emoção e não dermos espaço a ela no contexto da escola, não se torna possível um trabalho de Educação Sexual.

Na metodologia da pesquisa-ação o ato de participar é uma prática social na qual os interlocutores detêm conhecimentos diferentes, sendo importante integra-los. De acordo com Tenório (1990), o conhecimento não pertence somente a quem passou pelo processo de educação formal, ele é inerente a todo ser humano. Se uma pessoa é capaz de pensar sua experiência, ela também é capaz de produzir conhecimento. Participar é repensar o seu saber em confronto com outros saberes. Participar é fazer com e não para.

Com a continuidade desse trabalho de pesquisa pretende-se verificar que a presença da Educação Sexual no espaço escolar ultrapassa a questão da prevenção que visa à saúde sexual, pois a educação escolar deve ser integral e inclusiva perpassando também os aspectos da sexualidade humana no sentido de evidenciar seus aspectos científicos em uma perspectiva histórica e cultural, refletindo sobre os aspectos sociais repressivos.

Após o término das atividades da pesquisa-ação, os professores sinalizaram o interesse pela Educação Sexual e por conteúdos de concepção de sexualidade que orienta o desenvolvimento das ações de prevenção; Vivência da sexualidade entre adolescentes e jovens; Sexualidade, gênero, corpo erótico e corpo reprodutivo; Sistema reprodutor masculino e feminino; Ações de prevenção às ISTs; Contracepção e métodos contraceptivos; Uso de preservativo; Gravidez na adolescência; Consequências psicológicas na gravidez não planejada.

Observou-se que existe um interesse grande por parte dos professores para conhecer e entender mais sobre as questões que envolvem a prática sexual. Essa é uma temática que não pode ser deixada de lado, já que as pessoas vivem em um meio sexualizado, onde a reflexão acerca da sexualidade natural humana é indispensável, pois esta se encontra impregnada no cotidiano (NUNES, 2000).

O professor (P15) deu a sugestão de criar um Grupo de Pesquisa sobre sexualidade e gênero, deu o exemplo de um trabalho que está sendo feito em uma instituição escolar da cidade de João Pessoa (Paraíba). Esse professor já participou de estudos sobre o gênero, segundo ele são quase inexistentes trabalhos nessa área e as manifestações de preconceitos atingem níveis preocupantes, perpassando as diversas culturas aqui predominantes.

Disse que o preconceito não ocorre somente com o aluno, mas que também o professor é vítima de atitudes preconceituosas, até mesmo por ensinar sobre o assunto gênero.

Por isso, o Grupo de Estudos e Pesquisa de Gênero e Sexualidade se proporia a contribuir com essa análise nos diferentes contextos da ação acadêmica e a interferir criticamente nas relações sociais dentro da escola, ajudando a aprofundar estudos e reflexões. Seria um imperativo e um desafio pesquisar os diversos aspectos das relações de gênero, produzindo estudos consistentes relacionados à realidade da região na qual o IFRO está inserido. A linha de pesquisa sugerida pelo professor foi de Gênero, Educação e Saúde.

Em anexo consta um plano de trabalho educativo que pode ser utilizado para subsidiar uma aula, considerando que o professor possa utilizá-lo para auxiliar um formato de proposta pedagógica em Educação Sexual. Este plano sintetiza os conteúdos e apresenta metodologias para o trabalho com o professor, metodologia baseada na pesquisa-ação.

Também foi produzida uma proposta de formação em Educação Sexual para professores. Trata-se de um produto educacional que tem a finalidade de ser um instrumento que possa servir para a compreensão do caminho metodológico percorrido por meio pesquisa-ação na formação docente, socializando as experiências e resultados para que possam servir como subsídios para outras pesquisas na área do ensino da Educação Sexual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi, antes de tudo, a concretização de uma ideia de mudança, mesmo que minimamente, de uma realidade que causa profunda inquietação. Assumir uma intenção sexualmente educativa em um cenário pouco convidativo é uma grande possibilidade de ampliação de visão de mundo, é saber que a Educação Sexual pode causar incômodos, resistências e incertezas, mas também possibilita arriscar-se a pensar novas possibilidades libertárias e identitárias, proporcionando a compreensão de que a multidimensionalidade da sexualidade não está somente no contexto social, cultural e histórico nos quais o sujeito está inserido, mas está determinantemente dentro de cada um, sendo que é preciso ampliar os conhecimentos acerca da sexualidade para compreender o que está por trás do não dito e do não aceito quando estar-se diante de um conflito sexual.

Em diversos momentos, ao longo da pesquisa, precisou-se encarar a aflição do desconhecimento, foi preciso se decepcionar, recomeçar, lidar com o preconceito, a intimidação, a insegurança, as decepções. É preciso ouvir sem julgar, ponderar, compreender que os posicionamentos contrários podem ser ricos momentos de aprendizado em Educação Sexual. Por causa desses meandros é possível imaginar o porquê de no passado a Educação Sexual ter sido tão proibida e tolhida, ainda hoje quem se dedica a tratar dessas questões pode ser julgado, repreendido e considerado sexualizado demais num contexto em que o sexo pode ser até mesmo banalizado em outros meios, mas não pode ser tratado formalmente no meio escolar.

A Educação Sexual é permeada pela dimensão dos relacionamentos interpessoais e das emoções. Não são com os gritos, a apatia, a raiva e a intolerância que se constrói uma sociedade sexualmente justa, mas também não é se impondo a Educação Sexual na formação do professor que se consegue contribuir para uma escola mais inclusiva. A Educação Sexual precisa ser trabalhada com afeto, com a permissão do outro, com um olhar sensível de respeito e acima de tudo com amor.

Na escola pode-se optar pelo silêncio, pelo acobertamento dos conflitos, na esperança que eles por si só se dissipem, pode-se até mesmo ignorar os conflitos sexuais que surgem, mas essas opções levam a um modo continuo de se tornar cada vez mais cativo de um sistema social que marginaliza a sexualidade para

marginalizar as emoções de seus sujeitos, negando a eles o direito sobre o próprio corpo, o prazer, o desejo e o afeto, iludindo-os de que precisam se adequar constantemente a um modelo de sexualidade normativo, assim forçando-os a abrir mão da essência sexualmente bela de quem vive a plenitude da sua sexualidade.

A formação de professores em Educação Sexual deve abrir um espaço democrático de acolhimento a todas as visões, mesmo que extremamente opostas, somente com o diálogo é possível encontrar um caminho seguro de superação de conflitos, é criando vínculos e não rompendo que se pode aperfeiçoar a práxis pedagógica nesta área. Deve-se considerar as forças que tentam dissuadir a criação de vínculos reais, que valorizam demais o prazer individual.

Encontrar o prazer pessoal é levar em conta a natureza da relação pessoal e sua qualidade potencialmente transformadora da própria vida humana, isto é, a presença do outro. O professor é um agente que pode desmistificar essas relações, para isso precisa estar instrumentalizado com o conhecimento sexual e com um ideal de uma sociedade sexualmente mais justa.

A Educação Sexual pode ser uma ferramenta que possibilita um planejamento familiar, sexo com mais segurança, a vivencia de uma sexualidade sem receios ou temores e permite também o enfrentamento da violência sexual. Este tipo de formação eleva o grau de compreensão e cuidado com o outro, enxergando-o como um ser sexualizado e perpassado de emoções.

A formação em Educação Sexual, neste atual momento histórico, pode possibilitar um novo olhar e criar uma parceria sólida entre a escola e os diversos setores da sociedade, influenciando as políticas públicas e lutando para que a sociedade reconheça que a Educação Sexual é uma educação para uma vida mais plena.

Em uma vivência de escola de Educação Profissional, constatamos que os professores são influenciados com um currículo voltado para a técnica e a exatidão, com pouco espaço para a dimensão afetiva e sexual, assim o trabalho em Educação Sexual é altamente desafiante.

Em um contexto assim, é próprio que o sexo seja reprimido com vigor, é notório o porquê de ser incompatível com um trabalho pedagógico. As influências da abordagem em Educação Sexual são inegáveis e inevitáveis, mas importa refletir sobre elas, questionar os fundamentos das propostas que vão sendo feitas, assumir que a neutralidade não é possível e clarificar quais os princípios/valores que estão

na base das intervenções desenvolvidas neste âmbito. Quer enquanto variável socioeconômica, quer enquanto variável individual, a sexualidade tem vindo a sofrer inúmeras transformações. Nunca se pôde falar tanto destes assuntos a fim de construir-se uma visão mais positiva e tolerante da sexualidade.

No entanto, estas transformações, ao questionarem as normas rígidas de comportamento que existiam outrora, geraram grande insegurança e ambivalência. Além disso, continuam a existir muitas crenças erróneas, muitos fundamentalismos e até desinformação.

Levando em consideração todos esses pensamentos, faz todo o sentido desenvolver projetos de Educação Sexual. A Educação Sexual não pode resolver todos os conflitos, problemas e dificuldades, mas pode colaborar na consolidação de uma visão mais positiva da sexualidade, do gênero e do sexo. Mais do que propor grupos de estudos, é preciso perceber as expectativas dos participantes, não ter medo de experimentar estratégias e metodologias, avaliar os resultados, mas também os processos.

A Educação Sexual, como ramo da ciência, elaborada pelos professores por meio da pesquisa-ação, pode ser voltada para um processo pessoal de reconstrução do saber. Os dados da pesquisa mostram que os professores vêm enfrentando muitas situações ligadas à manifestação da sexualidade, por parte dos alunos, as quais exigem conhecimentos e habilidades específicas e, sobretudo, habilidades para saber aproveitar as oportunidades a fim de ensinar a partir delas.

Verifica-se que a grande contribuição desta pesquisa na formação de professores é no sentido de repensar o formato das formações em Educação Sexual, em busca de um aperfeiçoamento de ações, em uma linguagem que esteja de acordo com a realidade do mundo.

Muitas das representações que ocorrem no IFRO condizem com um discurso hegemônico sobre o que se espera das discussões de gênero e sexualidade nas instâncias sociais. Os encontros formativos tiveram como intuito abrir possibilidades, evidenciar outras abordagens destes conceitos em suas práticas e vivências.

Em vista disso, a pesquisa não teve pretensão de transformar crenças e valores apresentados pelos professores, mas sim problematizá-las e repensá-las em um movimento dinâmico de questões acerca dos padrões e normas sociais. O objetivo de compreender como a Educação Sexual faz parte da formação dos professores do IFRO foi de extrema utilidade para conhecer as perspectivas de

alguns professores sobre a forma como a Educação Sexual está sendo desenvolvida no IFRO, que obstáculos encontraram, que apoios tiveram, que formação possuem para trabalhar com a Educação Sexual, qual a importância da Educação Sexual para cada um, que tipo de influência o IFRO possui nesta área de estudo e quais os temas mais importantes a abordar com os alunos em projetos futuros.

Durante a pesquisa-ação os professores puderam investigar as principais dificuldades que tinham em lidar com assuntos sobre a sexualidade, elencaram outros assuntos que mais tinham interesse e formalizaram estratégias de superação das dificuldades por meio de uma metodologia que promoveu a abertura do diálogo sobre os diversos conflitos sexuais que permeiam o processo educativo.

Por meio da pesquisa-ação diagnosticou-se que os professores do IFRO consideram o silêncio em relação à sexualidade como fator que dificulta o ensino da Educação Sexual e restringe-o às aulas de Biologia, que a indisciplina dos alunos pode ter como motivo uma angústia sexual, sendo um fator que prejudica tanto o aluno como o professor e que o uso do banheiro por alunos transgêneros gerou um debate sobre os limites pessoais em lidar com as diferenças. Por isso foi preciso suscitar as discussões sobre como produzem-se essas diferenças e por quê.

As estratégias encontradas para a superação desses problemas foram estabelecidas pelos professores com a criação da parceria com o CREAS/PAEFI para tratar do assunto da violência e assédio sexual, que a indisciplina do aluno explicita uma real necessidade de conhecimento de temas da Educação Sexual, apesar de os professores não se mostrarem favoráveis a ser um componente de obrigatoriedade, como também não serem consensuais em relação ao componente da transversalidade, que para diminuir a angústia sexual dos alunos é preciso que os mesmos saibam que na escola há um acolhimento diante de situações sexuais conflituosas na sala de aula e que para o professor acolher o aluno é importante que não se sinta solitário na tarefa de educar sexualmente, que se torna necessário orientar os alunos transexuais que usem o banheiro destinado a pessoas com deficiência e perguntar ao aluno como se sente diante da situação.

Os conflitos sexuais dos alunos foram, inicialmente, os meios impulsionadores de discussões, possibilitaram dar continuidade a compreensão da multiplicidade de fatores que interferem e determinam a compreensão dos mesmos.

A partir desses conflitos que os professores observavam foram surgindo os temas de interesse que se configuraram nas categorias Gênero, Sexo e Sexualidade, Homossexualidade, Violência Sexual, Diversidade Sexual, Infecções e doenças relacionadas ao comportamento sexual e Educação Sexual.

A pesquisa-ação desenvolvida pelos professores foi fundamentada na busca por compreender como eles próprios concebiam essas questões e abrir possibilidades de reflexão de alcance mais amplo do que os questionamentos pessoais ou subjetivos frente aos conflitos. Não podemos deixar de considerar que as motivações e indagações pessoais foram determinantes para as primeiras problemáticas de investigação.

Essas indagações, que antes vinham à tona somente nos momentos de tensão e conflitos, foram gradativamente sendo reveladas pelos professores durante a pesquisa, sendo esse processo possível porque buscou-se uma escuta de suas queixas, isso foi determinante para que se interessassem em ajudar na resolução dos conflitos sexuais apresentados pelos alunos, porque estavam vivenciando um momento formativo em que o foco não era apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o afetivo.

Os professores compreenderam que suas posturas pessoais poderiam ser entraves para o ensino da Educação Sexual. Foi importante saberem que outros professores passam por situações semelhantes e por resistências. Apesar destes entraves aparecerem explícitos no cotidiano da escola e nas práticas pedagógicas, ainda estavam longe das discussões nos cursos de formação do professor.

Por essa razão questiona-se os motivos desta ausência, o que significa a não discussão de questões de gênero, por exemplo. Dessa perspectiva, foi viável pensar as categorias, os tipos de pensamento e as ações em relação aos outros e a si mesmos. Assim, é possível perceber as múltiplas experiências de vida e as marcas que ajudam a compreender os diferentes motivos que levam o professor a querer ou não incluir em suas práticas a Educação Sexual.

Quando os professores são convidados a repensar conceitos em Educação Sexual, aparece a orientação religiosa, as vivencias pessoais, as carências afetivas, a visão sobre o papel da escola e da educação, a certeza de que há padrões a serem seguidos e quando estes padrões são descontruídos, abalam-se as certezas e convicções e nesta hora surge uma necessidade de readaptação e mudança.

O desafio da pesquisa-ação é justamente ultrapassar os questionamentos subjetivos e partir para a redefinição de novos caminhos, observando-se que a vontade de instruir sobre Educação Sexual foi proporcional a quantidade de acesso aos conhecimentos sexuais pelos docentes. Percebeu-se que a eficácia da formação em Educação Sexual é dependente do conhecimento dos professores acerca das categorias emergidas.

Falar de Educação Sexual é falar sobre os sistemas de relações pessoais e sexuais, sobre uma estrutura relacional complexa que faz parte da realidade do professor, que pode o impedir de ser o criador autônomo de sua práxis e de seu universo social, porque, inconscientemente, ainda quer ser leal as regras desse sistema.

O professor passa então a avaliar os riscos sobre romper os mecanismos normativos de controle da escola, que nesta pesquisa demonstrou ser fatores que podem interferir na abordagem da Educação Sexual, entre os quais destaca-se o silêncio em relação a sexualidade, problemas de indisciplina e angústia sexual e uso do banheiro por alunos transgêneros. Esses fatores, que antes eram vistos apenas na esfera individualizada, começaram a ter uma abordagem coletiva, de forma que as ações para superar esses conflitos também foram geradas de forma participativa e coletiva.

A formação em Educação Sexual no IFRO nasceu para atender efetivamente às necessidades e expectativas de humanização no ambiente escolar, mas por fim se caracterizou pelo trabalho conjunto de professores, profissionais internos e externos. Revelou-se a necessidade do envolvimento de uma equipe multiprofissional que apoiasse o professor em sala de aula através da cooperação de profissionais com diferentes especialidades. No caso desta pesquisa, pôde-se contar com Psicólogos, tanto da escola quanto externo, Enfermeiro, Advogado, Assistente Social e Pedagogos, em que foi possível construir momentos conjuntos de formação entre profissionais da educação e da saúde porque, além de serem enriquecedores, eles permitiriam não só aferir conceitos e linguagens, mas também planejar a articulação de estratégias de intervenção.

Encontramo-nos, por isso, num momento adequado à reflexão sobre qual é o papel do professor com relação ao ensino da Educação Sexual. É preciso a verificação da forma como os projetos de Educação Sexual estão a ser

implementados e recebidos e à consolidação de práticas e ajustamentos realizados por quem desenvolve e aplica as intervenções.

Deve-se considerar que a formação em Educação Sexual precisa respeitar a crença de cada professor, independente de sua área de formação ou nível de ensino que atue, a Educação Sexual não pode ser promovida em um vácuo da banalização e nem na moralidade reprimida.

Tem-se que construir, abrangentemente, um projeto significativo de Educação Sexual, pois sabemos que o docente, enquanto sujeito constituído socialmente e submetidos a um processo de enquadramento sexual, é determinado pelas estruturas sociais. Neste sentido, buscar a compreensão do significado que os professores dão à sexualidade e ao corpo deve ser preocupação necessária, de forma a termos subsídios para compreender como se percebem e que significados atribuem à corporeidade em sua vida profissional.

A pesquisa demonstra que os professores se veem sozinhos diante dos conflitos sexuais que surgem entre os alunos, sentem-se presos as expectativas públicas, as pressões institucionais, ao desrespeito de alunos e falta de confiança dos pais em seu trabalho. Assim, muitos professores procuram se manter afastados dos conflitos sexuais.

Pode-se compreender este afastamento por intermédio dos mecanismos de silenciamento das estruturas hierarquizantes, moldados nas relações de poder dos sistemas de crenças e de representação social, dos padrões relacionais e identitários, todos voltados a impor, sancionar e legitimar uma única forma de estabelecer o conhecimento sexual.

Contudo a Educação Sexual não pode ser moldada por estes mecanismos de legitimação de relações de poder. Cabe a Educação Sexual ser um instrumento de promoção do conhecimento sexual para que sirva ao professor, de forma que o mesmo possa construir sua abordagem para enfrentamento dos conflitos sexuais e também possa redescobrir a sexualidade plena.

O professor, através da formação em Educação Sexual, não deve pregar contra ou a favor de qualquer posição, e sim promover debates e trabalhar com ênfase na responsabilidade e no respeito por si mesmo e pelo outro. A escola precisa ser ética. A responsabilidade de se posicionar a respeito do certo ou do errado quanto aos valores agregados à sexualidade deve ser da família.

Por isso é providencial que a Educação Sexual seja também objeto de motivação para superar a falta de efetividade das metodologias meramente informativas, as consequências de uma sexualidade genitalizada e mercadorizada de nossa cultura.

Ao se aproximar do término desta pesquisa ainda restaram algumas indagações: Como esperar que o professor do IFRO tenha abertura, flexibilidade e naturalidade ao tratar da sexualidade se não lhe foi ofertada uma formação em Educação Sexual durante a graduação?

Também consideramos que ter acesso a uma formação em Educação Sexual, como foi o caso da experiência dos professores que participaram da pesquisa-ação, não garante que o professor se sinta preparado para tratar de todos os temas pertencentes a Educação Sexual, como o caso do uso do banheiro por alunos transexuais.

Esse assunto surgiu na discussão dos professores do IFRO e não foi possível promover um debate mais aprofundado sobre o impacto da solução encontrada, a de o aluno transexual usar o banheiro das pessoas com deficiência. Não houve tempo para debater com mais ênfase esta questão, que gerou diversas opiniões e visões sobre o fato. Essa solução contemplaria as necessidades do aluno transexual? Como ela seria vista e entendida pela comunidade escolar? Como se desvelaria uma discussão sobre os espaços generificados? Como isso atravessa as concepções de gênero e identidade de gênero dos professores?

Ao apresentar os temas de interesse, os professores demonstraram que um trabalho com a Educação Sexual deveria começar a partir dessas situações conflituosas, que vem acompanhada pelo medo, pelo incomodo, pelos receios. Esta proposta de formação no IFRO é apenas um começo, diria promissor, mas ainda insuficiente. As questões levantadas por esta pesquisa apontam para uma necessidade permanente do ensino da Educação Sexual, que permita uma paulatina compreensão dos conflitos e a construção de conhecimentos que permita uma compreensão mais abrangente, com o intuito de avançarmos nos estudos para que em um dado momento possamos compreender a Educação Sexual muito mais associada a vivencia plena da sexualidade, o cuidado com o corpo, do que associada a conflitos e doenças.

Como instituição pública, o IFRO deve articular os projetos de formação em Educação Sexual alinhados ao que preconiza os PCN, que é o documento que se

tem atualmente para referenciar algumas das ações, ele traz uma clara posição de que o sexo é percebido como intrínseco à vida, propõe a prática do sexo seguro como método de prevenção de doenças e de gravidez indesejada, procurando, também, combater tabus e preconceitos relativos a condutas sexuais moralmente recriminadas.

Consideramos que os professores do IFRO devem ter a opção de formação em Educação Sexual, contudo jamais devem se sentir obrigados a tê-la, precisa-se, antes de tudo, de uma voluntária e sensível motivação, porque não se pode ferir os princípios de liberdade e os valores de cada professor. Precisamos refletir sobre uma base ética para o ensino da Educação Sexual.

Outra indagação que surgiu é: Qual é o papel dos profissionais externos no ensino da Educação Sexual na escola? Seria melhor que os próprios gestores, coordenadores, equipe da CAED, fossem os formadores? Que ganhos obtivemos com as parcerias externas? Que perfil de formadores se deseja para trabalhar a formação em Educação Sexual com os professores do IFRO? Como formar esses formadores?

São muitos questionamentos com potencial para revelar novos temas de estudos e pesquisas, por isso a formação em Educação Sexual necessária para os professores não pode limitar informações. Pelo contrário, deve propiciar um conhecimento experienciado, respeitando e dialogando continuamente com o conhecimento cultural, sendo uma parte importante de complemento e ampliação do saber sobre Educação Sexual ensinado pela família.

Neste sentido, é preciso conceber a Educação Sexual como impulsionadora das transformações sociais, ampliando os seus objetivos, não transfigurando o seu papel em fornecedora de informações mercadológicas ou de um ensino que se contrapõem a educação que se recebe da família.

A Educação Sexual da escola precisa ser fundamentada nos conceitos científicos, embasada em estratégias e metodologias diversificadas, envolta em conceitos éticos e desenvolvida para dar aos professores a oportunidade de não só conhecer, mas criar conhecimentos. É preciso democratizar a Educação Sexual, uma das formas é através da formação por meio da pesquisa-ação, como foi o caso desta pesquisa de mestrado.

## REFERÊNCIAS


ANASTÁCIO, Z., CARVALHO, G., CLÉMENT, P. **Concepções dos professores de 1º CEB sobre o contributo da educação sexual para a promoção da saúde e sua relação com a formação**. 2010. Disponível em https://repositorium.sdum.uminho.pt. Acesso em: 31.07.2017.

ALTMANN, H. **A construção social da orientação sexual em uma escola**. In: Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED: novo governo, novas políticas. Poços de Caldas: ANPED, 2003. CD-room.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro Lisboa. Lisboa: Edições 70, 2007.

BEDIN, Regina Celia. **A história do núcleo de sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na UNESP**. Tese (Doutorado em educação escolar) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2016.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BERNINI, Lorenzo. **Macho e fêmea Deus os criou!? A sabotagem transmodernista do sistema binário sexual**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**.** Natal**.** v. 5, n. 06, 2012. ISSN 2316-6185.

BISCOLLI, C; FAVARÃO N.R.L; FEITEN R.H; SOUZA, A.C.P; PERPÉTUO, C.L. **Sexualidade em sala de aula: um estudo da produção de sentidos**. Arq. Ciênc. Saúde Unipar, Umuarama. 2005. Disponível em: https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v15/n4/pdf/v15n4a16.pdf. Acesso em 15.04.2017.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural/ orientação sexual.** Rio de Janeiro: DP e A, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MECSEF, 1998.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, dez. 2001.

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996. Disponível em: www.senado.gov.br/legbras.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 10 volumes, 1997.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos-PNEDH**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual** – Brasília: Ministério da Saúde, 2004

BRASIL. **Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Educação. Brasília, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras sobre pesquisa envolvendo seres humanos**. Resolução 196. 1996. Brasília: CNS; 1996

BRITO. D. C.; CARDOSO. I. P. **Escola e orientação sexual: desafios à prática de um trabalho contínuo**. Cadernos IAT, v. 2, n. 1, 2009.

BRITZMAN, D. **Curiosidade, sexualidade e currículo**. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CARVALHO, Mauro Giffoni de. **Sexualidades em psi-maior: identidades sexuais e contemporaneidade**. Belo Horizonte: Pulsar, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, M de S. **Ideologia e Educação**. Educação & Sociedade. 1980.

CHOERI, Raul Cleber da Silva. **O conceito de identidade e a redesignação sexual**. Rio de Janeiro: renovar, 2004.

COHEN, J., BYERS, E., SEARS, H. & WEAVER, A. **New Brunswick Teachers' Ideas About Sexual Health Education.** University of New Brunswick: Department of Psychology, 2001.

CORAZZA, S. **Na diversidade cultural, uma docência artística**. Pátio – Revista Pedagógica, Porto Alegre, ano V, n. 17, 2001.

COSTA, Moacir. **Sexualidade na adolescência, dilemas e crescimento.** 11 a Ed. Porto Alegre: L e Pm, 1997.

CUNHA, M. I. da. **Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino**. Revista da Faculdade de Educação, v. 23, n. 1-2, jan./dez. 1997.

DINIS, N., ASINELLI-LUZ, A. **Educação sexual na perspectiva histórico-cultural**. Educar em Revista. Doi: 10.1590/S0104-40602007000200006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104

DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre homoafetividade.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004

DUARTE, P. M. S. **Educação da sexualidade: modelos e representações de professores**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010

DUARTE, Marco José de O. **Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania lgbt em cena**. Temporalis, Brasília (DF), v.14, n. 27, p.77-98, Jan./Jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7209>. Acesso em: 12 mar. 2017.

EGYPTO, Antônio Carlos. **Sexo, prazeres e riscos**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ELLIOTT, J. **La investigación-acciónneneducación**. 3. ed. Madrid: Morata, 1997.

FAVARETTO, J.A.; MERCADANTE, C. **Biologia**. São Paulo: Moderna, 2003.

FERNANDES, A; PAIVA, J. **Educação Para a Sexualidade: uma experiência em Ensino a Distância**. VII Simpósio Internacional de Informática Educativa. Porto: Faculdade de Ciências – Universidade do Porto, 2005.

FERRARI, D. C. A., VECINA, T. C. C. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2004.

FEUERSTEIN, R., KLEIN, P. S., TANNENBAUM, A. J. **Mediated learning experience (MLE): theoretical, psychosocial and learning implications**. London: Freund, 1994.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual no dia-a-dia:** 1ª coletânea. Londrina: [s.n], 2007.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites.** 284f. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, nov/ 2001.

FIGUEIRÓ, M. N. D**. O professor como educador sexual: Interligando formação e atuação profissional.** In: RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

FIGUEIRÓ, M.N. D. **Formação de Educadores sexuais: adiar não é mais possível.** Campinas, SP: Mercado de Letras, Londrina, PR: Eduel, 2006.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: como ensinar no espaço da escola.** Revista Linhas, Florianópolis, v. 7, n.1, p. 1-21 2006. Disponível em: http://www.periodicos.udesc.br/index. php/linhas/article/view/1323/1132. Acesso em: 21 novembro 2016.

FIGUEIRÓ, M.N.D. **Educação Sexual no Brasil: estado da arte de 1980-1993**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1995.

FIGUEIRÓ. M.N.D. **Educação Sexual no dia a dia**: 1ª coletânea. Londrina: [s.n.], 1999.

FILHA, Constantina Xavier. A **sexualidade nos livros infantis: a mediação no processo de educação sexual.** Campo Grande: UFMS/DED, 2001.

FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M; Ferreira, A. C.; Lopes, C. E.; Freitas, M. T. M.; Miskulin, R. G. S. **Formação de professores que ensinam matemática: um balanço de 25 anos da pesquisa brasileira**. Educação em Revista, Belo Horizonte: UFMG, 2002. Dossiê: A pesquisa em Educação Matemática no Brasil.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 39.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Trad. Mana Ermantina Galvão – São Paulo: Martins fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da pesquisa-ação**. Universidade Católica de Santos. Educação e Pesquisa. São Paulo 2008.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Dinâmica compreensiva: integrando identidade e formação docente**. In: ENDIPE, 10, 2000, Rio de Janeiro. Anais X Endipe. Rio de Janeiro: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2000.

FREITAS, Maria Ester. **Assédio Moral e Assédio Sexual: faces do poder perverso nas organizações**. RAE -Revista de Administração de Empresas.v.41 n. 2. 2001

FUKS, Lucia Barbero. **Abuso sexual de crianças na família: reflexões psicanalíticas** IN: VOLNOVICH, Jorge. Abuso sexual na infância. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2005.

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GASPAROTTO, A. **Salve-se quem puder. Uma reflexão sobre homossexualismo e preconceitos no ambiente escolar**. Cadernos do Aplicação (UFRGS), v. 18, p. 213-219, 2005.

GATTI, Bernadete Angelina. **A produção da pesquisa em educação no Brasil e suas implicações.** In:_____ A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil. Brasília: Plano Editora, 2002.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 1998.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação Sexual na Escola**: **mito e realidade.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

GUIRADO, M. **Poder indisciplina: os surpreendentes rumos da relação de poder.** In: AQUINO, J. G. (org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar**. Revista Educação Online**,** PUC-Rio, n. 10, 2012. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.pucrio.br/ reveduonline.php?strSecao=input> . Acesso: 01 set 2017.

JUNQUEIRA, R. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar**. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: discutindo práticas educativas, 3.ed, 2007, Rio Grande. Anais. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007.

KIRBY, D. **Effective approaches to reducing adolescent unprotected sex, pregnancy, and childbearing**. Journal of Sex Research, 2002.

KUPFER, Maria Cristina. **Educação para o futuro: psicanálise e educação**. São Paulo: Escuta, 2001.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual e formação continuada de professores: uma estratégia para a prática pedagógica em sala de aula**. Elo: Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda, Braga, v.19, 2012.

LEÃO, A.M.C. **Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da Unesp Araraquara quanto a inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2009. Disponível em: <wwws.fclar.unesp.br/agendapos/educacao_escolar/ 1905.pdf>. Acesso em: 12 dez.2017.

LEÃO, A. M. C. **A (des)informação dos gestores/as e professores/as em sexualidade e educação sexual- relato de uma experiência.** Suplemento Exedra de 2014. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/wpcontent/uploads/2014/12/sup14-159-167.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M.; BEDIN, C. R. **Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação de professores**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 11, n. 01, jan. / jun. 2008.

LOPES, S. **Biologia Essencial**. São Paulo: Saraiva. 2003.

LOYOLA, Maria Andréa. A **sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas**. In: Maria Luiza Heiborn (0rg). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jahar, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho– ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1. ed. 1.reimp. Belo Horizontes: Autêntica, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: **Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes,1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2, p.17-23, ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes**. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACEDO, E. **As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, abr.-jun., 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf. Acesso em: 18.12.2017.

MALDONADO, **Maria Tereza. Aprendizagem e afetividade**. Revista de Educação AEC, v.23, 1994.

MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues. **Mulher e criança: ambivalência de dois mundos ditados por especialistas em artigos de revistas destinadas ao grande público entre os anos de 1940 a 1950**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara Orientador: Paulo Rennes Marçal Ribeiro. 2011. Disponível em http://portal.fclar.unesp.br/poseduesc/teses/Joao_Guilherme_Rodrigues_Mendonca.pdf Acesso em 27.02.2016

MINAYO, M. C. S. **O desafio da pesquisa social.** In: Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOITA LOPES, L. P. **Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer**. In: MOREIRA, A.F.; CANDAU, V.M. Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas.2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOIZÉS, J. S; BUENO, S. M. V. **Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental.** Revista Escola em Enfermagem, v. 44, n. 1, 2010.

MOTT, Luiz. **Homossexualidade: mitos e verdades**. 1ª ed. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a Sexualidade**. 5.ed. Campinas: Papirus, 1987.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 7ª. ed.Campinas: Papirus, 2005.

NUNES; SILVA, E. **A Educação Sexual da Criança**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000.

PERES, Wiliam Siqueira. **Travestis: subjetividade em construção permanente.** In: UZIEL, Anna Paula; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard G. (Orgs.). Construções da sexualidade. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

PINTO, Heloysa Dantas de Souza. A **individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar**. In: AQUINO, Julio Groppa (org.) Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus. 1997.

REIS, G. V.; RIBEIRO, P.R.M.; **A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil**. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org) Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

REIS, EGGERT. **Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros**. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-138-00009.pdf Acesso em: 06/12/2017

RESENDE, L. **Escola sem partido quer fim da "doutrinação de esquerda**". O Dia , 06 set. 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-09-06/escola-sem-partido-quer-fim-da-doutrinacao-de-esquerda.html>. Acesso em: 18 dez. 2017.

RIBEIRO. Paulo Rennes Marçal. **Educação Sexual: além da informação.** São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal**. Sexualidade e educação: aproximações necessárias.** São Paulo: Arte e ciência, 2004.

RIBEIRO, P. R. M. **A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa**. In: RABELO, A. O.; PEREIRA, G. R.; REIS, M. A. S. (Org.). Formação docente em gênero e sexualidade. Petrópolis: DP et Alii, 2013.

RIBEIRO, P. R. C.; SOUZA, D. O. **Falando com professoras das séries iniciais do ensino fundamental sobre sexualidade: a presença do discurso biológico.** Revista Enseñanza de las Ciencias, Barcelona, v. 21, p. 67-75,fev. 2003. Disponível em: <http://repositorio.furg.br:8080/jspui/handle/1/1625>. Acesso em: 5 set.2017.

RIBEIRO, P. **Currículo e Sexualidade**. GESE. FURG. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mqM5fyAYHgo&index=35&list=WLAces

RIBEIRO, M. A., FERRIANI, M. G. C., REIS, J. N. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares.** Cadernos de Saúde Pública, 2004.

RIFAN, F.A. **A ideologia de gênero**. 2015. Disponível em:<http://www.cnbb.org.br/ outros/dom-fernando-areas-rifan/ 16673-a-ideologia-de-genero>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ROUDINESCO, E. **La famille en désordre**. Paris: Fayard. 2002.
SAIA, S. **Professor universitário no contexto de suas trajetórias como pessoa e profissional**. In: MOROSINI, M. (Org.). Professor do ensino superior: identidade, docência e formação. 2. ed. Brasília: Plano, 2001.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (Orgs). **A palavra e o gesto emparedados: a violência na escola.** PMPA, SMED. 1999.

SANTOS. Marluce Alves dos. **Orientação sexual no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental: uma realidade distante?** Caíco, RN: UFRGN, 2001.

SANTOS, A. **Educação para a sexualidade: paradigmas em escolas portuguesas**. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro. Departamento de Ciências da Educação, 2010.

SAYÃO, Yara. **Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários.** In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. 3.ed. São Paulo: Summus, 1997.

SCHÖN, D.A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Ricardo de Castro e. **Orientação sexual: possibilidade de mudança na escola**, Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

SILVA, I. **Educação para os Valores em Sexualidade: Um Estudo com Futuros Professores e Alunos do 9º Ano de Escolaridade**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho: Instituto de Educação e Psicologia, 2006.

SUPLICY, Marta et al. **Sexo se aprende na escola**. 2. ed. São Paulo: Olho d'Água, 1998.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TENÓRIO, F. **O Mito da Participação**. Revista de Administração Pública, v. 24, n. 3, maio/julho, FGV, Rio de Janeiro, RJ, 1990.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

VASCONCELOS, F. F. de M. **Educação Sexual da Mulher**. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1915. In: BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina. Educação Sexual: debate aberto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

VAZ, J. M; VILAR, D; CARDOSO, S. **A educação sexual na escola**. Lisboa: Universidade Aberta,1996.

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e Afetividade da Criança na Teoria de Piaget**. 5ªed. São Paulo: Pioneira, 1997

WAIDEMAN, M.C. **Adolescência-Sexualidade-Aids**. Na família e no espaço escolar contemporâneo. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, Política, Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

WHO. **Standards for Sexuality Education in Europe - A framework for policy makers, educational and health authorities and specialists**. Cologne: Federal Centre for Health E ducation, 2010.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS


ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AFONSO, Esmeralda; LUCAS, Ana Paula. **A Sexualidade na adolescência**. Servir. Lisboa. ISSN 0871 - 2370. Vol. 49, nº 4.

ASINELLI-LUZ, A.; MORALES, C.; MANIKOWSKI, T. S. **Educação sexual: perfil e prática de educadores/as**. In: MOSTRA SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS, 2. Brasília: UnB, 2007.

BOLZAN, D. P. V. **A construção do conhecimento pedagógico compartilhado: um estudo a partir de narrativas de professoras do ensino fundamental.** 2001. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2001.

BOLZAN, D. P. V. A. **Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

BOLZAN, D. P. V. A. **A construção do conhecimento pedagógico compartilhado: reflexões sobre o papel do professor universitário**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 5., 2004, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2004. p. 1-12.

BUENO, S.M.V. **Tratado de Educação Preventiva**. Ribeirão Preto, São Paulo. FIERP/ EERP: 2009.

BRAGA, Eliane Rose Maio. **Sexualidade infantil: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual.** 2002. 195f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UNESP, Assis.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

CORAZZA, Sandra Mara. **A formação do professor-pesquisador e a criação pedagógica**. Revista da FUNDARTE. Montenegro. Ano 11, nº 21.

COHEN, C, GOBBETTI GJ. CEARAS: **uma reflexão sobre as funções da família**. In: Cohen C, Ferraz, FC, Segre, M (organizadores). Saúde mental, crime e justiça. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2006.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; n.15, v.4.

CASSIMIRO, E. et alii. **As concepções de corpo construídas ao longo da história ocidental: da Grécia Antiga à contemporaneidade**. Metavóia: Revista Eletrônica. São João del-Rei, n. 14, 2012, p. 61-79. Localizador: http://www.ufsj.edu.br/revistalable

CECCARELLI, P. R. **Novas organizações familiares: mitos e verdades**. Jornal de Psicanálise, 2007.

CECCARELLI, P. R. **Onde se situa a diferença?** Polêmica: Revista Eletrônica do Laboratório de Estudos Contemporâneos, 2008. Disponível em: http://www.polemica.uerj.br/7(4)/lipis4.htm. Acesso em 22.05.2017

CORDEIRO, J. **A relação pedagógica: a didática em ação.** In:_____. Didática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Homossexualidade: discussões jurídicas e psicológicas**. Curitiba: Juruá Editora, 2001.

DINIS, N.; LUZ, A. A. **Educação sexual na perspectiva histórico-cultural.** Educar, Curitiba, n. 30, p. 77-87, 2007. Editora UFPR.

FEUERSTEIN. G. **A sexualidade sagrada.** São Paulo: Siciliano, 1994.

FORCANO, B. **Nova ética sexual**. São Paulo: Musa, 1996.

FRANCO, Maria Laura Barbosa. **Questões metodológicas e o papel do sujeito pesquisador**. In: TRINDADE, V; FAZENDA, I; LINHARES, C.(Org.). Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

FOUCAULT, M. **A escrita de si**. Lisboa: Passagens, 1992.

IBIAPIANA, I. M. L de M. (Org.). **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos.** Brasília: Líder Livro Editora, 2008.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KEMMIS, Stephen; WILKINSON, Mervyn. **A pesquisa-ação participativa e o estudo da prática**. In: PEREIRA, Júlio Emílio Diniz; ZEICNHER, Kenneth M. (Orgs.). A pesquisa na formação e no trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 43-66.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a educação: o mestre do impossível.** São Paulo: Editora Scipione, 2001.

LÓPEZ, F.; FUERTES, A. **Para compreender a sexualidade**. Lisboa: Associação para o Planeamento Familiar, 1999.

MARINHO, Marcos Silva; SANTOS, João Diógenes. **Heteronormatividade e Homofobia nos espaços educacionais de Vitória da Conquista/BA.** Disponível em:http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT05-11.pdf. Acesso em 03/10/2016.

MENEZES, M. O.; CHAVES, A. C. L. **Orientação sexual: o que alunos e pais gostariam que fosse abordado na escola**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS, IX, 2013, Águas de Lindóia. Anais. Águas de Lindóia: ABRAPEC, 2013.

MONTEOLIVA, J. M. **O Dilema da Sexualidade**. São Paulo: Loyola, 1990.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NICOLINO A. S. **Novas e velhas configurações da sexualidade e do corpo feminino: pesquisa-ação na educação com escolares**, 2007. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

ORLANDI. Eni Puccinelli. **As formas do silêncio; no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1993.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

PICAZIO, Cláudio. **Sexo Secreto: temas polêmicos da sexualidade**. São Paulo: Summus,1998.

REIS, Giselle Volpato; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A sexologia e a educação sexual no Brasil do início do século XX: notas preliminares de pesquisa**. In: *Anais do XIII Congresso de iniciação científica da UNESP*. Bauru, UNESP, 25 e 26 de outubro de 2001, p. 226.

SAIA, S.; BOLZAN, D. P. V. **Aprendizagem docente no ensino superior: construções a partir de uma rede de interações**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., 2007, São Leopoldo. Anais.São Leopoldo: UNISINOS, 2005. p.1-13.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **I Filosofia**. São Paulo: Cortez. 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Regina Célia P. da. **Pesquisas sobre formação de professores/ educadores para abordagem da educação sexual na escola**. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas/ Faculdade de Educação. 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000316404&fd=y >. Acesso em: 10 nov. 2017.

USSEL, J.V. **Repressão sexual.** Rio de Janeiro: Campus, 1980

# APÊNDICES

# APÊNDICE A - PLANO DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO SEXUAL

## CONTEÚDOS

Os conteúdos devem emergir de ambiente participativo com discussões em grupo que favoreçam o exercício das relações afetivas e fortaleçam o autoconhecimento, o autocuidado e o cuidado com o outro.

É preciso articular ações que fortaleçam uma intervenção multidisciplinar, capaz de promover e favorecer ambientes protetores. Desenvolver ações formativas relacionadas ao gênero e sexualidade baseadas nas demandas e necessidades trazidas pelos professores ou alunos; Sensibilizar os professores sobre como suas ações requerem responsabilidades; Sensibilizar os docentes sobre a responsabilidade que devem ter com relação à própria saúde adotando hábitos de autocuidado; Dirimir dúvidas e incertezas; Esclarecer mitos e tabus sobre sexualidade; Discutir sobre valores culturais, relações sociais e familiares e problemas emocionais relacionados ao sexo; Identificar o papel da mídia nas relações ligadas à sexualidade e aos valores; Contribuir para uma reflexão acerca das consequências psicológicas de uma má intervenção sexual.

## OBJETIVOS

Podemos indicar alguns objetivos que podem ser desenvolvidos na formação de professores em Educação Sexual, tais como: O respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade humana; Posicionamento contra discriminações relacionadas ao gênero; Identificação dos próprios sentimentos, desejos, sem, por isso, desrespeitar os sentimentos e desejos dos outros e Proteção contra relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores.

Tais objetivos deixam claro que a escola precisa desenvolver uma forma de Educação Sexual que permita compreender o que acontece com os professores e que esclareça o papel do mesmo ao discutir sobre os relacionamentos, sobre a posição dos gêneros nos relacionamentos, respeitar-se e respeitar as aprendizagens de seus alunos.

## METODOLOGIA

Como estratégia metodológica, utilizam-se encontros que podem ser em formato de oficinas, propiciando metodologias de participação ampla dos professores em debates. Esta proposta de trabalho sugere a utilização de debates pois se considera que estes possibilitam o envolvimento dos participantes e a troca de experiências, expondo os diferentes olhares e julgamentos acerca de determinadas temáticas. Leituras complementares também são necessárias.

## AÇÕES PREVISTAS

1° Encontro

Por meio do questionário pode-se colher as impressões dos professores e em seguida analisa-las a partir do contexto da escola e da literatura, em que se compreende como a Educação Sexual faz parte da formação dos professores, que pode se dar por meio de sua disciplina e na maioria das vezes de forma não planejada.

Sugere-se abordar a vivência da sexualidade entre os participantes. Pode-se elaborar uma apresentação em slides com imagens explicativas para discutir com os envolvidos as questões acerca da imagem corporal, mudança comportamental (psicológica) e transição da infância, adolescência e fase adulta. Os professores participam expondo suas vivências e medos e demonstram suas expectativas para o futuro.

2 ° Encontro

Orienta-se buscar uma perspectiva de educação para a sexualidade saudável nas escolas, a partir da constatação de que algumas escolas não entendem a temática da sexualidade, mais especificamente da violência sexual contra crianças e adolescentes, como um componente curricular. Outro aspecto que reforça a importância de discutir a sexualidade na escola é que os assuntos que envolvem essa temática, como os desejos, medos, afetos, conhecimentos, prazeres e ideias, estão no dia a dia, na família, na mídia, na religião, entre outros espaços. Para que o

professor possa trabalhar a educação para a sexualidade com as crianças e os adolescentes, o educador precisa trabalhar antes o tema consigo mesmo. A violência sexual também pode ser abordada em sala de aula com vistas à prevenção. Diante do surgimento da abertura de interpretações sobre como se trabalhar o tema, o professor precisa estar ciente que as questões referentes ao tema podem surgir em diferentes momentos para cada aluno ou grupo, e mesmo que o professor já tenha discutido o assunto em sala de aula, pode ser necessária sua retomada.

3° Encontro

Os encontros formativos devem visar como produto um plano de trabalho para o enfrentamento das situações que envolvem a sexualidade, como também a proposta de acolhimento ao professor, sendo que o mesmo passa a conhecer as pessoas que podem apoiá-lo em suas dúvidas.

As questões que envolvem a sexualidade podem ser trabalhadas nas disciplinas e aos professores que ministram disciplinas que já trabalham com temas que envolvem a Educação Sexual passariam a trabalha-los de forma mais integrada, convidando outros colegas para participarem deste momento, garantindo assim as diversas visões e opiniões sobre o tema.

## AVALIAÇÃO

O processo de avaliação pode ocorrer de forma contínua, pela participação e nível de interesse. Porém a avaliação da aprendizagem no nível da docência deve assumir a função de transformação, que proporcione ao professor autonomia para não restringir a sua capacidade de aprender.

# APÊNDICE B - MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA UNIR

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR**
**MESTRADO PROFISSIONAL**

## QUESTIONÁRIO

*Pesquisa: Contribuições da Educação Sexual na formação docente*
*Pesquisadora responsável: Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles*
*Orientador: João Guilherme Rodrigues Mendonça*
*Número do Parecer Plataforma Brasil: 1.755.653/CAAE: 59260716.8.0000.5300*

**Esclarecimentos para o preenchimento do questionário:**

- Todas as suas respostas serão tratadas conforme os padrões profissionais de sigilo, atendendo a Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.
- O (a) participante optará por se identificar ou não.
- Caso não queira ou não saiba responder a alguma das perguntas poderá deixar em branco.
- Nas questões 8 e 9 poderá escolher mais de uma alternativa.

## INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome (opcional):_____

Idade:_____

Graduação em: _____

Mestrado em: _____

Doutorado em: _____

Em que ano começou a lecionar? _____

Há quanto tempo leciona no IFRO Câmpus Ji-Paraná?_____

## FORMAÇÃO

**Titulação**

**1)** Durante a Graduação, Especialização *Lato Sensu*, Mestrado ou Doutorado você aprendeu sobre Educação Sexual? ( ) Sim ( ) Não

**Formação Continuada**

**2)** Você já participou de formação continuada em Educação Sexual? (exemplos: cursos, capacitações, oficinas, colóquios, congressos, seminários ou outros)

( ) Sim. (Responda de que tipo foi esta formação)

_____

( ) Nunca participei.

( ) Não lembro.

**3)** Você considera que uma formação continuada em Educação Sexual é pertinente para sua vida e para sua prática em sala de aula?

( ) Muito pertinente.

( ) Pertinente.

( ) Pouco pertinente

**4)** Quais os assuntos sobre gênero, sexualidade e sexo que despertam seu interesse?

_____

_____

_____

_____

_____

**5)** Em sua opinião, como deve ser uma formação em Educação Sexual para professores?

_____

_____

_____

_____

_____

**PRÁTICAS EDUCATIVAS**

**6)** Você ministrou algum conteúdo relacionado a sexo, gênero e sexualidade em suas aulas?

( )Sim ( ) Não

**7)** Você vivenciou alguma situação em sala de aula em que precisou falar sobre sexo, sexualidade ou gênero?

( ) Sim. ( ) Não

**8)** O que você fez?

*(Responder esta pergunta somente se respondeu SIM na questão número 7)*

( ) Conduziu o momento com naturalidade e de acordo com o que sabia sobre o assunto.

( ) Conduziu o momento, mesmo não se sentindo preparado(a) para abordar a temática.

( ) Conduziu o momento de forma a voltar para o foco da aula, porque não tinha haver com o conteúdo de sua disciplina.

( ) Encaminhou ou registrou a situação na Coordenação de Assistência ao Educando (CAED).

( ) Outros:

_____

_____

**9)** Quem você considera que deve ensinar Educação Sexual na escola? Obs: Pode-se assinalar mais de uma alternativa.

( ) Todos os professores.

( ) Os professores das áreas biológicas e de humanas.

( ) A Coordenação de Assistência ao Educando (CAED).

( ) A enfermeira da escola.

( ) A psicóloga da escola.

( ) Orientação educacional.

( ) Deve ser feito um trabalho conjunto entre professores e os diversos profissionais da equipe multiprofissional.

( ) A escola deve convidar um profissional como ginecologista, sexólogo, educador sexual, entre outros, para tratar do tema.

( ) A Educação Sexual não deve ser trabalhada na escola.

( ) Outros: _____

## APÊNDICE C - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA UNIR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR**

**MESTRADO PROFISSIONAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado (a) Professor (a),

O senhor (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.**A pesquisa objetiva compreender como a Educação Sexual faz parte da formação dos professores do [redacted] e como influencia sua prática.

A sua colaboração será por meio de preenchimento do questionário e participação nos grupos de estudo. A seguir prestaremos a você alguns esclarecimentos:

- A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade.
- A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.
- Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.
- Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsávele a outra será fornecida ao senhor (a).
- Pesquisadora responsável: Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles, Contatos: [redacted], e-mail: livia.santos@ifro.edu.br

Eu, _____, portador (a) do documento de identidade _____ recebi as informações necessárias sobre a pesquisa e estou ciente dos meus direitos. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar deste estudo e cedo os direitos das minhas respostas para serem usadas integralmente ou em partes, desde a presente data, sem que minha identidade seja revelada.

Ji-Paraná, ____ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do (a) participante

_____

Assinatura da pesquisadora

# ANEXOS

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

Plataforma Brasil

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Contribuições da Educação Sexual na formação de professores
**Pesquisador:** Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles
**Área Temática:**
**Versão:** 1
**CAAE:** 59260716.8.0000.5300
**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Rondônia - UNIR
**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.755.653

**Apresentação do Projeto:**
Trata-se de um projeto de pesquisa Núcleo de Ciências Humanas - Departamento de Ciências Da Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional Em Educação Escolar, intitulado Contribuições da Educação Sexual na Formação de Professores

**Objetivo da Pesquisa:**
Compreender em que medida a Educação Sexual faz parte da formação dos professores do IFRO Câmpus Ji-Paraná/RO.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**
Riscos:
Esta pesquisa apresenta "RISCO MÍNIMO" de que o participante poderá, em algum momento, sentir-se inibido ou pouco à vontade para responder sobre ou tratar de alguns temas abordados na Educação Sexual como a sexualidade, sexo e gênero. Tal risco poderá ser eliminado, visto que o participante será informado de que no decorrer da pesquisa poderá participar das discussões da maneira que se sentir mais confortável, não sendo, em hipótese alguma, o mesmo submetido a insistência de relatar algo, mesmo que seja de interesse da pesquisa.
Benefícios:
Os professores serão beneficiados através da realização de uma formação em Educação Sexual que possibilite discussões e reflexões acerca da sexualidade enquanto uma dimensão socialmente

**Endereço:** Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.
**Bairro:** Centro **CEP:** 78.000-000
**UF:** RO **Município:** PORTO VELHO
**Telefone:** (69)1182-2111 **E-mail:** cepunir@yahoo.com.br

construída. A formação envolverá os aspectos psicológicos, emocionais, culturais e sociais dos professores, promovendo uma autorreflexão sobre a Educação Sexual.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa pretende averiguar a formação dos professores do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) Câmpus Ji-Paraná/RO no que tange a Educação Sexual. Para isso será utilizada a metodologia da pesquisa -ação que buscará compreender e analisar a Educação Sexual e sua influência na prática dos professores do IFRO. A formação em Educação Sexual envolverá conteúdos de discussão que possibilitará ao professor compreender os seus discursos e posicionamentos de forma crítico-reflexiva, buscando fundamentos para a sua práxis que estejam pautados por valores éticos e inclusivos. A coleta dos dados será feita através de entrevistas, questionário e de grupos de estudos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresentou os termos obrigatórios atendendo a Resolução 466-12 CNS.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|---|---|---|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_704112.pdf | 25/08/2016 16:11:09 | | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | termopesquisador.PDF | 25/08/2016 16:05:08 | Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles | Aceito |
| Outros | declaracaodeconcordancia.PDF | 25/08/2016 16:04:11 | Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles | Aceito |
| Outros | termoinstitucional.PDF | 25/08/2016 16:03:19 | Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / | tcle.docx | 25/08/2016 15:10:56 | Lívia Catarina Matoso dos Santos | Aceito |

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

Continuação do Parecer: 1.755.653

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Justificativa de Ausência | tcle.docx | 25/08/2016 15:10:56 | Telles | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | projetodepesquisa.docx | 25/08/2016 15:08:59 | Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaderosto.PDF | 25/08/2016 15:01:59 | Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles | Aceito |

**Situação do Parecer:**
Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**
Não

PORTO VELHO, 30 de Setembro de 2016

**Assinado por:**
**Edson dos Santos Farias**
**(Coordenador)**

**Endereço:** Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.
**Bairro:** Centro **CEP:** 78.000-000
**UF:** RO **Município:** PORTO VELHO
**Telefone:** (69)1182-2111 **E-mail:** cepunir@yahoo.com.br

# ANEXO B - TÉRMINO DO PROJETO NA PLATAFORMA BRASIL

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

**Notificação de Comunicação de Término do Projeto**

**PROJETO DE PESQUISA**

**Título:** Contribuições da Educação Sexual na formação de professores

**Nome do Pesquisador:** Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles

**Versão:** 1 **CAAE:** 59260716.8.0000.5300

**Submetido em:** 25/08/2016

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Rondônia - UNIR

**Em situação de:** Aprovado

**CRONOGRAMA**

**Data de Início:** 31/10/2016

**Data de Término:** 29/11/2017

JI-PARANA, 12 de Dezembro de 2017.